

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

MATIAS EDUARDO CHIMBALANDONGO

**ZUNGUEIRAS DO LUBANGO E O SEU LUGAR NA HISTÓRIA
PÚBLICA DE ANGOLA**

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

MATIAS EDUARDO CHIMBALANDONGO

**ZUNGUEIRAS DE LUBANGO E O SEU LUGAR NA HISTÓRIA
PÚBLICA DE ANGOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaços de Formação

Área de concentração: História Pública

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cyntia Simioni França

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Chimbalandongo, Matias Eduardo
Zungueiras de Lubango e o seu lugar na História
Pública de Angola / Matias Eduardo Chimbalandongo. -
- Campo Mourão-PR, 2024.
166 f.: il.

Orientador: Cyntia Simioni França.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2024.

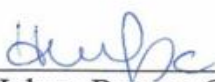
1. Zungueiras. 2. Lubango. 3. Angola. 4. Memória.
5. História Pública. I - Simioni França, Cyntia
(orient). II - Título.

MATIAS EDUARDO CHIMBALANDONGO

**ZUNGUEIRAS DE LUBANGO E O SEU LUGAR NA HISTÓRIA PÚBLICA DE
ANGOLA**

BANCA EXAMINADORA


Dra. Cynthia Simioni França (orientadora) – Programa de Pós-Graduação em História
Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar


Dra. Helena Ragusa Granado – Universidade Estadual do Paraná – Unespar


Dr. Helder Rodrigues Marunga – Instituto Superior de Ciências da Educação da Huila –
ISCED/Huila



Documento assinado digitalmente

Elison Antonio Paim

Data: 24/07/2024 10:07:08-0300

CPF: ***.160.930-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Dr. Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Data de Aprovação

22/07/24

Campo Mourão – PR

Este trabalho é dedicado aos meus 3 filhos:

Marques, Cácia e Milson

RESUMO

CHIMBALANDONGO, Matias Eduardo. **Zungueiras e o seu lugar na história pública de Angola**. 2024 164 f. Dissertação (Mestrado em História Pública) Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, 2024.

Nesta pesquisa, proponho-me a escutar, acolher e compartilhar as narrativas das mulheres Zungueiras, da cidade do Lubango, capital da Província da Huíla, situada ao sul de Angola, expostas a todo tipo de violência, política, cultural, simbólicas que buscam (ou não) silenciá-las. O objetivo é propor uma história a contrapelo, no sentido de perceber as existências e as formas de resistência destas que diariamente dedicam-se, mesmo em cenários tão adversos, a se fortalecer. Com o aporte teórico-metodológico de Edward Palmer Thompson (1981) e Walter Benjamin (1985), trabalho com os conceitos de memória, narrativa, experiência e rememoração, de tal modo que consiga promover uma reescrita da história mais inclusiva e representativa, em que todas as vozes importam e todas as histórias merecem ser contadas.

Palavras-chave: Zungueiras do Lubango - Angola; Memória; História Pública.

ABSTRACT

CHIMBALANDONGO, Matias Eduardo. **Zungueiras and Their Place in the Public History of Angola**. 2024, 164 p. Master's Dissertation in Public History, Graduate Program in Public History, State University of Paraná. Campo Mourão, 2024.

In this research, I am to listen to, embrace, and share the narratives of the Zungueira women in the city of Lubango, the capital of Huíla Province, located in southern Angola. These women are exposed to all kinds of violence—political, cultural, symbolic—that seek to silence them, whether actively or passively. The objective is to propose a "history in reverse," in the sense of understanding the lives and forms of resistance of these women, who, despite the adversities they face, continue to strengthen themselves daily. Drawing on the theoretical-methodological frameworks of **Edward Palmer Thompson** (1981) and **Walter Benjamin** (1985), I work with the concepts of **memory**, **narrative**, **experience**, and **remembrance**, in order to promote a rewriting of history that is more inclusive and representative, where all voices matter and every story deserves to be told.

Keywords: Zungueiras of Lubango - Angola; Memory; Public History.

LISTA DE IMAGENS

Imagens 1 e 2 - Zungueiras no mercado informal do Lubango	30
Imagem 3 - Duas zungueiras jovens no calçadão da rua Gabriel Calofe do Lubango	30
Imagem 4 - Ukuandjetu sentada, segunda mulher da esquerda para a direita, com outras zungueiras na esquina da rádio de Huíla (a mulher em pé é a que viu e avisou sobre a polícia).....	56
Imagem 5 - Lubango na enconsta da montanha: detalhe do monumento de cristo Rei.....	81
Imagem 6 - Serra Leba.....	82
Imagem 7 - Fenda da Tundavala.....	82
Imagens 8 e 9 - Representação cultural na cidade do Lubango.....	84
Imagem 10 - Espaços no interior do Resort Pululukwa, em Lubango.....	84
Imagem 11 - Galeria do Supermercado Shoprite	85
Imagem 12 - Zungueira ao lado do chafariz do jardim do governo provincial de Huíla.....	85
Imagens 13 e 14 - Zungueiras, trabalhadores e estudantes no ponto de ônibus	86
Imagem 15 - Estudantes na aula debaixo de uma árvore, em Lubango.....	86
Imagens 16 e 17 - Pessoas correndo ao ônibus e um ônibus carregado por excesso.....	87
Imagem 18 - Zungueiras e Zungueiros na praça da Cê Catedral de Lubango.....	88
Imagem 19 - Uma das vistas da cidade do Lubango.....	95
Imagem 20 - Bairro Hélder Neto adjacente a Lubango	95
Imagem 21 - Centralidade de Quilemba entregue/comercializada em 2023.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Províncias de origem das protagonistas da pesquisa.....	53
Mapa 2 - Os Municípios delimitados a vermelho, indicam as origens de algumas protagonistas e suas fronteiras.....	53
Mapa 3 - África e os seus 54 países.....	73
Mapa 4 - Angola com destaque na Província de Huíla.....	75
Mapa 5 - Representação etnolinguística de Angola.....	77
Mapa 6 - Angola com as suas 18 províncias.....	80
Mapa 7 - Província de Huila.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo das pesquisas sobre as zungueiras Lubango, Angola e internacionalmente.....	35
Quadro 2 - Características da economia informal em Angola e suas implicações.....	38
Quadro 3 - Comparação da taxa de empregabilidade entre o setor informal e formal entre 2018-2023.....	43

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	12
Lubango não é a minha terra verdadeira	12
As dificuldades no mestrado do ISCED-Huíla, como o pontapé de saída para outros horizontes	19
O Processo de documentação de viagem.....	21
Nota de agradecimentos e a minha viagem à Brasil.....	25
A minha chegada ao Brasil.....	27
INTRODUÇÃO	29
Fotografia geral da pesquisa	48
CAPÍTULO I – AS PROTAGONISTAS DA PESQUISA.....	50
1.1 A primeira roda de conversa: Ocingondja Combangulo Yatete: esapulo kuenda ungende womuenho	51
1.2 Um olhar sobre a História Pública (zungas básicas)	62
CAPÍTULO II – CONHECENDO O LUGAR DA PESQUISA	72
2.1 Angola? Ou África?.....	72
2.2 Angola	74
2.3 Percorrendo por Terras do Oluvango	80
2.3.1 Lubango: Lugar de Redenção ou Barbárie? Tudo depende do Homem	90
2.3.2 Lubango e a sua ressignificação pelas mulheres zungueiras	97
CAPÍTULO III – ENTENDENDO O MUNDO DAS ZUNGUEIRAS NAS TRILHAS DE WALTER BENJAMIN, BRECHT E THOMPSON	100
3.1 Um olhar para a economia informal: causas e impactos	108
CAPÍTULO IV – TESSITURA METODOLÓGICA	115
4.1 A memória na vanguarda das histórias das zungueiras de lubango	116
4.2 Zungando a perspectiva thompsoniana na produção de conhecimento histórico.....	129
4.3 Segunda roda de conversa: <i>Vakuakunualanuala Okulamdisa Volokolo Kuenda Uloño Wokuviala Omanu</i>	132
4.4 Por uma história a contrapelo: <i>Olonjongole, Ovoyaki Kuenda Etiulo Lieci Catiana Kuayumue</i>	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS	158
ANEXOS	166

MEMORIAL

A natureza proporcionava uma sinfonia matinal, enquanto as responsabilidades do campo ditavam o ritmo do dia. A rotina de cuidar do curral e preparar a junta de bois era crucial para garantir o sucesso na colheita. O tempo de ir à escola era guiado pela intuição, uma parte essencial dessa vida rural.

Lubango não é a minha terra verdadeira

A minha verdadeira identidade é Chinjenje. Quando me apresento como proveniente da cidade do Lubango, é só uma questão de facilitar a comunicação, para que as pessoas possam compreender rápido a minha origem. Mas continuar a assumir a cidade do Lubango como a minha terra natal é como continuar a negar a minha própria história e identidade. Não nasci e nem cresci na cidade. Conheci Lubango por conta da centralização dos serviços, consecutivamente o local onde terminei a graduação. Mas a minha identidade tem a ver com a aldeia de Chinjenje.

Chinjenje, o epicentro do meu existir, é responsável pelas memórias que dançam no pulsar do porvir. Uma aldeia em que persistem costumes do passado, laços que resistem nesse memorial, ali a voz ecoa como a base da vida que entoa. Berço de vida, a aldeia fica a 15 km de Caconda—um dos municípios da província de Huíla, a qual ocupa um percurso de 245 km da cidade do Lubango, capital dessa província.

A aldeia, berço de memórias, onde o primário forjou histórias, é a gênese da vida, base singela, onde os pais vivem na data que revelam. Fascinante é o laço com o chão, as lembranças que ecoam com devoção. Ali, o lugar onde estive, conserva tudo o que aprendi e reside no coração. O doce caminho deixou marcado na aldeia o meu destino. É um memorial que escuto com emoção, a base da minha vida, que estabelece uma eterna ligação de vivências.

Na aldeia, onde absorvemos as primeiras lições da vida, confesso que não fui um bom filho diante dos meus pais. Cada vez que recebia castigos, acabava deixando o lar por uma ou mais semanas, percorrendo longas distâncias. Buscava refúgio nas famílias do lado paterno ou materno para encontrar paz, permanecendo assim distante dos meus pais. Isso resultava em uma

intensa busca por parte deles. Um dia, com quase 14 anos de idade, decidi deixar de mexer nas coisas de casa após vários incidentes. Por isso, aproveito para deixar estancadas neste texto, as minhas sinceras desculpas aos meus pais! Peço perdão por tudo de mal que fiz contra a vontade deles e agradeço pela iniciativa em nos levar à escola.

Em Chinjenje, os desafios eram enormes, iam desde as alegrias até as tristezas. As alegrias surgiam através do companheirismo entre amigos, seja a caminho da escola ou de volta para casa. Contudo, esse período também foi marcado por momentos tristes, uma vez que Angola enfrentava uma guerra civil. Durante essa época, conseguir comida e roupas era praticamente um milagre e andar descalço pelas ruas se tornou a única opção, sem escolha. Calçar sapatos era um ato reservado a ocasiões especiais, como idas à igreja.

O meu primeiro contato com a cidade do Lubango deu-se em 2005, com o intuito de me enquadrar num grupo de zungueiros, do qual faziam parte vários membros da nossa aldeia. Naquela altura, zungar era uma das soluções para resolver os problemas da vida, sobretudo para nós que nascemos em um lugar tão pequeno e remoto. Tentei, mas não deu certo.

Minhas recordações da aldeia são restritas a um círculo mais íntimo de familiares e amigos. Hoje, aproveito para fazer uma reflexão sobre esse período formativo, reconhecendo que minha vida está intrinsecamente ligada à ela. Essa ligação se manifesta através do rio Catumbela, que era nossa principal fonte de alimentação e continua a fornecer iname até os dias atuais. Minha vida também está entrelaçada com a escola da comunidade, onde dei meus primeiros passos na educação. Além disso, essa lembrança conecta-se às de aldeias vizinhas, de onde vinham nossos colegas. Muitos deles percorriam diariamente distâncias de 10 a 15 km a pé para frequentarem as aulas. Aqui aproveito também para expressar meu agradecimento a esses colegas, mesmo àqueles que já não estão entre nós. Aos que ainda estão, convido a nos reunirmos para compartilharmos nossas histórias, sejam elas boas ou ruins.

Na minha jornada acadêmica, a imagem do Professor Tomás Cayumba permanece como um ponto de referência inesquecível. Ele foi um professor exemplar, uma fonte de inspiração para todos. Recordo-me vividamente de quando, na 4ª classe, fui acometido por uma doença grave localmente conhecida como “dor de cabeça grande”. Nesse período, minha boca e narinas ficaram repletas de bolhas e a exposição ao sol ocasionava a ruptura delas, causando uma quantidade significativa e arrepiante de sangramento bucal. A situação me impedia de comer, agravando ainda mais minha condição. A dificuldade era acentuada pela distância do hospital capaz de tratar a doença, tornando impossível para meu pai me levar até lá, devido às adversidades da guerra que assolava a região. Essa situação me remete também a 1992, quando

fui mordido por um cão raivoso e meu pai, usando uma bicicleta, conseguiu me levar ao hospital. Coincidentemente, o mesmo cão acabou mordendo outras pessoas, incluindo uma vizinha que, infelizmente, faleceu devido à incapacidade de ser socorrida, dada a distância e o custo da vacina antirrábica.

Agradeço ao meu pai por sua dedicação ao cuidar de mim durante os 45 dias no hospital de Caluquembe. No entanto, sinto indignação diante da trágica morte daquela senhora. Até hoje, os habitantes da aldeia precisam percorrer 15 km a pé em busca dos cuidados primários de saúde. Essas experiências destacam a urgência de melhorias nesse setor nas comunidades, uma questão que persiste, já que os moradores continuam enfrentando desafios consideráveis para obter atendimento médico adequado.

Retomando a situação da doença, como mencionado anteriormente, se não fosse a guerra e a distância, meu pai teria me levado novamente ao hospital, como aconteceu em 1992. No entanto, impedido desse dever, a solução era ficar em casa todos os dias, enquanto meus pais e outros irmãos iam para as lavouras, eu não podia frequentar a escola.

Posteriormente, pensei em uma alternativa: se o problema era o sol, então eu mudaria de estratégia. Decidi ir à escola muito cedo, por volta das 5 horas da manhã, e voltaria para casa às 18 horas. Experimentei no primeiro dia e deu certo, e essa acabou se tornando a minha rotina. Eu entrava na sala logo cedo, já que as salas não tinham portas, para evitar a exposição ao sol que causava a explosão de bolhas. Na hora da saída, a situação ficava mais difícil, porque, ao ver os colegas indo para casa, eu sentava por não poder segui-los. Ficava no gabinete do diretor da escola até o pôr-do-sol e minha refeição principal do dia era uma papa.

Considerando o estado em que eu me encontrava, meu pai tentava diversos tipos de medicamentos conhecidos pela comunidade. Um dia, ele fez um estudo sobre o ufilanganga, amplamente utilizado para desparasitação. Como ele não sabia se esse medicamento comum viria a me ajudar, ficou, o observando atentamente, vislumbrando nele a possível solução para minha doença, o que, de fato, aconteceu. Nunca esquecerei essa evidência crucial da minha cura.

Em um emocionante evento de divulgação de resultados, o diretor convocou todos os alunos, mas meu nome não ecoou. Uma enxurrada de lágrimas invadiu minha alma, atribuindo a possível reprovação às aulas perdidas, em meio a conselhos que desencorajaram minha continuidade nos estudos.

O diretor, ao convocar todas as turmas, deixou-me no vazio, sem resultados. Porém, ao encerrar a cerimônia, surpreendeu a todos: “Temos um aluno especial com uma história de superação”. Diante do público, compartilhou a minha jornada de enfrentamento da doença, convidando-me para a mesa de honra acompanhado de calorosos aplausos.

Eu, descalço e mal trajado, hesitava diante da multidão. No entanto, esse reconhecimento foi crucial para superar o trauma da enfermidade. A notícia alcançou meus pais, que, ao serem abordados por observadores do evento na lavoura, foram repreendidos por permitirem que seu filho fosse homenageado sozinho. Naquele dia, abandonaram o trabalho cedo para celebrar o acontecido. Aqui registro minha gratidão ao Professor Tomás Cayumba, cujo reconhecimento expandiu meus horizontes futuros. Fiquei chocado quando soube da morte dele, por intermédio de um dos filhos, ao partilhar um texto no grupo dos professores, sobre as injustiças feitas a eles-por muito tempo trabalharem como diretores de escolas sem os devidos subsídios. Na ocasião o filho comentou: “o meu pai foi diretor por muito tempo e nunca se beneficiou do subsídio de diretoria”.

A 4ª classe representava o patamar mais elevado na aldeia. Aqueles que buscavam avançar tinham duas opções: a Missão Católica ou a sede do Município, que abrigava a escola do II Nível. Optei pela sede do Município, juntamente com alguns colegas. Concluí a 5ª classe na sede e retornei à aldeia para finalizar o II Nível (6ª classe), graças ao grande esforço do Soba Gomes (*in memoriam*), que trabalhou arduamente para estabelecer esse nível de ensino na aldeia. Sem dúvida, éramos a única que o possuía, superando até mesmo as sedes comunais.

Nesse momento, aproveito para expressar minha gratidão aos professores fundadores, incluindo Tomás Cayumba, que lecionava Língua Portuguesa e era diretor; Joaquim Manuel, responsável pela disciplina de Ciências da Natureza e Geografia; Gabriel Tchiteculo (*in memoriam*), que dava aula de Educação Moral e Cívica; e o professor José, responsável por Matemática. Esses educadores, munidos de bicicletas, percorriam diariamente a distância de 15 km, ida e volta, entre a aldeia e a sede municipal.

Ao concluir essa etapa, decidimos embarcar na jornada do III Nível, optando por realizá-lo novamente na sede do município. O percurso foi marcado por desafios significativos, levando muitos colegas a desistirem, devido à intensa chuva de 2004-2005, que devastou as plantações da aldeia. Eu, juntamente com três companheiros, Vitorino e Amélia, agora casados, e Hilário, escolhemos não retornar lá. Eu e Hilário, nos unimos a amigos de uma aldeia vizinha, Canassi. Infelizmente, esses amigos desistiram, levando-nos a uma situação caótica em que a banana fervida se tornou a única refeição do dia, caso a conseguíssemos. Vale ressaltar que não se trata

da banana luxuosa, mas sim um tipo peculiar, cuja origem era desconhecida. Conscientes de que era uma situação temporária, tínhamos a esperança de que a bonança logo chegaria.

Em busca de soluções para mitigar a fome, decidi unir forças com o renomado sapateiro conhecido como Mano Caguende. Assim, ingressei na jornada de aprendizado do ofício de sapateiro, visando me potencializar financeiramente ao final de cada dia. A experiência foi enriquecedora, e meu objetivo era não apenas adquirir habilidades no ramo, mas também proporcionar alívio financeiro aos meus pais que me custeavam.

Em meio a desafios e superações, o trabalho que um dia nos amparou enfrentou reviravoltas, quando o proprietário da sapataria optou por se mudar para a cidade do Huambo. O declínio da situação foi inevitável. Contudo, resistimos à crise e concluímos o III Nível. Saliento que detalhes dessa jornada, repleta de obstáculos, não podem ser totalmente explorados neste memorial, devido às limitações de espaço e tempo. Hoje me questiono: Valeu a pena? Sim, valeu a pena por ser o nosso percurso. Repetiria o mesmo caminho? A resposta é incerta. Nem mesmo os filósofos encontrariam resposta para essa pergunta e ninguém escolheria passar por situação como aquela.

Apesar da conquista, o III Nível de ensino não foi, nem seria, o fim de minha trajetória formativa. A ânsia de frequentar o Ensino Médio era predominante em mim, entretanto, integrava o contingente que não possuía o direito de frequentá-lo porque a idade já era avançada.

O significado de meu período no Ensino Médio encontra eco nas palavras de Walter Benjamin (1985), em sua alegoria messiânica de redenção revolucionária. Naquela época, em Caconda, havia poucas salas de aula para esse nível de ensino, devido à escassez de professores. Aliás, os poucos docentes, além de ministrarem duas ou três disciplinas cada, eram compelidos a lecionar em três municípios: Caconda, Caluquembe e Chicomba.

Diante dessa situação, alguns estudantes que trabalhavam na Direção Municipal de Caconda, como Tio Samandjolo, Tio Victor e Tio Pelembi, e outros, que almejavam estudar, propuseram à direção da escola a criação de turmas, que deveriam ser financiadas pela colaboração dos próprios alunos. As aulas ocorreriam das 14h30 às 19h30, um período que beneficiaria muitos professores que trabalhavam distantes e dependiam exclusivamente de bicicletas como meio de transporte. Foi por meio dessa estratégia, que consegui completar o tão sonhado Ensino Médio.

Denominei esse acontecimento como “espírito revolucionário”, porque não era competência da Direção Municipal de Educação criar escolas do Ensino secundário, mas da secretaria provincial. Muitos trabalhadores da área educacional necessitavam de estudos e as salas criadas pela Direção Provincial de Educação favoreciam os alunos regulares. Como alternativa, criamos nossa própria escola do segundo nível, em um formato colaborativo entre professores e alunos, garantindo sua sustentabilidade.

Porém, essa situação não perdurou por muito tempo, deixamos de pagar a colaboração com o aumento do número de professores do segundo nível. Aproveitei para fazer um apelo à atual direção de Educação, sugerindo a ponderação sobre a formação continuada de seus funcionários, incluindo as pós-graduações (mestrado e doutoramento), sob pena de repetição dos mesmos equívocos.

Após a conclusão do Ensino Médio, em 2011, entrar no Ensino Superior tornou-se um dos grandes sonhos. Porém, as possibilidades eram poucas para quem vinha da aldeia. O normal era voltar a ela, ficar ao lado dos pais e dedicar-se ao trabalho de campo.

Portanto, fazer História no Ensino Superior não era a minha opção e também não sabia do que devia fazer no ensino superior. Passamos por uma fase em que as pessoas não tinham uma opção diferente se não ir estudar na escola mais próxima. Aliás, só fiz o Ensino Médio naquela escola, porque não tínhamos outra. Até hoje ainda os alunos em Caconda as não têm e o futuro vai nos cobrar se continuarmos com poucos cursos desse nível de ensino.

Como fui parar em Ensino de História? Naquela altura, o ISCED-Huíla havia criado salas anexas em alguns Municípios: Matala, Chibia, Caluquembe e Caconda. Caconda tinha 3 cursos: Química, Psicologia e Pedagogia; Caluquembe outros três: Biologia, História e Filosofia. Eu já trabalhava na educação com salário muito baixo, então pensei: Química não por conta da minha formação média; Pedagogia e Psicologia também não, pois só temos uma única Escola de Ensino Médio, onde se leciona essas disciplinas (se fosse formação de Professores, talvez desse certo).

Após essas reflexões, concluí que devia fazer História porque ela fazia parte da grade curricular de todos os níveis escolares (I Ciclo e II Ciclo) e me candidatei a uma vaga no Município de Caluquembe, porém, as condições financeiras não permitiram que eu desse continuidade aos estudos e, naquele mesmo ano de 2013, desisti.

No ano seguinte, estava estabilizado financeiramente, voltei a fazer a prova de admissão, mas não passei, o que me deixou apavorado, por saber que no ano anterior já estava a fazer o

Ensino Superior. Um mês depois, recebi o telefonema do Professor Manuel da Cruz, informando-me que eu poderia fazer a matrícula, porém precisava ser rápido e só tinha 3 horas, sob pena de perder a vaga. Consegui me matricular, as aulas começaram e tudo ficou em paz.

No Terceiro ano, reprovei numa das disciplinas, devido à minha opção religiosa. A professora dizia: “todo aquele que não cumprir com as minhas orientações, será eternamente aluno de Caluquembe”. Como o meu objetivo não era ficar no ISCED-Caluquembe eternamente e nem queria entrar em choque com a professora por conta da opção religiosa, solicitei uma vaga, no ano seguinte, na turma do Lubango. Mas fui informado da exiguidade de vagas e o meu pedido não havia sido aceito, mas, na Chibia tinha vagas e então fui encaminhado para lá, onde conheci o Professor Bahu que lecionava aquela disciplina (a que reprovei por opções religiosas). Junto com outro colega percorríamos o trajeto: Caluquembe-Caconda; Caconda-Lubango-Chibia; Chibia-Lubango-Caluquembe-Caconda. Será que guardo mágoas do problema que tive com a professora? A minha resposta é: não, porque foi um mal necessário, pois se abriram outras oportunidades ímpares e importantes da minha vida.

Na primeira prova (Antropologia Cultural), tive 12 valores e o meu colega 15. Na segunda, tive 17 e ele 12. Fomos os únicos que dispensamos a cadeira do professor e a partir daquele dia que o professor Bahu passou a nos conhecer. Aliás, os nomes dos que dispensaram eram estranhos para ele, porque não faziam parte da lista dele desde o primeiro ano daquela turma da Chibia.

Assim que o Professor apresentou os resultados, na sala de aula, pedimos carona a ele, com o compromisso de não pisarmos mais lá, tendo em conta as notas obtidas, apesar de que as aulas continuaram e ele aceitou o nosso pedido. Foi nesse período que conheci o Professor Bahu, que veio a ser o meu orientador da graduação.

No ano seguinte-2017, a turma de Chibia foi transferida para Lubango, acabando por amenizar as minhas viagens, por conta do meu trabalho em Caconda, que fica a 245 quilômetros dali, um trajeto com uma estrada difícil, tendo em conta a realidade de Angola.

Aqui cabe uma nota sobre as salas anexas aos Municípios que foram fechadas: a ação carece de uma grande reflexão por parte da Direção do ISCED-Huíla e do Governo da Província por se adiar o sonho de muitos que vivem em municípios e aldeias circunvizinhas, sob pena de adiarmos o desenvolvimento das zonas rurais. Nunca é demais lembrar que a presença da Universidade numa determinada localidade é um ganho grande, para um país que pensa em

desenvolvimento e desejamos ver a reabertura das salas, por representar “os serviços próximos do cidadão”.

Se o ISCED-Huíla nos municípios ampliou a minha visão, por qual motivo eu deixaria de reivindicar a reabertura das salas anexas para ampliar a visão dos meus sucessores? Será que faz sentido eu reivindicar um bem para o meu povo? Dizia Nelson Mandela: “os tolos se multiplicam quando os sábios ficam em silêncio”, pensamento do qual depreendo que as comunidades continuarão sem escolas, enquanto ficarem em silêncio junto aos intelectuais.

Terminei a minha graduação em 2019 e em 2021 candidatei-me ao Mestrado em Metodologia de ensino Pré-escolar, o único ofertado em toda Angola na altura, mas não fui selecionado, porque não tinha requisitos suficientes, pois, a minha formação era em Ensino de História, enquanto que havia muitos candidatos formados na área. Nesse mesmo ano, no entanto, reabriu o Mestrado de Ensino em História da África, ao qual me candidatei e fui selecionado.

As dificuldades no mestrado do ISCED-Huíla, como o pontapé de saída para outros horizontes

A pobreza é uma doença grave que impede a realização dos sonhos; em algumas circunstâncias, torna a pessoa em anão diante dos grandes desafios. Para alguém conseguir estudar, precisa ocultar muitas vergonhas. E cada uma dessas pessoas tem uma história dentro de si, que nunca contará.

Apesar de ter cumprido com toda a parte curricular, não defendi o Mestrado em História da África, por não fazer a matrícula no ano seguinte, devido às dívidas com a Escola. O Problema não estava no salário, mas na minha retaguarda, aliás, isso tudo aconteceu numa altura em que eu vivia com 11 pessoas em casa, também foi nesse período que Angola atravessou a seca que quase durou dois anos, que coincidiu com a pandemia. Não me faltou vontade de devolver todas as pessoas que viviam na minha casa às suas aldeias, mas muitos deles estavam comigo para fazerem o Ensino Médio. E qualquer tentativa de devolver um deles, era um sinal de adiar o futuro dele ou deles. Valeu apenas, pois, três deles já estão inseridos na função pública.

Num encontro que tive com a minha mãe e um irmão mais novo, que vive em Caconda, ela revelou a situação grave pela qual nosso pai passava. A mãe chegou ao ponto de nos dizer

“O pai está prestes a morrer porque precisava de um cuidado especial e você gasta dinheiro na estrada querendo estudar? Você tem mesmo juízo?” E dessa maneira ela olhava para mim e gritava: “Você tem mesmo juízo com esse teu querer de gastar dinheiro nos carros para estudar?” Perguntas como essas não são respondidas. Só sei que causou grandes lágrimas em mim, mesmo assim a tranquilizei dizendo que o pai ainda não iria perecer. E foi o que de fato aconteceu.

A minha dívida com o Mestrado era de 4 meses na altura, lembro até do dia em que o funcionário da secretaria de pós-graduação foi à sala de aulas para expulsar todos os que estavam em atraso. Chamou o primeiro, o segundo até o quarto estudante e todos saíram. O quinto era eu. Me concentrei, ajustei o terno e fingi que nada estava acontecendo. Quando chamou meu nome não respondi, fingi que não ouvi. Então ele chamou pela segunda vez e continuava em silêncio. Também ninguém olhou para mim (algumas vezes os olhares são traidores, mas naquele dia nenhum olho me traiu). Como a sala toda ficou em silêncio, no final, o Delegado disse-lhe: esteve aqui e saiu e o trabalhador se retirou.

No dia seguinte, fui à secretaria no intuito de justificar o ocorrido no dia anterior. Eu só não queria passar por aquela humilhação. Para meu espanto o homem que havia feito a chamada me desejou boas-vindas, chamando-me pelo nome completo e disse fiquei admirado com o comportamento dos colegas e do meu.

São histórias como essa que me deixam com a alma leve. Devo todo o meu agradecimento a esse jovem e aos meus colegas de turma. Os pobres são submetidos a essas vergonhas todas. Por isso digo: tudo aquilo que viabilize a vida deles deve ser feito, como é da responsabilidade do Professor Bahu devolver e ampliar o número de disciplinas nos Municípios de Angola.

Como já disse, eu havia cumprido a parte curricular, mas não podia fazer a matrícula no ano seguinte por conta da dívida do ano anterior e, por isso, fui tido como aluno desistente, o me impulsionou a olhar para outros horizontes e perceber que o mundo não termina ao ISCED e pensei em outras possibilidades. Tarde ou cedo, irei ao ISCED-Huíla para quitá-las, porque não é o meu desejo ser um cidadão que não cumpre com os compromissos. Faço parte dos que honram com eles.

A concretização desse olhar em outros horizontes foi potencializada por muitas pessoas, começando pela visita da Professora Cyntia Simioni França ao ISCED-Huíla e do professor Bahu que convidou todos os estudantes do MEHA para participarem de uma atividade de

campo. Apesar de estar no interior, nos Municípios Caconda-Caluquembe, de manhã muito cedo, me meti nos candongueiros para viajar, com o intuito de participar da palestra da Professora Cyntia e, no dia seguinte, participar da atividade de campo no Namibe.

Foi nesse meio tempo que conheci quem veio a ser minha orientadora, que, tempos depois, partilhou comigo um link da bolsa de Estudo no Mestrado em História Pública para os alunos estrangeiros e abracei a ideia. Apresentei o projeto e cumpri com os requisitos exigidos, até um dia em que recebi a resposta de que eu tinha sido selecionado. Passei a informação a algumas pessoas próximas de mim, bem como ao meu Diretor de Escola, que imediatamente abraçou a ideia, mas tinha também as dúvidas de como tudo isso iria acontecer.

Quando fui conversar com o Administrador Municipal Nandi Capenda, ele me disse que não gostaria de passar por cima do Gabinete de uma Direção Municipal e explicou que eu precisava falar com o setor de Educação antes. Imediatamente fui ao encontro da Diretora Municipal-Maria Joana Carla Marques Chimbamba, apresentei minha situação. Por sua vez, pediu-me para que escrevesse a solicitação que ela reuniria o conselho de Direção para deliberar sobre uma resposta.

Aqui quero introduzir uma reflexão: Eu não conhecia a Diretora e nem tinha participado de uma reunião dirigida por ela. Aliás, o meu superior hierárquico era o diretor da escola. Mas, pela maneira como ela me recebeu, comecei a nutrir muito respeito e admiração, pois, o que eu sabia a respeito do meu município, não se costumava dispensar trabalhadores para a formação. Se aceitar, está tudo bem, mas se não aceitasse, sempre ficaria grato pelo atendimento muito educado.

Num dia, sem passar pela, pela minha mente de que a diretora ligaria para mim, acabei por receber o telefonema dela. Primeiro os chefes em Angola não dão os números a qualquer e nem se dão muito trabalho ligar aos funcionários. Ainda mais um assunto que beneficia somente o proponente (eu). Até o dia em que recebi ligação da diretora me dizendo que meu pedido havia sido aceito.

O Processo de documentação de viagem

A unidade de pronto atendimento 24 horas foi o local de inspiração da escrita deste item, onde começo a descrever o que não tinha dito à minha orientadora, enquanto esperava a consulta

oftalmológica. Foi num domingo, dia 11 de fevereiro de 2024, um período que coincide com o de 2023 (mês de fevereiro) quando começava o processo de preparação de viagem até o Brasil.

Preferi permanecer no silêncio porque me perguntaram se eu tinha passaporte ou não e eu de fato não tinha um válido. Normalmente, em Angola, demorava 6 meses para ficar pronto e o visto também mais 6 meses. Eu só tinha praticamente um mês para providenciar os documentos. Olhando para o tempo apertado e as dificuldades que precisaria transpor, preferi responder que tinha, mesmo não tendo.

A mesma pergunta foi levantada no dia da arguição e a resposta foi a mesma (sim), eu estava convencido de que conseguiria dar a volta na situação. Assim mesmo, na entrevista para a seleção, como eu poderia responder que não tinha passaporte? Arrisquei em confirmar novamente, sabendo que ele só sairia em 6 meses. A lição que aprendi sobre esse processo foi: quando acreditamos em algo, ainda que os caminhos sejam tortuosos, não nos cansamos e nem desanimamos. Também aprendi que há coisas que devem ser ditas no tempo oportuno, sobretudo quando passamos dificuldades.

No dia que recebi a informação de que fui admirado, marquei uma reunião com o Diretor da Escola, li a lei geral do trabalho sobre licenças limitadas e ilimitadas e percebi que nada estava ao meu favor. Busquei várias orientações e constatei o mesmo novamente. Marquei um encontro com o chefe dos recursos humanos, analisamos os regulamentos e concluímos que não tinha jeito. Apesar de os regulamentos não estarem ao meu favor, eu conseguia sentir o amparo, a afeição, a sensibilidade e que dependesse do homem dos recursos humanos, dizia ele: “eu assinaria a minha dispensa e ponto final”. Mas tudo está escuro para nós.

No dia seguinte, tive um encontro com o Administrador Municipal, como já contei e lá me deparei também com a Diretora Municipal, mas fiz que não a conhecia. Após ela ser atendida, foi a minha vez e expliquei a situação, a resposta do Administrador foi novamente a de que não poderia passar por cima do gabinete de uma Direção Municipal e solicitou que eu fosse ao encontro da Diretora. Minutos depois, fui ao Gabinete da diretora e aconteceu a conversa com ela como já relatei antes. Nesse processo todo, era gratificante ver as pessoas preocupadas com a minha situação e prestavam atenção em todos os detalhes e com a diretora não foi diferente, aliás, revelava posicionamento de uma mãe e de não uma diretora. Somente após esses encontros iniciei o processo de emissão do passaporte. Viajei para Lubango, emiti o passaporte e voltei para casa. Uma semana depois, voltei ao centro de emissão do documento para anexar no processo uma carta que pedia urgência. Em Angola, é muito difícil conseguir

falar com uma entidade superior sem cumprir os protocolos e eu não cumpri nenhum, pois aproveitava toda brecha que se abria para mim.

Uma policial para quem pedi orientação fora da secretaria perguntou-me se eu a conhecia, e respondi que não, e acabou me desejando muita sorte. Fiz uma descrição rápida do cenário, entramos no gabinete dele e me informou que o processo já tinha sido enviado a Luanda. Porém, fui alertado que não emitiam passaportes com urgência, assim, a única coisa que eu podia fazer era ir até Luanda, no centro nacional de impressão de passaportes e a viagem ficou marcada para as 19 horas do mesmo dia, tendo chegado em Luanda no dia seguinte.

Fui num dos postos de emissão de passaporte e a pessoa a quem pedi a orientação queria ser intermediária do meu processo e me entrou na mente a dizer que no centro nacional de impressão de passaportes, não entra nenhum cidadão. Ah ok. É mesmo nesse centro que não se entra, onde pretendo entrar. Apanhei um motoqueiro que me levou até ao local. Prontos! Naquele lugar não há como quebrar os protocolos.

Cumpri com todas as exigências no protocolo, entrei e expliquei a minha situação e pediram que eu aparecesse no dia seguinte. Assim procedi e só consegui conversar com uma senhora responsável pela província da Huíla que me garantiu que procuraria se inteirar sobre o meu processo.

Uma semana depois, a situação ficou caótica. Os maus atendimentos naquela sala de recepção eram cruéis e humilhantes, aguentei tudo durante 3 semanas e desisti do processo e abandonei o local. Já no táxi de volta para casa, tive uma ideia: devo fazer uma carta, para que em todos os lugares onde eu passasse a mostraria como prova de que fiz tudo o que podia, mas não fui atendido a tempo. Então escrevi a carta, voltei a conversar de novo com as senhoras que me atendiam mal e manifestei o sentimento de deixar uma carta para o Diretor nacional, e uma delas me disse que ele não teria tempo de ler a carta. A outra sugeriu que eu fosse à secretaria que ficava no outro lado do prédio.

Fui à secretaria e entreguei a carta. Seis dias depois, já de volta em casa, recebi o telefonema de que o meu passaporte estava disponível e o senhor que ligou, perguntava se enviaria o passaporte ou eu poderia levá-lo na direção nacional, mas preferi levá-lo em Luanda, pois a emissão de visto é feita também em Luanda.

Horas depois, recebi o telefonema de uma senhora que pedia para que eu não passe mais na sala de recepção e fosse falar com o diretor (ela estava chateada porque eu havia falado mal delas). E a minha resposta foi: se é o diretor que resolveu o meu problema, então pela próxima

é mesmo com ele. Afinal, só algumas pessoas que representam mal as instituições e fico grato pelo atendimento da minha carta por parte do diretor. Só sei que aqueci a cabeça da senhora e a nossa comunicação terminou em insultos.

Após ter recebido o telefonema avisando-me sobre o passaporte, fui para Luanda dar seguimento ao visto. Houve vários constrangimentos e quero focar em alguns que afetaram o grupo: Vicente, Professor Gildo e eu.

Tratei de toda a documentação necessária e nas vezes em que tudo parecia difícil, aprendi com a Professora Cyntia que, em alguns momentos, precisamos eliminar as palavras negativas. Ela sempre repetia: “tudo dará certo”. Assim que completei toda a documentação, recebemos a informação de que a embaixada não emitia os vistos e o *site* de agendamento estava fechado, porque todos os dias estavam preenchidos até ao final de abril.

Uma semana depois, alguém nos informou que a agência de vistos estava abrindo algumas vagas de madrugada. Então passei a ficar atento a partir da meia-noite, até o dia em que o professor Gildo nos informou que tinha conseguido fazer o agendamento e tinha a data marcada e nós os dois ficamos de fora. Dias depois, o Vicente, colega que conheci durante o processo de visto, também foi aprovado no mesmo programa e me informou que tinha feito o agendamento de um jeito parecido.

Um dia decidi ir até o centro de emissão de vistos, observei o movimento, prestei atenção em cada cenário (os ouvidos estavam bem afinados para captar qualquer informação que servisse de brecha). Preferi conversar com o segurança para entender tudo que estava acontecendo. Entramos numa conversa mais sensível da vida do segurança e da minha. Ele contou para mim como começou a trabalhar naquela empresa e eu também lhe contei as razões da minha presença naquele lugar. Então ele me aconselhou a falar com o gerente da agência e lhe explicar minha situação. Subi as escadas, fiz o protocolo de audiência, e o gerente pediu que aguardasse até que fui atendido. Ele sugeriu que eu marcasse uma reunião com o embaixador e, se ele aceitar, iria me encaminhar um e-mail.

Fui com Vicente até a embaixada, lá disseram que só nos atenderiam no dia seguinte no período da manhã. Não me lembro se fomos atendidos no dia seguinte ou não. Porém, lembro que quando encontrei o cônsul, ele encaminhou e-mail à agência de vistos e, a partir daquele momento, todo o nosso processo ficou liberado. O tratamento já era personalizado na agência, a comunicação ficou mais fácil e conseguimos emitir o visto. Neste capítulo, todos foram

importantes, mas a segurança/vigilante foi a peça fundamental, aprendi mais uma vez, cada pessoa é importante para a nossa vida, até mesmo os malucos.

Nota de agradecimentos e a minha viagem à Brasil

Após o processo de passaporte e visto, o dinheiro que eu preparava para a viagem ao Brasil de ida e volta, nem serviu para comprar o bilhete de ida, porque o país entrou numa inflação sem precedentes, então vi nesse fato, mais um motivo para não viajar. Além disso, todos os que haviam prometido me ajudar financeiramente, já não estavam mais disponíveis e ainda faltavam 500 mil kwanzas.

Nesse momento, a viagem parecia ser uma verdadeira loucura, pois a base econômica de minha família e de Angola não me permitiria partir para uma tamanha aventura. Porém, eu precisava acreditar que todos têm o direito de sonhar mais alto e pensei também em não brincar com as oportunidades. Também parecia ser uma loucura sacrificar três filhos (que ficaram sob cuidado de pessoas que têm um afeto por elas, numa altura em que a própria mãe não mostrava interesse de viver com eles). Porém, os filhos, os meus irmãos e o meu pai aceitaram o desafio.

O meu agradecimento vai: Primeiramente aos filhos que aceitaram o pai sair sem reclamações;

Aos irmãos:

Pinto, que trabalhou diretamente com a secção dos Recursos humanos da direcção Municipal de Caconda em cuidar de todos os protocolos.

Kai-Kai-foi, que foi um grande suporte financeiro. Não mediu em emprestar dinheiro para as viagens;

Teresa, irmã que gostava de me por ordens porque não queria que eu viajasse e ficar ao lado de toda a família.

Guida, mãe dos gêmeos. Foi nesse momento que ela poderia contar com a ajuda do mano e o mano não fez o caso por estar preocupado com sua viagem;

Wanandumbo, rapaz que viveu conosco até em 2019 e não mediu o bolso, doou 50 mil Kwanzas para apoiar o mano, apesar de ele estar na preparação do seu casamento.

Fiel, que também trabalhou na minha mente para nunca desistir do desiderato;

Hilário, que sempre esteve aberto para me receber em casa dele no Lubango;

Aos amigos:

Chinho, de Luanda, que nunca negou em me albergar na sua humilde casa junto a família dele. Deus deve lhe abençoar;

Vasco e sua Esposa, que, muitas vezes, abriram os bolsos todas às vezes que necessitei de empréstimo de dinheiro por conta dos documentos;

Mano Cahete, por emprestar dinheiro no momento que assim precisei. Ainda tem mais. O PC dele estragou nas minhas mãos e não consegui devolver em tempo oportuno;

Mano Pedro Quessongo, que foi muito fundamental com os seus conselhos pontuais e impulsionadores. Ligava constantemente, procurando saber em que pé estava a viagem;

Professor Sassendje, sempre me reunia em particular para saber como andava as coisas;

Professor Evambi, por ajudar com um valor financeiro de 5 mil kwanzas;

José Pinheiro Jumbua e a sua família, por todo apoio que sempre tive deles;

Sobre a Direção Municipal, destaco:

A Diretora Municipal de Educação, senhora Maria Marques: uma senhora que nunca conheci antes. Nunca tive uma base de que um dia ela aceitaria um pedido tão difícil em dispensar um funcionário, que não conhecia de perto e nem de longe e ter me conhecido simplesmente nesse processo do Brasil.

O Mano Simão. Alguns lhe chamam de chefe Simão! Mas prefiro lhe chamar por 50 Cent. Não precisou muito tempo para entender a minha situação.

O Mano Job Fernando. Se para muitos é o Professor Job, para mim é mesmo mano Job. Foi tão diplomático. Era muito atencioso em me ouvir. Abria a boca para me orientar e me aconselhar.

O mano Negrinho, chefe da Inspeção. Pois se tivesse o princípio de traição, estaria afundado, porque foi um dos primeiros a ouvir as minhas conversas com as pessoas do Brasil, em particular uma conversa que tive com o Inácio, um irmão moçambicano. Ele não vazou a informação e nem se importou pela posição dele.

O mano Guilherme, técnico dos recursos humanos. Num dia bem cansado com as minhas viagens, chamou-me em particular e disse: o porquê das duas faltas? E respondi: olha! Se tenho só duas faltas tenho que agradecer pela bondade da minha direção, porque em

condições normais teria 4 faltas e a direção já perdoou duas e estou grato por tudo. E ele disse: devido à sinceridade com tua direção, removeremos mais uma falta e encaminharemos uma. Os nossos professores não costumam ser assim sinceros, não reconhecem quando faltam. Foi um grande alívio ouvir isso na boca de pessoas que se oferecem em oferecer bondade ajuda; isto é fantástico. Sobretudo quando tu sabes que cometeste e alguém te oferece o perdão.

Agradeço também à Direção da Escola-local de trabalho. Tive diversas reuniões com o Diretor, e me orientava e chamava atenção de alguns erros que provavelmente estaria a cometer. O diretor ficou com as mãos abertas para eu viajar.

Não me lembro o que fiz para merecer uma atenção especial e isso os tornou pessoas incríveis.

Apesar da distância, consegui cumprir com todos os trabalhos que eu deveria fazer presencialmente, desde dar aulas, sobretudo, os trabalhos administrativos.

Termino por agradecer aos meus pais e à Professora Cyntia e ao marido dela, o senhor França. Ainda não encontrei as palavras certas para lhes atribuir. Por enquanto fica só sim.

A minha chegada ao Brasil

Diante de um mundo com carácter corroído devido ao capitalismo, se não aprendi a ser pessoa que não se compadece com o sofrimento do meu próximo, a melhor coisa é rasgar o diploma deste mestrado, porque não terei mais outro lugar onde poderei aprender a ser social e grato.

Com o Professor Gildo, acho que no último dia e também no último intervalo, tivemos um momento de descontração, quando cada um foi contando sobre sua estadia no Brasil, como foi recebido lá. Passando pela questão do racismo e do preconceito, declarei que não estava muito preocupado com isso, porque algumas situações que passei em meu próprio país me levaram a concluir que em todo lugar podemos encontrar pessoas boas e hipócritas. A hipocrisia, algumas vezes, chega a ser mais complicada que o racismo. Daí que, tanto em Angola como em outros lugares, ligo o meu modo de voo livre para evitar pensamentos negativos, sobretudo naqueles que acabam por me afetar.

Não fui bom e também não serei. Mas gosto de aprender com pessoas boas. No tempo que fiquei no Brasil, só vi e convivi com elas e sou grato por isso. A vida sempre oferece uma oportunidade para encontrarmos e enterrarmos nosso lado negativo. Aliás, todos somos

atravessados pela contradição entre o bem e o mal, porém é o lado mais desenvolvido que será manifesto. Devo dar os parabéns aos brasileiros, pois com eles aprendi a reconhecer, despertar meu lado bom.

É importante citar ainda alguns nomes, sem obedecer à ordem hierárquica, mas à dos acontecimentos. Assim, agradeço ainda:

À minha orientadora, pelo seu empenho em promover a “humanização dos serviços”, uma expressão usada na área da saúde para descrever uma postura mais sensível diante da realidade. É nesse processo que fui acolhido e introduzido nos estudos voltados à História Pública. Ela cuidou da minha viagem, alimentação e proteção enquanto eu estava em São Paulo e toda a trajetória no Brasil.

À Carolina, por apresentar à marca do outro e embalsamada e às teorias benjaminianas. Foi ela que acolheu na rodoviária.

Ao Damião, outra pessoa de ouro, poeta vindo do Nordeste do Brasil, que não tem preguiça em cozinhar, tem vários talentos escondidos. Fiquei na casa dele por uma semana sem pagar um tostão sequer.

Ao professor Fábio responsável por coordenar. Foi uma das pedras angulares, por colocar vários serviços à nossa disposição, desde as primeiras refeições enquanto vivíamos na APP e providenciou o auxílio financeiro que recebemos do governo brasileiro.

À senhora Maria José quem conheci no Mestrado. Por conta do que combinamos, não detalharei mais a respeito.

A Bruno e Inácio, os dois foram fundamentais para providenciar o espaço onde passaríamos a viver no Brasil.

Ao Daniel, cuja amizade ficou consolidada quando gravei o podcast. Foi o meu assistente em vários momentos e sou eternamente grato por isso.

INTRODUÇÃO

Mãe Zungueira

*Esta que se aproxima
carrega uma criança às costas
e outra no ventre
uma nuvem úmida rasga-lhe a blusa
lembrando que é hora de parar e amamentar
e lá vai ela seguindo o itinerário que a barriga traçar
gestora de um ovário condenado a não parar
porque é patrimônio social
penhora o útero na luta contra a taxa de mortalidade
Conhece bem demais a cidade
não tanto pelos monumentos
mas pela necessidade
viandante como a borboleta
fez-se fiel e histérica amante
da lei da compra e venda
de porta a porta
uma lei, entretanto, não prevista por lei
depende só do marido? Nunca
mal acordou a urbe já peleja aliciando clientes
no estômago só o funji do jantar de ontem
sem tempo sequer para preparar a casa
Lá vai mais uma dobrando a esquina
de pregão firme como a voz do tambor
humilhada aos poucos pelo sol
nos mapas de salitre da poeira que adormeceu no suor
Forte por fora, muitas vezes vulnerável no íntimo
veja esta nos olhos encarnados grita despercebida
uma mulher mal-amada
nunca descoberta
rainha de etapas queimadas
ele que devia ser companheiro
é de se esconder no copo
quando os ventos são áspers
autêntico chá em taças de champanhe
não estar disposta para mais um suor sagrado
é para ele frontal apelo à violência
habituada a levar da cara [...]*
Poetisa angolana Gociante Patisa 2023

*Um subalternizado pode falar?
Spivak, 1985, in: Ballestrin (2023)*

Imagens 1 e 2 - Zungueiras no mercado informal do Lubango



Fonte: autor (2023)

Imagem 3 - Duas zungueiras jovens no calçadão da rua Gabriel Calofe do Lubango



Fonte: autor (2023)

Vivemos em um mundo cujo caráter está corrompido pelo capitalismo exacerbado, em que a fome e o sofrimento alheio deixaram de ser preocupações nossas e, inclusive, de vários governos. Estamos vivendo um tempo em que os ricos e governantes, muitas vezes, isolam-se atrás de vidros esfumados para não testemunharem o sofrimento das pessoas e, em alguns casos, as relações humanas são relegadas a um segundo plano. Eram essas e outras situações que preocupavam o filósofo Walter Benjamin (1986). Ao observar as cidades onde viveu,

contemplava as pessoas passando fome, enquanto outras desperdiçavam comida, durante o período pós-industrial na Alemanha.

Agora que escrevo este texto, Angola é um dos países com exclusões preocupantes, cujos ricos e políticos não enxergam as desastrosas desigualdades por conta dos véus pretos dos carros, não somente em Angola, como também em vários países do mundo. Há quem sobreviva da lixeira. Enquanto houver pessoas sobrevivendo com menos de 10 dólares por dia, há um trabalho a ser exigido do historiador, não de resolver os problemas, mas cabe a ele denunciá-los, como Benjamin instiga:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes, essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor [...] (Benjamin, 1985.209).

O autor entende que, em primeiro lugar, vem a comida, depois a moral. Não sou leitor da Bíblia, mas percebo que, no novo testamento, sobretudo nos primeiros livros (Mateus, Marcos, Lucas e João), revela-se que Jesus, antes de pregar a palavra, primeiro curou e deu de comer, só depois disso evangelizou.

Nesta dissertação me proponho a escutar, acolher e partilhar as narrativas das mulheres Zungueiras da cidade do Lubango, cuja inspiração deve-se, numa primeira instância, à leitura feita ao texto de Beaud & Wiber (2007), intitulado: “Guia de pesquisa de campo-produzir e analisar dados etnográficos. No texto em causa, os autores afirmam que, muitas vezes, os estudantes não conseguem identificar um tema à sua volta, pensando que o que os rodeia não vale nada para a Ciência. O convite dos autores aos alunos é: “veja à sua volta! Veja dentro de você! Veja o que você faz, porque pode constituir um motivo de pesquisa” (Beadu & Wiber, 2007, p. 21) e olhando à minha volta, entendi que falar da gastronomia da minha localidade (Caconda e Caluquembe), feita no mercado informal, representaria aquilo que compreendo a minha escrita. E, ao conversar com elas, revelaram que muitas delas, antes de fazerem parte da gastronomia, foram zungueiras. Face a essa informação, juntamente com minha orientadora, decidimos olhar para as zungueiras.

Durante as conversas preliminares, percebi que essas mulheres são trabalhadoras e submetidas a maus tratos, espancamentos pela polícia e, sobretudo, sofrem com a rejeição dos urbanistas.

Há uma necessidade de escutar vozes “outras” “zungueiras” em detrimento às mulheres ricas e aquelas que têm nome na História de Angola, como possibilidade de trazer uma história

a contrapelo, tendo em conta os conflitos entre as zungueiras e os representantes do governo (os fiscais e a polícia).

A ânsia por realizar esta pesquisa se ampliou após o meu contato com o mestrado em História Pública, pela Unespar de Campo Mourão, quando comecei a dialogar com o grupo Odisseia¹ e com as pesquisas da professora Dr^a. Cyntia Simioni França, que acolhe as memórias como meio de produção de conhecimentos históricos.

¹ Grupo de pesquisa formado em 2019, que tem como escopo discussões, debates, diálogos e trocas de experiências em torno das obras de Walter Benjamin e a produção de materiais didático-educacionais. É composto por 20 membros, entre mestrados (as), mestres, doutorandos (as), doutorados (as) e pós-docs. É coordenado pela Professora Doutora Cyntia Simioni França, docente do Programa de Pós-Graduação em História Pública/Universidade Estadual do Paraná Unespar. O grupo utiliza o espaço físico do Laboratório de Ensino de História (Campus de Campo Mourão) para as reuniões e como espaço virtual um grupo de WhatsApp criado em 1 de maio de 2020.

Membros do grupo do grupo Odisseia:

- 1- **Prof^a. Dr^a. Cyntia Simioni França** - *de Londrina-PR*, coordenadora do grupo e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 2- **Prof^a. Dr^a. Helena Ragusa Granado** - *de Londrina-PR*, pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 3- **Prof. Dr. Yuri Agostinho** - *da UniLuanda-Angola*, pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 4- **Inácio Jaquete** - *de Moçambique*, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar e doutorando pela Universidade Estadual de Maringá – UEM;
- 5- **Fábio Vedovato** - *de Campo Mourão-PR*, pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 6- **Marli Batista Basseto** - *de Campo Mourão-PR*, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 7- **Maira Wencel Ferreira dos Santos** - *de Campo Mourão-PR*, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 8- **Drieli Fassioli Bortolo** - *de Campo Mourão-PR*, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 9- **Carolina Oliva Rodrigues de Oliveira** - *de Campo Mourão-PR*, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 10- **Gabriel Henrique De Souza** - *de Araruna-PR*, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 11- **Sihilusangamo Kicani Pedro** - *de Malange-Angola*, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 12- **Damião Rocha dos Santos Júnior** - *de Sertânia-PE*, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 13- **Beatriz Carazzai Pereira** - *de Guarapuava PR*, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 14- **Emily Vitória Neves Monteiro** - *de São Paulo-SP*, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 15- **Mpambani Matundu Vicente** - *de Baza Congo-Angola*, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 16- **Silvestre Lissekeivo Manuel Gamba** - *de Cunene-Angola*, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 17- **Julia Quezia Nunes Boina** - *de Janiópolis-PR*, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 18- **Yuri Juan de Oliveira** - *de Campo Mourão-PR*, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná – Unespar;
- 19- **Joaquim Manuel Francisco** - *de Angola*, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná – Unespar.

“Zunga” é um termo da língua kimbundu (okuzunga) utilizado para adjetivar o ato de *zungar*, que significa “rodar”, “girar”, identificado, por esse motivo, como sinônimo de “venda ambulante”. Assim, de acordo com Santos (2011), o ato de zungar equivale a vender pelas ruas das cidades. E o autor da expressão “zunga” como “sinônimo de venda ambulante ou vender pelas ruas”, foi Óscar Ribas em 1997² (Lopes, 2004, p.176).

De fato, quem passa pelas artérias das cidades de Angola, mesmo sem querer, vê e ouve, de um lado a outro, mulheres com bacias cheias de produtos para venda. Algumas passam até por gabinetes de instituições, gritando: “Está aqui a água!” “Está aqui a banana!” “O mano não vai comprar?” “O mano, se me comprar, as crianças não vão dormir de fome!” “Areou, areou! Me compra só, mano!” “Está aqui o produto X, é barato! Areou, areou!” Trata-se de mulheres que saem bem cedo de casa e muitas vezes voltam tarde, sujeitas a sofrer com o desprezo e a hostilização. Apesar disso, entendo que cada uma delas tem uma história por narrar, porém, muitas não aceitam contar as suas *ango-vivências*³, por medo ou mesmo pela discriminação social, às vezes promovida pelo governo, assim tornam-se pessimistas, afirmando que não têm nenhuma história válida.

Certeau (2008), apud Franco & Oliveira (2016), chama atenção para o fato de que os sistemas de produção dominantes, como o televisivo, o comercial e o urbanístico impõem produtos e ideias aos indivíduos, tentando subtrair-lhes o direito de se posicionar, restando-lhes a submissão. Essa imposição, segundo ele, faz com que o indivíduo perca o direito de ser ator e autor e vire um mero recetor da produção social.

Os pesquisadores Franco & Oliveira (2016), segredam-nos ao ouvido que é preciso ouvir o que os sujeitos realmente fazem com o que lhes é imposto, ou seja, compreender os usos pelo ponto de vista dos praticantes que não produzem diretamente tais sistemas de dominação. Não há (e nem houve) um dominado com a boca aberta para falar, sob pena de ser

² Óscar Ribas é um dicionário de regionalismos angolanos, no qual está registrado: “Muitos aspectos da diversidade e da riqueza da cultura angolana podem encontrar-se nesta obra da autoria do escritor, poeta, jornalista e ensaísta angolano Óscar Ribas (1909-2004). Iniciada em Luanda, em 1955, e concluída em Portugal em 1988, editada pela Contemporânea Editora e revista por Luandino Vieira, é o resultado de um profundo trabalho de recolha dos vários elementos da tradição oral em Angola e constitui um precioso contributo para o conhecimento e para o enriquecimento cultural do país. E mostra como o meio ambiente influencia a língua, neste caso, a portuguesa. E como nela são incorporados vocábulos regionais. Ao recuperar os termos linguísticos utilizados em vários pontos de Angola, Óscar Ribas foi mais longe, realizando e aprofundando pesquisa no âmbito da antropologia, no que respeita aos usos, costumes e tradições angolanas. É também uma obra que integra a influência do quimbundo, uma das línguas de Angola”.

(Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/atualidades/montra/livros/dicionario-de-regionalismos-angolanos/111>. Acesso em: 04 jun. 2024).

³ Terminologia criada por Mwune Vunongue (2023), formada pela junção dos termos “Angola” e as “vivências” dos nativos.

chamado de insubmisso, motivo pelo qual muitas zungueiras não aceitam contar suas histórias. Porém, não podemos esquecer que onde há dominação existe resistência (Thompson, 1981).

É importante ressaltar que, durante essa imposição, ocorrem diversas violências: física, simbólica, psicológica, moral, de trabalho, econômica, de insegurança e social. Por conta disso, ocorre o aumento da tensão na relação com o poder público, que detém todo o aparato administrativo (até bélico) contra um povo desprovido desses recursos. A pesquisadora Florita Cuhanga António Telo (2021), doutora em Estudos Interdisciplinares sobre gênero, mulheres e feminismo, explicita como se estabelece essa relação tensa entre as zungueiras e o poder público:

A relação com o poder dá-se sobretudo pelo contacto com os fiscais e polícias, marcada por recorrentes episódios de atritos e violência contra as vendedoras. A sua consciência é de sujeição às medidas e não de negociação das condições para o exercício dos seus direitos, evidenciando-se sinais de intimidação, legitimação pela força, e de cidadania fragilizada. As medidas foram ditadas pelo governo e não consertadas e/ou negociadas. A falta de diálogo e mecanismos de negociação colectiva, demonstram a precariedade do trabalho informal e traços de um poder autoritário, de direitos fragilizados, limitados e violados, assim como a ausência de soluções democráticas. (Telo, 2021, p.21).

A zunga por ser um trabalho exercido predominantemente por mulheres, procurei investigar a zunga a partir das primeiras explicações no mundo acadêmico, para perceber como a academia analisa o assunto, de modo a encontrar brechas para a inserção daquela história negada pela oficial (a do pós-colonial). Não pretendo, com isso, trazer uma história contra discursos já postos, mas fazer aparecer nela o “outro” que ficou apagado ou excluído pelas prioridades das políticas públicas de Angola. Nesse processo, minha consciência levou-me a pensar que as zungueiras fazer parte dos grupos subalternizados. Mas preferi abandonar essa ideia, pois entendo que elas têm boca para falar, não só das suas memórias e deixei que elas falassem por si mesmas como veremos ao longo do texto abaixo.

A fim de compreender como as universidades locais e os Institutos Superiores estudam o assunto, fiz um levantamento de artigos, dissertações e teses, começando, por Lubango que tem as seguintes escolas/Universidades: Instituto Superior Independente (ISPI), Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango (ISPEL), Instituto Superior Católico do Lubango (ISUCAL), Instituto Superior Gregório Semedo (ISGS), Instituto Superior Politécnico Tundavala (ISP-Tundavala), Universidade Evangélica Sinodal de Angola (UESA) Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) e a Universidade Mandume Ya-Ndemufayo e outras. Esse levantamento obedeceu aos descritores: Zungueiras; Zungueiras da

Cidade do Lubango, cujo horizonte temporal foi de 2010–2023, porém, vale ressaltar que não encontrei nenhuma pesquisa realizada por alguma instituição do Ensino Superior de Lubango.

Para ter um panorama ao nível de Angola e internacional, usei os mesmos descritores no Google: Zungueiras; Zungueiras da Cidade do Lubango, cujos resultados são apresentados de forma sintética no quadro nº 1:

Quadro 1 - Comparativo das pesquisas sobre as zungueiras Lubango, Angola e internacionalmente

	Autor	Título	Ano	Tipo de texto	Base	Nível	Área Aplicação	Local de Pesquisa
1	SANTOS, Orlando	Mamãs quitadeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda	2011	Artigo	Google https://journals.openedition.org/ras/pdf/510	Revista Angolana de Sociologia		Luanda
2	MONTEIRO, Indira Lazarine Catoto	Modos de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda	2012	Mestrado em SERVIÇO SOCIAL	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo			
3	QUEIROZ, Lais Helena Custodio Rodrigues De	Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda	2016	Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional Instituição de Ensino	Universidade De Brasília	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	Leituras Cruzadas: África e interdisciplinaridade	Luanda
4	COSTA, Felizardo Tchiengo Bartolomeu	Dinâmicas Psicossociais do Trabalho das Zungueiras Angolanas	2020	Artigo	Google https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.11.i1.0001	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 03 - 19, jan. / jun. 2020	Doutorado-curso de Psicologia e sociedade da Unesp-Assis, área de processos psicossociais e modos de subjetivação no contemporâneo	Lubango
5	SANTOS Orlando Almeida Dos	Do Pregão Da Avó Ximinha Ao Grito Da Zungueira Trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda	2020	Dissertação	https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23955/1/dissertacao_OASantos.pdf	Mestrado	Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia	Luanda

6	Aurea Bianca Vasconcelos André e Vera Santana Luz	O fenômeno das zungueiras, a segregação urbana e a consolidação dos musseques em Luanda, Angola	2022	ARTIGO	https://doi.org/10.20396/labore.v16i00.8668602	Labor e Engenharia	Urbanização Entender as dinâmicas urbanas; segregação das zungueiras e supressão do direito à cidade	Luanda
---	---	---	------	--------	---	--------------------	--	--------

Fonte: Autor (2024).

Olhando para as pesquisas científicas no quadro nº 1, percebi que todas foram feitas por Universidades fora de Angola, além disso, respectivos autores também estudaram na diáspora.

O Quadro 1, permitiu estabelecer uma comparação de como anda a produção científica sobre as zungueiras em diversos lugares. Apesar do número de referências bibliográficas ser reduzido, tive o esclarecimento do tema, a partir de alguns dos autores, a destacar: Santos, 2011; Monteiro, 2012; Queiroz, 2016; Félix, 2018; Costa, 2020; André e Luz, 2022; Ferraz e Leandro, 2023 e, Ernesto e Capilo, 2023. Além dessa base bibliográfica, recorri aos documentos do Estado angolano, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estatística, dentro dos quais selecionei o Censo (2014) e o Plano de Desenvolvimento Nacional PDN (2018-2022) que auxiliam no esclarecimento de alguns dados.

Conforme indicado anteriormente, os estudos sobre as zungueiras tiveram destaque entre 2010-2011 (Quadro 1) e todos tiveram como foco de pesquisa a cidade de Luanda, a Capital do país. E no caso de Lubango, só identifiquei Costa (2020). Porém, em diálogo com Santos (2011), percebi que a primeira pesquisa data o ano de 2004, dois anos depois do fim da guerra civil em Angola, uma pesquisa levada a cabo por Lopes em 2004.

O fato é que tanto os pesquisadores quanto eu, temos algo em comum: as zungueiras, porém, o que diferencia meu estudo dos demais é a metodologia adotada e o lugar da pesquisa, pois as zungueiras não foram tidas como objetos de pesquisa, mas sim como protagonistas. Outra coisa que me diferencia dos outros pesquisadores é a metodologia monadológica de escrita dessas narrativas das zungueiras de Lubango. E,

Mônadas- são “miniaturas de sentido que podem ter a força de um relâmpago, nas quais a ideia de totalidade se acha presente” (França, 2015, p.30), por meio das quais são expressas as experiências de vida. A mônada, segundo essa perspectiva, capta a totalidade na singularidade, ou seja, se baseia na rememoração das zungueiras do Lubango, nos detalhes mais miúdos de suas histórias, oferecendo maior chance de recuperar o tecido social, de escovar a história a contrapelo e superar a linear dos governantes, na medida em que “a mônada pode revelar o caráter singular da experiência de “trabalho outro” realizado por “outras” (Paim & Luís, 2021).

Em diálogo com Walter Benjamin e demais autores como França (2015), Galzerani (2013), Paim & Luz (2021) que teorizaram conhecimentos na forma de mônadas, compartilho o relato de 10 mulheres que se dedicam à vida de zunga, cujas identidades são expressas por pseudônimos, no intuito de preservar-lhes o anonimato e manter a ética da pesquisa científica.

Essa abordagem participativa e sensível não só promove uma compreensão profunda das zungueiras e sua realidade (estando no lugar do outro), mas também destaca a importância de uma pesquisa eticamente responsável em contextos sociais complexos. Enfim, essas histórias não apenas informam, mas também inspiram uma reflexão sobre questões amplas de justiça social e inclusão.

Santos (2011), no artigo “mamãs quitandeiras, kínguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda”, ao analisar a participação das mulheres no comércio de rua da cidade, identificou rupturas e continuidades das práticas rotineiras das antigas (quitandeiras) e as novas gerações (zungueiras), concluindo que estas constituem outra face do governo, aquelas que estão à margem da sociedade.

Santos (2011), esclarece que a prática remonta aos anos 1890-1930, pois, nesse período, as mulheres já trabalhavam como peixeiras e quitandeiras, sendo aquelas vistas como “mulheres de negócio”, apesar de promoverem transações pequenas no comércio. Ressalta também que elas usavam a habilidade para trocar, comprar e vender as mercadorias de que dispunham, às vezes vendendo a crédito aos vizinhos e amigos sem discriminação dos produtos que comercializavam, já que essa prática não era reconhecida como comércio formal.

Recorrendo a estudos anteriores a Santos, com destaque em Lopes (2004), percebo que a zunga ganha maior consistência a partir do ano de 1992, momento em que algumas pessoas fugiram das zonas rurais para as cidades, devido à guerra civil. Mas, Telo (2021), argumenta que o problema das zungueiras, associado à economia informal, tem relação com a “história econômica e social do pós-independência, marcada por crises econômicas e sociais, que veio ser agravada pela guerra civil”. Para ela, a guerra civil só agravou o que já não estava bem, de modo que:

Com o advento da independência do país em 1975, a realidade da maioria das mulheres não teve alterações consideráveis tanto em termos de acesso ao ensino formal como de oportunidades de emprego formal, reconhecidas as pessoas com alguma formação/experiência ou com influência no partido no poder, na sua maioria homens residentes nas grandes cidades (Telo, 2021, p.16).

Outra pesquisa que considero importante mencionar é a de Hodges (2003), sobretudo quando afirma que:

Em virtude do declínio do setor formal da economia e a consequente queda de salários da Administração Pública, grande parte da população urbana depende, para sobreviver, de empregos e rendimentos no setor informal. Uma área que começou a se desenvolver em meados da década de 1980, sob a forma de economia clandestina no tempo do planejamento centralizado”, marxista-leninista. Proliferou-se nos anos 1990, tornando-se a principal fonte de emprego para a força de trabalho urbana, suburbana e periférica em rápida/constante expansão (Apud Telo, 2021, p.16).

Telo (2011, p.17), continua denunciando o histórico de desigualdade social gritante no país, no qual alguns grupos “vulnerabilizados acabaram por ser duplamente afetados, com maior destaque as mulheres zungueiras”.

Corroborando com essa perspectiva, Esperança Madalena Luieca Ferraz & Gracieth de Sousa Mateus Leandro (1992), com o estudo “As zungueiras-pequenas empreendedoras: uma estratégia de empoderamento das mulheres nas zonas suburbanas e urbanas”, realizado no município de Talatona, em Luanda, indicam que a zunga (informalidade⁴) se agudiza até aos dias de hoje (Ferraz & Leandro, 2023, p. 5).

No estudo realizado sobre “a economia informal em Angola”, Alexandre Ernesto & Gorete Capilo (2023) entendem a economia informal- todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas por legislação ou uma prática fora das disposições formais, com características e implicações resumidas no quadro nº 2:

Quadro 2 - Características da economia informal em Angola e suas implicações

Características	Implicações
Pobreza	Sentimento de impotência, de exclusão e de vulnerabilidade
Direitos de propriedade não reconhecidos	Restrições de acesso ao capital e ao crédito; acesso ao crédito de familiares ou amigos. Acesso ao crédito solidário não oficial conhecido como kilapi.
Inexistência jurídica	Não acesso ao sistema judicial para exigir o cumprimento do seu contrato; Não acesso às infraestruturas e prestações públicas.
Não pagamento de obrigações fiscais e sociais em relação aos trabalhadores	Concorrente desleal à economia formal; não arrecadação de receitas fiscais (Estado); Limitação da capacidade do Estado em ampliar os serviços sociais.
Escape a supervisão administrativa	Não observância de exigências sanitárias; Trabalho infantil;

⁴ Para os capitalistas e aos que perseguem a urbanidade, essa atividade é denominada como informal. Mas, na visão das praticantes desse trabalho, é uma oportunidade de trabalho. Essa ideia de “agudizar” tem relação com o aumento da procura pelo mesmo serviço, pois já era praticado antes de 1992, em formato de quitandas (Lopes, 2004).

Atividade de subsistência	Pequena dimensão ou familiar
Realidade urbana	Ocupação de espaços públicos (passeios, estradas, parques)
Obs.: Conhecimentos adquiridos no dia-a-dia e sem fundamento científico	

Fonte: Adaptado de Ernesto & Capilo (2023, p.12-13).

Edilaneide Justiniano de Lima (2017, p.27), em “comércio informal: um estudo sobre possíveis contribuições na economia e na renda familiar”, alerta que o setor informal é uma expressão, adotada e popularizada na década de 1970, definida como:

Pequena escala produtiva; propriedade familiar; dependência de recursos locais; atividade intensiva do trabalho com tecnologia adaptada às condições locais; habilidades adquiridas fora do sistema escolar formal; facilidade de ingresso à atividade; operação em mercados não regulados e competitivos.

A autora alerta que tais definições foram criadas pelos capitalistas de maneira negativa no contexto urbano e, como o objetivo de dominar, definiram o informal como um ato de comércio de carácter espontâneo, realizado em locais impróprios. Nomeadamente na rua, na esquina, defronte a estabelecimentos comerciais ou em mercados paralelos, sem obediência a regras e normas técnico-jurídicas, higiênico-sanitárias, obrigações fiscais para com o Estado (Monteiro 2012), e é a partir de 1970, quando surge a conceitualização de economia informal em Angola.

Ocorre que essa atividade representa a realidade em Angola, onde, em cada dez pessoas empregadas, oito pertence ao setor informal, de acordo com estudos realizados por PNUD e OIT, em 2023⁵, os quais deram visibilidade a mais de 11 mil zungueiras, taxistas e outros trabalhadores informais.

O mesmo estudo indica que, para se conhecer melhor a situação e as soluções, no sentido de promover uma transição mais inclusiva da economia informal para a formal, é necessário um diálogo social como chave para o desenho de políticas mais inclusivas (PNUD & OIT, 2023).

Apesar de as pesquisas que me antecederam revelarem que o fenómeno de zunga, ganhou maior consistência a partir de 1992, por conta do êxodo rural que se deu a partir desse ano e por causa da guerra civil, ou se considerar também, sem perder de vista os fundamentos de Telo (2021), que têm como marco as crises socioeconômicas pós-independência—é

⁵ Discurso do representante residente do PNUD (apresentação do estudo da economia informal. INE, auditório. 8 de junho de 2023, 09h00.

necessário deixar claro que, esta não começou no mesmo período. A guerra ocorreu entre 1975–2002 e também foi antecedida por outra guerra conhecida de guerra de independência. Por esse motivo, podemos dividir a guerra em duas fases, apesar de existir a terceira (extensão da guerra fria ou a disputa das duas potências URSS e EUA): a guerra de luta pela independência (1961–1974) e a guerra civil Angola-(1975–2002).

De acordo com Bittencourt (2016), a luta armada para a independência de Angola envolveu três partidos políticos: FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), todas com viés calcado na luta contra o colonizador português. E em 25 de abril de 1974, os três movimentos e o colonizador negociaram o cessar-fogo no acordo de alvor⁶, onde definiram a formação de um governo de transição que durou pouco tempo por conta da violação do mesmo. Assim, no primeiro semestre de 1975, começou o conflito armado envolvendo as três principais forças políticas angolanas. Em seguida, conforme Paim & Luiz (2021), a independência foi proclamada, a 11 de novembro de 1975, único ponto do acordo de alvor que foi cumprido e Angola ficou dividida entre o MPLA, que controlava a capital e a província do Kwanza Sul, o Norte ficou sob controle da FNLA, o Centro e o Sul do país ficaram nas mãos da UNITA.

Como indica Bittencourt (2016), o fracasso do Acordo de Alvor, a partir de 1975 ou após a independência, lançou dois movimentos políticos para uma guerra-civil: o MPLA e a UNITA, enquanto o MPLA promovia a orientação socialista e controlava concomitantemente o Estado, com apoio da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e os efetivos militares cubanos. Já a UNITA-detinha o domínio do Centro-sul de Angola, com apoio dos EUA e os militares da África do Sul.

⁶ Conforme indica Pearce (2017), antes da declaração da independência, os três movimentos e o colonizador assinaram o Acordo de Alvor em Portugal, em 15 de janeiro de 1975, o qual determinou a criação de um Governo de Transição, em 31 de janeiro, com a presença de três movimentos: um alto-comissário (nomeado por Portugal), incumbido de resolver litígios entre partidários, e a formação de um exército unido, a par da retirada faseada das tropas portuguesas.

Em síntese, a guerra civil foi motivada pelos egos exacerbados dos dois movimentos políticos e um pouco da influência das duas potências (URSS e EUA), pois cada uma queria tirar seus proveitos.

Por esse motivo tenho questionado o partido que governa o país de 1975 até 2027, por ter aprovado a ideia de uma Angola com um único partido: onde estariam os outros dois movimentos políticos que participaram na luta pela independência do país? Estariam no estrangeiro? Ou os outros movimentos políticos deviam ser exterminados? Face a essas perguntas, concluo que os primeiros sinais de exclusão partidária foram manifestos a partir do momento que o MPLA decidiu caminhar pelo monopartidarismo, pois, o ponto de partida de luta pela independência envolvia diversos movimentos políticos.

Essa guerra, de acordo com Bittencourt (2016), ganhou intensidade nos anos 1980, destruindo infraestruturas do país, aumentando o número de vítimas angolanas. Assim foi assinado um acordo de paz, em maio de 1991, que previa para setembro do ano de 1992 a realização de eleições presidenciais e legislativas após o Comitê Central do MPLA-PT (Movimento Pela Libertação de Angola–Partido do Trabalho) ter abandonado a ideologia marxista-leninista, em 10 de dezembro de 1990, e aprovando os princípios do multipartidarismo e do semipresidencialismo, a qual abriu espaço para que os presidentes do MPLA e da UNITA assinassem, em Lisboa, em 31 de maio de 1991, os Acordos de Paz de Bicesse, que levaram ao imediato cessar-fogo.

O Acordo de Bicesse continha quatro documentos fundamentais, dos quais descrevo os dois primeiro e enumerar simplesmente mais dois últimos:

O primeiro documento é conhecido como o Acordo de Cessar-Fogo que estabelecia:

As condições do cessar-fogo, tendo em vista a cessação das hostilidades entre os beligerantes e a extensão da paz a todo o território nacional. O cessar-fogo devia ser total e definitivo, bem como garantir a livre circulação de pessoas e bens. A supervisão geral do cessar-fogo cabia aos beligerantes, no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), em conformidade com o estabelecido nos princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola. Estava ainda prevista a supressão de toda a propaganda hostil por parte dos signatários, aos níveis interno e internacional, que se obrigavam a abster-se de adquirir equipamento letal. Neste sentido, também os Estados Unidos e a União Soviética se comprometeram a pôr termo ao fornecimento de equipamento letal às partes angolanas, encorajaram os demais países a fazer o mesmo — opção, triplo zero (Ramos, 2018, p.575).

O segundo documento, continha os Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola onde:

Enunciaram-se sete princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola, a saber:

- (1) reconhecimento pela UNITA do Estado angolano, do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo, até à realização das eleições gerais;
- (2) aquisição pela UNITA, a partir da entrada em vigor do cessar-fogo, do direito de realizar e participar livremente em atividades políticas, de acordo com a nova prescrição constitucional e as leis relativas à criação de uma democracia multipartidária;
- (3) realização pelo Governo de conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões sobre as alterações propostas à Lei Constitucional. Depois, o Governo trabalharia com todos os partidos políticos para escrever as leis que regulariam o processo eleitoral;
- (4) realização de eleições livres e justas, após um recenseamento eleitoral conduzido sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permaneceriam em Angola para confirmar que as eleições seriam livres e justas e até à divulgação oficial dos resultados;
- (5) respeito pelos direitos humanos e liberdades básicas, incluindo o direito de livre associação;
- (6) início do processo de criação do exército nacional após a entrada em vigor do cessar-fogo, que se concluiria em data a acordar entre as partes. Estas garantiriam ainda a neutralidade do exército nacional durante o processo eleitoral, no quadro da CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional; e
- (7) proclamação e entrada em vigor do cessar-fogo em todo o território angolano (Ramos, 2018, p.577).

O terceiro, continha os Conceitos para a Resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA e o quarto documento, era o Protocolo do Estoril.

Entre a data de celebração dos Acordos até a realização das primeiras eleições angolanas (que tiveram lugar entre os dias 29 e 30 de setembro de 1992), passaram-se 16 meses. Durante esse período, conhecido como “pequena paz” ou “falsa paz”, houve uma reanimação comercial e social. Mesmo assim, o medo se fazia sentir face a uma paz incerta e melindrosa, como indicam Paim e Luz (2021). Daí Lopes (2004), e Santos (2011), definirem o ano de 1992 como o marco de muitas pessoas se deslocaram para a cidade, à procura de segurança, aproveitando o momento de relativa estabilidade política.

A guerra civil acarretou diversos problemas para as mulheres, pois, elas deixaram de ir à escola, ficando relegadas à multiplicação de filhos. Afinal, se o país estava em guerra, também precisaria de homens que dariam continuidade a ela. Quando o conflito cessou, muitas delas ficaram viúvas, pois os maridos haviam morrido. Félix (2018), e Costa (2020), asseveram que, apesar de a guerra ter terminado em 2002 (há 22 anos a data que escrevo este trabalho), o problema continua, por isso ela não pode ser considerada o fator principal.

Telo (2021, p.17), amplia a discussão, ao fundamentar que Angola conheceu “um histórico de desigualdade social gritante no país, no qual alguns um dos grupos foram vulnerabilizados e as mulheres foram duplamente afetadas”.

Os dados do Censo de 2014 revelam que, nesse ano, Angola tinha uma população de 25.789.024, da qual, 13.289.983 era feminina (número maior), o que correspondia a 52%, em comparação à população masculina de 12.499.041, a qual correspondia a 48% do total. Do ponto de vista de viuvez, havia no país cerca de 46.3941 de mulheres nessa condição contra 59.154 de viúvos. Essa diferença deve-se à guerra, que começou pouco antes da Independência e se alastrou até 2002, conforme pontuado anteriormente.

Diante desse cenário, a pergunta que não se cala em mim é: se em 2014, o número maior de habitantes de Angola era composto por mulheres, qual era a taxa de empregabilidade formal e informal até esse ano? E como ficou essa taxa após esse período? Os dados do censo de 2014 revelam que a taxa de empregabilidade formal e informal era de 46,6% para homens e 34,1% para as mulheres.

Em suma, de 2014 a 2023, o cenário de empregabilidade aumentou para as mulheres? A resposta é “não”, como podemos verificar a seguir:

Quadro 3 - Comparação da taxa de empregabilidade entre o setor informal e formal entre 2018-2023

Taxa de empregabilidade informal	%	Taxa de empregabilidade formal	%
Áreas urbanas	65,9	Áreas urbanas	34,1
Áreas rurais	93,4	Áreas rurais	6,6
Jovens entre 15-24	92,5	Jovens entre 15-24	7,5
Mulheres	88,5	Mulheres	11,5
Homens	70,8	Homens	29,2
Total	82,22	Total	17,78

Fonte: INE e IOPREI⁷ (2023), adaptados pelo autor

Essa empregabilidade ou essa história da economia informal angolana de acordo Telo (2021, p.19):

É atravessada pela presença das mulheres através do seu trabalho, quer enquanto quitandeira como vendedora ambulante, assim como, por valores culturais de solidariedade, resistência e resiliência frente a um Estado (colonial e pós-colonial independente) incapaz de prover o básico para a população, incluindo relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Diante disso, percebo que é necessário repensarmos as políticas públicas para as zungueiras ao invés de o governo estar por detrás delas, escorraçando-as com as ações coercivas, como diz o ditado umbundu⁸: *Essanda walinga képia, kimbo liukulandula*⁹. Se não

⁷ Estudo das Organizações Representantes de atores da Economia Informal em Luanda.

⁸ Uma das línguas faladas em Angola.

⁹ O trabalho mal feito na lavoura, traz consequências até sua casa.

há políticas sustentáveis para as zungueiras, o futuro é adiado e enlutado, não só o delas, mas do país inteiro, pois elas detêm o maior número dos filhos de Angola. Deixar à deriva a vida dessas senhoras é como deixar toda Angola na mesma situação e perpetuar a desigualdade social.

Hoje a zunga, nos centros urbanos angolanos, representa a subsistência e resistência e se estabelece como campo de conflito diário. Em busca do sustento diário, as zungueiras cruzam com a repressão dos agentes fiscais, gerando uma dialética em que a privação de acesso e permanência em espaços públicos e a restrição da venda ambulante nas zonas suburbanas reforçam a desigualdade socioespacial, pela exclusão das classes subalternizadas, submetidas aos ditames do capital hegemônico associado ao Estado. Essas zonas, constituídas como privilegiadas, que, ao fim e ao cabo, denunciam outra face visibilizada da desigualdade imposta” (André & Luz, 2022, p.15).

Essas mulheres saem de manhã muito cedo e voltam em casa tardiamente, algumas vezes, não encontram descanso¹⁰ e nem todas conseguem os rendimentos que suprem suas necessidades básicas, terminando simplesmente em refeições diárias, por isso não descartamos as que se submetem a esse trabalho.

Por tudo o que vivenciei em Angola e porque experimentei a vida na zunga, em 2006, entendo esse ofício como um trabalho que exige uma intensa mobilidade. De acordo com Felizardo Tchiengo Bartolomeu Costa (2020), doutor em Psicologia e Sociedade pela Unesp (campus de Assis), na área de processos psicossociais e modos de subjetivação no contemporâneo, em “Dinâmicas Psicossociais do trabalho das zungueiras Angolanas”, a atividade das zungueiras é exercida de maneira extremamente informal e precária, sem qualquer amparo legal ou reconhecimento pelas autoridades de Lubango, ou mesmo de Angola. Face a essa realidade, faço a seguinte pergunta: quais são as razões de resistência das zungueiras da cidade Lubango diante dos vários perigos a que são submetidas?

Assim, para atingir o objetivo central desta pesquisa, foram traçados alguns específicos para guiá-la em seu curso: 1) escutar “outras vozes”, em contraponto às de mulheres ricas e famosas da história de Angola, buscando trazer uma alternativa; 2) acolher as motivações pelas quais as zungueiras vão às ruas, muitas vezes submetendo a si e a seus bebês a perigos eminentes; 3) descrever a relação hostil entre elas e o governo angolano, por meio de questões

¹⁰ Conversamos com as zungueiras da paragem da Missão Católica de Lubango, com as quais esperávamos o táxi às 22 horas, após as aulas no ISCED-Huíla.

socioeconômicas e políticas; 4) compreender como elas lidam com a agressão por parte da polícia, com as grandes bacias cheias de produtos e com os bebês que carregam nas costas; 5) registrar experiências, estratégias, mecanismos e táticas que movem esse trabalho em contextos tão desafiadores.

Tais mulheres possuem memórias vivas e algumas esquecidas. Por isso, a fim de despertá-las, priorizei a escuta sensível de seus relatos, enquanto morador de Lubango. Aliás, a relevância desta dissertação reside justamente nisso: a busca da escuta de mulheres que são invisibilizadas pelas políticas públicas. Embora os documentos digam outra coisa, como que o MPLA sempre esteve ao lado do povo e pronto para resolver os problemas do povo, porém, a realidade aponta que as zungueiras estão excluídas dos benefícios do Estado e Telo (2021), assevera que, durante o doutorado de, não conseguiu ler textos que falassem da história das mulheres trabalhadoras do mercado, sobretudo no informal. Assim, ela percebeu que há continuidade do projeto colonial iniciado no século XV, revelando a colonialidade do poder, do ser, do gênero e do saber.

A partir da escuta atenta ao texto de Paim & França (2023), “Lugares de viver, ensinar, aprender e fazer história pública: entre o colonial que desumaniza e o decolonial preche de possibilidades”, percebo que aqueles que têm dado continuidade ao processo colonizador preocuparam-se em invisibilizar sujeitos e tornar alguns grupos sociais subalternizados para que assim pudessem afirmarem-se, impondo seu próprio imaginário e poder colonizador em detrimento dos demais. Esse processo passa por diversas questões, incluindo a de conhecimentos/saberes e usurpação das pessoas e a proibição de atuar em sociedade de forma ativa.

Aqui ressalto que a colonialidade vai além da colonização e em Angola se manifesta de diversas formas: pelo poder, pelo ser e pelo saber (Quijano, 1989). A *colonialidade do poder* – conceito criado por Aníbal Quijano, em 1989 – consiste na “forma de classificação social, que tem como base a hierarquia racial e sexual, distribuindo as identidades sociais em superiores e inferiores” (Paim & França, 2023, p.101). Em Angola, esse procedimento tem sido levado a cabo pelos partidos políticos com maior destaque, pelos governos e generais, incluindo os tribunais. Até 2017, o país viveu uma doença de ordens superiores, ou seja, tudo era regido por ordens superiores e muitos foram prejudicados por essas ordens. Para não esgotar o assunto na introdução, reservei nas páginas abaixo, a descrição das sequelas dessas ordens superiores.

Ballestrin (2013), explica esse fenômeno destacando sua dupla pretensão. Se por um lado denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação, após o fim das administrações

coloniais, produzidas por culturas e estruturas do sistema-mundo capitalista moderno, de outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.

Já a colonialidade do ser desemboca na desqualificação de forma ampla dos subalternizados, relegando as possibilidades de existência dos sujeitos, reforçando, assim, a não existência do outro. Em Angola, as igrejas cristãs e alguns partidos destituem os outros, pois os consideram não civilizados. Daí o problema entre os supostos urbanistas (civilizados) e os não urbanistas.

Por fim, a *colonialidade do saber* evidencia, especialmente nos sistemas educativos (em todos os níveis de ensino e em todas as idades) o enfoque em conhecimentos e ciências pautadas na modernidade e racionalidade eurocêntrica. O projeto ideológico é encabeçado pelas escolas (superiores e ou não) e igrejas cristãs-90% delas têm nomes europeus e seus praticantes utilizam múltiplas estratégias para naturalizar e internalizar pensamento, história e patrimônio único, tudo em nome do modelo racional, moderno, como pontua Ballestrin (2013), firmando-se como os únicos que sabem e únicos que vão para o céu.

Mediante essa colonialidade, é necessário o processo de *decolonialidade*, conforme indicam Paim e Araújo (2021), processo que se caracteriza por questionar as estruturas sociais, políticas e epistemológicas inveterada dentro de muitos. No caso de Angola, precisamos refletir junto aos governos acerca de colonialidade na política, na economia, na sociedade, na ideologia, na descriminalização, na exclusão, na produção e validação de conhecimentos, na racialização das classes sociais, no uso das cidades e na distribuição de recursos.

Dentro das facetas desse processo, do *poder, do ser e do saber e do gênero* encontro uma brecha para questionar o lugar da zungueira em Lubango, tanto na História Pública como nas políticas públicas, pelo fato de que elas foram colocadas numa encruzilhada interseccional-raça, classe social, origem, escolaridade e gênero conforma pontua Telo (2021). Esse questionamento é motivado pelos estudos de Mignolo (2010, p.10), ao me provocar afirmando que: “o conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder”. Mas, como indica Ballestrin (2013), sua estrutura é complexa, composta por níveis entrelaçados que adentram o controle de economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero, sexualidade e subjetividade e do conhecimento.

Hoje, em todos os lugares de Angola, a empregabilidade formal requer um certificado de habilitações literárias. Por muito tempo, as zungueiras tiveram acesso limitado ao espaço

público, começando pela escola. A isso, Telo (2021), chama de “continuidade de colonialidade”, pois, rejeita outros saberes. E Costa adiciona:

Durante a guerra as mulheres tinham difícil acesso à educação formal e eram normalmente direcionadas para as atividades domésticas. Forçadas por várias formas de desigualdade, elas apresentavam uma taxa de desistência escolar de cerca de 29%. Em 1997 entre os adultos (mais de 19 anos), 43% das mulheres nunca haviam frequentado a escola e apenas 18% das mulheres estudaram para além da 4ª classe em contraste com 37% dos homens. Entre os idosos (mais de 65 anos) os homens têm uma probabilidade 150% maior de saberem ler e escrever Costa (2020, p.5).

O mercado de trabalho exige o histórico escolar. Além disso, é necessária a documentação pessoal (bilhete de identidade). Um estudo de gênero realizado por Afonso e Caetano (Apud Costa, 2020, 2015, p. 5) revela que em Angola existem muitas mulheres sem documentos, o que dificulta, inclusive, seu acesso a programas de microcréditos (que no meu mundo não existira e nem existem) que se destinaria a essa população: “Em alguns casos, as mesmas usaram, por não possuírem bilhete de identidade (RG), um homem/parceiro como intermediário”. Adiante, foram compiladas histórias de mulheres nessa situação, que acabavam por pagar uma “comissão” aos intermediários, um cenário que vigorou até o ano de 2017.

Mediante as várias imposições de colonialidade (guerras, ausência de empregos formais) as zungueiras, inconformadas, romperam as barreiras, acedendo ao espaço público, através da venda nas ruas, de casa em casa, e nos mercados informais das principais cidades urbanas (Telo 2011). Porém, deparam-se conosco—os urbanistas—pelos quais são criminalizadas, perseguidas por fiscais e rejeitadas por serem consideradas presença indesejável na cidade, um atentado contra a estética que persegue os ideais urbanísticos, como indicam (Costa, 2020; Benjamin, 1986).

Apesar de elas não terem recursos financeiros, pelo não acesso a microcréditos ou negócios de destaque, suas memórias são abundantes. O que falta é alguém para ouvi-las e permitir que essas histórias fluam por meio da rememoração e, assim, possamos (re)construir impressões mais atuais sobre o vivido, conforme sugere Benjamin (1985), ao afirmar que a memória não é apenas um instrumento para explorar o passado, mas seu meio. Ela é onde a vivência ocorreu, assim como o solo onde as antigas cidades estão enterradas.

Por meio da memória, pontua Galzzerami (2018), podemos protagonizar e mergulhar nas experiências vividas pelas zungueiras, enxergando-as em sua plenitude humana, como pessoas repletas de certezas e incertezas, completude e incompletude. Para alcançar esse intento, foi realizada uma conversa com 10 zungueiras, na capital da província da Huíla, em Angola, na cidade de Lubango, localizada no sudoeste do país, por meio de três *Ovingonja*

Viombangulo (3ª roda de conversa) cujos resultados serão abordados no tópico sobre as protagonistas da pesquisa.

O embasamento teórico-metodológico da pesquisa é sustentado por Walter Benjamin (1985), tendo como suporte de diálogo a História Oral, tencionando construir conhecimentos históricos por meio de relações dialógicas horizontais e interativas, conforme a perspectiva benjaminiana e da História Pública. Cada anseio, angústia e sentimento das zungueiras foi ouvida, visando trazer justiça e reabilitar práticas ignoradas ou mal compreendidas.

Fotografia geral da pesquisa

Esta pesquisa está orquestrada em 4 capítulos, precedidos pelo memorial, dedicatória, resumo e introdução.

O memorial levou-me ao passado que talvez eu nunca poderia contar, quando descrevi uma parte da trajetória, enquanto cidadão da aldeia que não tem luz e água, e deixei claro que Lubango não é a minha verdadeira terra, mas sim, um cajado de identificação por força da modernidade. Também descrevi meus momentos bons e cruéis, com ênfase na fase acadêmica, até chegar ao Brasil.

Na introdução, comecei por apresentar como fiquei cativado pelo tema e pelos processos de transformações até chegar ao tema central, estabelecendo um entendimento inicial do que são zungueiras. No segundo momento, fiz um levantamento de como o tema vem sendo estudado em Lubango, em Angola e no Brasil e fiz uma pequena discussão sobre as zungueiras (memórias e experiências), que permitiu conhecer o estado atual delas, executei consequentemente o levantamento do problema. No terceiro momento da introdução, apresentei uma noção básica da orquestra metodológica, concomitantemente o grupo e o local da pesquisa.

No capítulo I- “As protagonistas da pesquisa”, descrevi a história de vida das zungueiras, em seguida, tracei um panorama sobre a História Pública, destacando a origem, os engajamentos na atualidade e uma reflexão baseada no texto de Marta Rovai (2018), para enfim encerrar com uma zunga da História Pública e noções básicas sobre memória e decolonialidade.

No capítulo II, “Conhecendo o lugar da pesquisa”, apresento inicialmente a dialética que encerra o termo “África”, do ponto de vista da generalidade engatilhada durante minha estadia em Campo Mourão/PR e em outras cidades por onde passei. Foi possível perceber que alguns consideram a África como um país e, algumas vezes, o termo é usado para descrever

tudo. Aproveito para agradecer por esse privilégio que me permitiu a troca de conhecimentos sobre as Áfricas e reflito sobre alguns riscos quando a consideramos de forma generalizada. Por isso tentei deixar claro o motivo pelo qual não usei constantemente o termo “África”. Em seguida, apresentei as noções gerais sobre Angola – localização geográfica, população e línguas faladas, descrevi o lugar da pesquisa, que é a capital da província da Huíla (Lubango, o número de municípios, os vários povos que vivem nessa cidade, fundação, alguns atrativos turísticos e o outro lado da moeda, onde se encontram as zungueiras). Por fim, apresentei uma preocupação: Lubango é um lugar de redenção ou de barbárie, em que descrevo como as cidades nessa região foram concebidas e o conflito que se insere nelas, num duelo entre fiscais e zungueiras, as quais ressignificam Lubango enquanto o governo impõe sua disciplina (por conta das vendas não autorizadas).

No capítulo III-Entendendo o mundo das Zungueiras nas trilhas de Walter Benjamin, Brecht e Thompson fiz uma análise social de Angola por intermédio de Benjamin (1985), Brecht (1993), e Thompson (2021), depois realizei um levantamento da economia informal no país, destacando suas causas e suas interferências na vida das zungueiras, para então apresentar as políticas públicas do governo angolano, cujo impacto é negativo na vida delas. Também visitei a trajetória dessas mulheres e a exiguidade de políticas públicas para com elas, com enfoque na profunda corrupção que Angola conheceu (e ainda conhece) e como as zungueiras foram colocadas à parte dessas ações.

No capítulo IV- A Memória na Vanguarda das Histórias das Zungueiras da Cidade do Lubango adentrei pelas mônadas da segunda roda de conversa, e passando em revista a metodologia de pesquisa e de escrita, quando destaquei o estudo de Thompson (1993), na produção de conhecimentos historiográficos baseados em memórias, num entrecruzamento com o de Benjamin (1985). Na sequência, trouxe em pauta “o outro lado de Angola”, indicando suas vítimas que exercem o zungar na atualidade, revelando um setor da sociedade que não foi bem cuidado pelos governantes e segui trilhando as memórias das zungueiras por meio de seus relatos, onde trago os fragmentos intitulados: em “ocingonja combangulo yavali: omuenho wa vakuaknualanuala”¹¹, onde elas narram as suas memórias e experiências. Enfim, retomei as mônadas das zungueiras que constituem a 3ª e a última roda de conversa, “*olonjongole, ocingonja combangulo catatu: ovoyaki kuenda etiulo lieci catiama kuayumue*”¹² e algumas

¹¹ As zungueiras e as políticas públicas.

¹² Os desejos, as lutas e as reivindicações.

reflexões sobre o que aprendi com as mônadas¹³. As considerações da pesquisa seguiram três eixos: referenciais teóricos; relatos das zungueiras e as minhas percepções do percurso formativo.

CAPÍTULO I – AS PROTAGONISTAS DA PESQUISA

Esta pesquisa se insere na História Pública em linha de pesquisa “Memória e Espaços de formação” e, conforme já mencionado, apresenta os resultados de um diálogo realizado com

¹³ Tendo em conta a metodologia da escrita monadológica, de formas a diferenciar uma mônada de uma citação, esclareço: todas as mônadas (fragmentos de memórias das zungueiras) estão formatadas em itálico, com um avanço de 2,5 cm, espaçamento 1,5 cm, os títulos das mônadas em caixa alta sem itálico e centralizados. As citações diretas com mais de 3 linhas-avanço de 4 cm, tamanho 11, espaçamento simples. Epígrafes – centralizadas e justificadas a direita, espaçamento simples, tamanho de letra 11.

10 zungueiras por meio de três rodas de conversa, tornando-as protagonistas de fora dos muros da academia. O trabalho foi desenvolvido pela via da autoridade compartilhada (Santiago, 2016; Frisch, 2016), no intuito de permitir que expressassem com liberdade sobre suas experiências sociais e econômicas na relação com o direito à cidade, enquanto zungueiras.

Antes de compartilhar a vida e a trajetória dessas protagonistas da pesquisa, apresento a voz de uma mulher moçambicana, Paulina Chiziane (2024), apesar de ela ser de Moçambique, na voz dela ouço o clamor das mulheres com quem conversei:

Muito obrigado A todos. Viemos de longe. Há muito anos, a África era livre até quando foi invadida. Os nossos homens foram levados e vendidos como escravos e outros foram levados para deportação. Ficamos nós mulheres sozinhas com alguns dos nossos filhos pequenos! Estávamos sós e nós tínhamos que lutar, e lutamos e construímos a África.

Senhores e senhoras, quando falo da África feminina é aquela construída com as nossas mãos e é este continente que ficou de pé. Não falo de Angola e Moçambique, enfim, ou daquela história horrível que vocês conhecem, mas falo das mulheres que serviram de bancos, a base das vidas familiares[...]. Estou a falar de mulheres, aquelas que, todos os dias cruzam as estradas com vocês com uma bacia na cabeça! No meu país (no sul de Moçambique) chamam-se mukueristas e em Angola são as Zungueiras. A economia da África estava nas mãos delas! Foram elas que construíram essa África inteira.

Então com essas palavras suaves estou sugerindo a Forbes: *onde estão aquelas empresárias da família africana? Só são empresárias aquelas que falam português? Aquelas que andaram na escola dos outros? Onde estão aquelas mulheres que fazem o dia-dia do continente! Onde estão?* É uma sugestão enfim.

Nós escritores e contadores de histórias ouvimos muitas vezes, ah... não, sou licenciada graças a Deus, mas a minha mãe era analfabeta. Vocês nunca ouviram isso? Vocês nunca repetiram essas palavras? O que vocês pretendem dizer com essas palavras? Tua mãe é analfabeta na linguagem de quem? Já que você hoje eis PALOP, acha que a tua mãe analfabeta? O que se passa então?

Só estou reclamando e desculpe: *onde está a empresária africana? Aquela mãe genuína que defendeu esse continente e continua a defender?*

Estou cansada de ver a repressão policial. *Estou a falar daquela mulher com a bacia na cabeça, com a criança nas costas ao sol e na chuva. Ainda tem que receber bastonadas do polícia porque pisou as artérias! E quando querer responder ou querer uma justiça, vão lhe dar um documento de que ela é analfabeta!* Hora: quando digo que a África é o continente feminino, digam-me lá: qual é o ministro ou embaixador, ou todo-poderoso que não veio da bacia daquela mulher? Diga-me lá! Digam-me lá (Chiziane, 2024, discurso feito ao prêmio forbes responsabilidade social em Luanda)¹⁴.

1.1 A primeira roda de conversa: Ocingondja Combangulo Yatete: esapulo kuenda ungende womuenho

Esapulo kuenda ungende womuenho vem significar: histórias e trajetórias de vida. É o que nos propoemos compartilhar neste capítulo.

¹⁴ <https://youtu.be/q1cafvcG8yo?si=m6LZdIsZKQVNOwW6>

Inspirado pelas poderosas palavras de Paulina Chiziane, apresento a primeira fase do relato das protagonistas envolvidas nesta pesquisa, compartilhadas durante a primeira roda de conversa, intitulada "*Esapulo Kuenda Ungende Womuenho*" (Histórias e trajetórias de vida). Para preservar seu anonimato, assim como para respeitar os significados intrínsecos de cada uma, elas foram identificadas por pseudônimos ao longo do texto.

As protagonistas desta pesquisa são mulheres com idade variando entre 30 e 66 anos: nove delas vivem com seus maridos e uma vive sem. O número de filhos das participantes, no primeiro caso, varia entre três e sete e a que vive sozinha tem três filhos. Além de seus filhos, muitas dessas mulheres convivem com outros membros da família, como sobrinhos, cunhadas e irmãs. Esse contexto de convivência familiar é ilustrado pelo seguinte fragmento de um dos depoimentos:

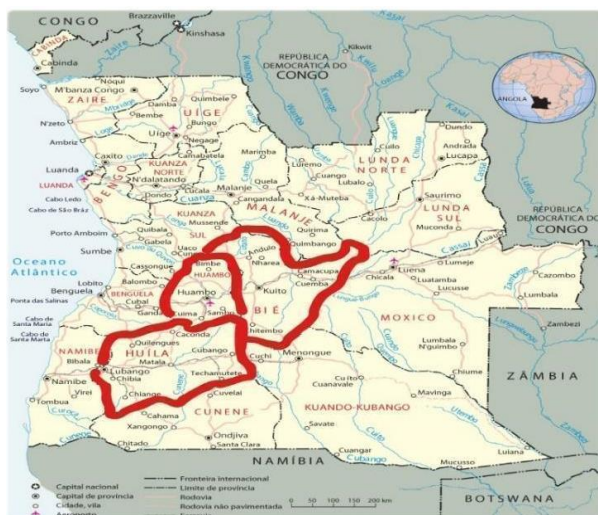
CORRO, PEGO A BACIA, O BEBÊ E FUJO

Sou a Nguendalelie, tenho 39 anos e já quarentei, vivo no Bairro Nambambi, com o meu marido e temos 7 filhos e vivemos com mais uma sobrinha. Sou natural de Caconda, passando o km 12 e 14, pela Candjamba, Catchiombo até no Tombola. É ali onde nasci. Não me lembro o ano que comecei a zungar, mas quando comecei a zungar não tinha filhos e sempre vendi tomate, cebola, cenoura, pimenta e repolho. Saio de casa 8 horas para ir caular ao Mutundo, e chego na cidade às vezes 14 e 15 horas. Não saio muito cedo em casa, pois tenho que fazer os trabalhos domésticos. Se chego na cidade as 14 ou as 15h, volto para casa às 21h. E neste processo de voltar tarde em casa, algumas vezes usamos os autocarros de 100 kz. O nosso voltar em casa tarde não nos preocupa. O que nos preocupas são os policiais e os fiscais, que nos dão corridas todos os dias. E quando isso acontece, é correr de verdade. E quando chegar o momento de correr, pego a bacia e o bebê e fujo. E ali, a polícia vem, pisa nos negócios com as motos (Nguendalelie, 2023 de julho, em roda de conversa).

Ao longo da primeira roda, as zungueiras comerciantes revelaram uma fascinante diversidade de origens geográficas. Das 10 com as quais dialoguei, seis vieram dos recantos do interior da Província da Huíla, cada uma trazendo consigo histórias de lugares distintos: uma, veio das paisagens do Município de Chipindo (que significa “terra de ouro”); quatro, vieram das belas terras de Caconda, uma veio das planícies de Caluquembe; duas desafiaram grandes

distâncias e vieram das províncias de Bié e Huambo, cada uma trazendo uma nova perspectiva para o comércio urbano de Lubango e duas já eram veteranas das movimentadas ruas dessa cidade, conhecendo cada esquina e cliente habitual, cujos locais de origem são visualizadas nos mapas 1 e 2.

Mapa 1 - Províncias de origem das protagonistas da pesquisa



Fonte: <https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre-angola>

Mapa 2 - Os Municípios delimitados a vermelho, indicam as origens de algumas protagonistas e suas fronteiras



Fonte: <https://images.app.goo.gl/3r7HrJm257jqvero7>

O diálogo permitiu não apenas mapear a origem dessas mulheres, mas lançou luz sobre a teia intrincada de migração e a adaptação que sustenta a economia informal em Lubango.

Diversas mulheres desempenham as funções de zungueira desde a infância. Uma narrou ter iniciado essa atividade aos 9 anos de idade e uma está envolvida na profissão há apenas dois anos. Suas rotinas são imprevisíveis e exigentes. Algumas zungueiras partem de casa ainda na escuridão às 3 horas da manhã, e retornam apenas às 21 horas. A extenuante jornada de trabalho pode ultrapassar 12 horas diárias, totalizando 72 horas por semana. No entanto, apesar disso, elas não têm direitos previdenciários garantidos, lutando diariamente em uma batalha silenciosa por sobrevivência e dignidade.

Em meio a ruas congestionadas e mercados vibrantes, as zungueiras personificam a resiliência. Pois não apenas vendem mercadorias, mas também carregam os sonhos e as esperanças de um futuro melhor. Cada uma delas é uma prova viva da tenacidade humana, enfrentando desafios imensuráveis com determinação e coragem.

Durante a conversa que travamos nesse primeiro momento, elas relataram que muitas deixam suas residências de madrugada para comprar os produtos e, posteriormente, adentram

às ruas por volta das 7 ou 8 horas para vendê-los, que vão desde insumos hortícolas até peixes, roupas, alimentos e latarias.

No dia 20 de julho de 2023, por volta das 17h30, em conjunto com meu colega Joaquim Chipalanga, que me auxiliou durante as entrevistas, decidimos realizar a última observação direta. Nosso objetivo era compreender como as senhoras zungueiras se movimentam ao pôr-do-sol e assim estabelecer os primeiros contatos com elas, a fim de explorar a possibilidade de dialogar, superando a barreira inicial de falta de proximidade.

Ao anoitecer, constatamos que as senhoras montavam postos de venda nos pontos de táxi, especialmente onde há um fluxo maior de pessoas retornando para suas casas. Nesse contexto, consegui conversar com algumas, apresentando nosso propósito. Uma delas aceitou gravar no dia seguinte.

Enquanto continuávamos observar o movimento das outras zungueiras após o combinado com a primeira zungueira, a polícia estava em conflito com nossa motorizada sem darmos por conta, tentando levá-la ao comando, mas sem sucesso devido a estar trancada. Após a retirada da polícia, sem que soubéssemos, uma senhora nos alertou sobre a intenção da polícia em levar o nosso meio rolante e sugeriu que o movêssemos para outro local. Sem muita demora, a polícia retornou para efetuar a apreensão, felizmente para nós e infelizmente para eles, nossa motorizada não estava mais naquele espaço proibido. Esse incidente (um mal necessário) fortaleceu nossa conexão com as zungueiras, levando duas delas a gravarem as entrevistas naquele mesmo dia, apesar dos riscos envolvidos e nem saber onde estariam no dia seguinte. Naquela mesma noite, gravamos três entrevistas.

No dia seguinte, consegui dialogar com três zungueiras pela manhã. No período da tarde, integrei uma equipe de fiscais para compreender como se processava o embate entre elas e os fiscais. Confesso que foi difícil manter um diálogo com ambos, em saber que vão levar o negócio, mesmo eu apelando que ninguém vai levar o vosso negócio. Mas importaria um encontro entre zungueiras e fiscais.

No terceiro dia, consegui realizar apenas duas entrevistas, devido à tensão enfrentada pelas zungueiras com a presença de fiscais e policiais na cidade. Tentei encontrar uma oportunidade de eu integrar a equipe da polícia e foi negada essa possibilidade. Considerei que meu foco era exclusivamente as zungueiras e não persisti com a solicitação. No quarto dia, dediquei-me a conhecer os locais onde as mulheres buscavam seus negócios, conseguindo entrevistar também as duas últimas.

A primeira zungueira, com o pseudônimo de *Ukuandjetu*, exemplifica a versatilidade e articulação que seu nome sugere, de origem *Umbundu*, significa “articulante” ou “versátil”, refletindo a capacidade adaptativa e a habilidade em diversas áreas dessa mulher. Essa versatilidade é evidente em sua trajetória, conforme a mônada *zungo até tarde*, demonstrando sua resiliência e compromisso com seu trabalho.

ZUNGO ATÉ TARDE

Nasci no Lubango e resido no Bairro Magistério, Comecei a vender aos 9 anos com minha mãe. Na altura fritávamos peixe e vendíamos no estrada-de-ferro no comboio. Mais tarde, passei a vender bolinhos, nos Laurianos 2006, 2007. Em 2010, entrei no armazém da nossa casa, depois trabalhei na padaria confiança 2 anos, depois vendi na praça nova e virei zungueira. Tenho saído de casa às 5 horas, vou ao trabalho na padaria, onde trabalho como doméstica e entro na zunga às 15 horas e saio às 20 horas. Sou pai e mãe dos meus filhos porque o meu marido está em Luanda a lutar pelo emprego (Ukuandjetu, julho de 2023, em roda de conversa).

A história de Ukuandjetu não é apenas o testemunho de sua própria força e versatilidade, mas também uma representação da luta e determinação de inúmeras zungueiras que, dia após dia, enfrentam desafios similares. Sua jornada inspira e motiva outras mulheres a persistirem, mostrando que, com articulação, é possível superar as adversidades e alcançar sucesso em suas empreitadas. O diálogo com Ukuandjetu ocorreu às 19 horas do dia 20 de julho de 2023, de forma descontraída, sem interrupções no atendimento aos clientes. A disposição de Ukuandjetu em gravar no mesmo dia foi motivada pelo incidente com a polícia. Face a essa situação, ela nos sugeriu que gravássemos naquele ambiente, já que seria impossível conceder a entrevista de outra forma em função de sua rotina.

Imagem 4 - Ukuandjetu sentada, segunda mulher da esquerda para a direita, com outras zungeiras na esquina da rádio de Huíla (a mulher em pé é a que viu e avisou sobre a polícia)



Fonte: Arquivo do autor (2023- 20.07. as 19 h)

A segunda pessoa a participar da gravação foi *Candimba*, que inicialmente não estava incluída na lista das participantes programadas para aquela noite. O interesse dela em participar surgiu durante uma discussão amigável com outra zungeira, motivada pelo desejo contrair uma dívida, visto que o dinheiro que possuía não era suficiente para comprar o peixe, conforme relatado por ela na mônada:

NÃO ME FATIGA, TAMBÉM SOU ZUNGUEIRA

A primeira coisa só vim comprar agora, porque sou zungeira também. Vendo latarias e durante o dia, não tinha clientes e só comecei a vender esta tarde. Então preferi vir comprar essas horas o conduto (Candimba, julho de 2023, em roda de conversa).

Candimba nasceu em Caconda e reside atualmente em Lubango, tem 5 filhos e zunga há 13 anos. Uma outra motivação que me levou a dialogar com ela deve-se ao fato de comprar de noite o peixe: na tradição dos *Ovimbundu* de Caconda a janta deve estar pronta a partir 18 horas, sobretudo, nas zonas rurais, ou seja, quando uma mulher compra a janta às 19 horas, é sinal de que seu trabalho não lhe permite chegar cedo em casa.

Candimba significa “coelho(a)”, animal que, de acordo com a crença *Umbundu*, o coelho é associado à inteligência no meio de grandes animais. É considerado o animal que usa a inteligência no lugar da força. É estratégico, come com grandes animais, busca ser amigo de todos e consegue se livrar de quaisquer problemas quando estes têm algo contra ele. Atribuímos-lhe esse pseudônimo devido à sua estratégia de zungar, conforme relatou na mônada *a Polícia e os fiscais* nos perseguem.

O coelho, na mitologia *Umbundu*, é uma figura que, apesar de pequena e aparentemente frágil, consegue sobreviver e prosperar em um ambiente de grandes desafios e ameaças. Essa analogia pode ser usada para descrever pessoas que, com astúcia e inteligência, enfrentam e superam adversidades, mesmo quando confrontadas por forças aparentemente superiores. No contexto em questão, a estratégia de zungar é vista como uma maneira engenhosa de lidar com as pressões e perseguições das autoridades. Assim, o pseudônimo *Candimba* reflete a capacidade de se adaptar e sobreviver através da inteligência e estratégia, características essenciais para navegar e superar as dificuldades apresentadas pelo ambiente regulatório e de fiscalização, como ela mesma relatou:

A POLÍCIA E OS FISCAIS NOS PERSEGUEM

A polícia e os fiscais nos correm! Assim, para eu vender aqui na cidade, tenho que colocar o meu o negócio nas costas, tipo bebê. Algumas vezes perguntamos, por que nos dão corridas, enquanto os gatunos estão ali? Somos só mesmo nós que estamos lutando para conseguir a comida para os nossos filhos. Nos dão mesmo corrida, tipo que as tais coisas que estamos vendendo, tipo que roubamos. Eles só proíbem vender mesmo aqui na cidade, mais nada. Aqui na cidade é onde a gente encontra mais ou menos os clientes. Na própria praça não dá para vender lá, porque você caula maionese a 1300 e querem te pagar também 1300. Nós, preferimos aqui na cidade onde a pessoa vende a 1400 e você ganha lá os 200 ou 100. (Candimba, julho de 2023, em roda de conversa).

Por que *Candimba* tem cliente à tarde? Fazendo uma ligação com *Ukuandjetu*, que começa a sua zunga às 15 horas, após ter cumprido com o horário, ambas aproveitam o intervalo das 15 às 20 horas, por ser um período em que as instituições fecham e os trabalhadores vão para as suas casas, para atender os trabalhadores quando saem do trabalho. Nesse período nenhum pensaria em ir ao mercado paralelo do Mutundo, que fica há 12 km do centro de Lubango para fazer as compras, com exceção daqueles que vivem perto do supermercado.

Muitos preferem comprar das zungueiras, que ficam em zonas de trânsitos de funcionários. Além disso, os tais mercados informais começam a fechar às 15 horas, abrindo uma oportunidade para elas perambularem pelas ruas da cidade e vender. Porém, esses são casos excepcionais, o fato é que a cidade fica cheia de zungueiras o dia todo.

A terceira entrevista foi realizada com *Jamba*, natural da Província Huambo, vizinha à Huíla, cujo município limítrofe ao norte é Caconda, margeado pelo rio Kuando – que demarca um limite natural. Ela tem 37 anos e reside em Lubango, no bairro Comercial, desde 2005, vive com o marido desde 2013, com os 5 filhos e duas sobrinhas. A história dela é impactante, como contou na mônada:

A MINHA BACIA

Zungo desde 2009. Comecei a zungar para auxiliar a minha mãe. Ela não faz nada e o meu irmão lutava sozinho e eu dei conta que tinha idade para colocar a bacia na cabeça, essa minha bacia poderia auxiliar a minha mãe até quando conseguir a minha casa (Jamba, julho de 2023, em roda de conversa).

Esse fragmento me instigou a rememorar a história de muitas crianças, que, desde muito cedo, assumiram a responsabilidade de prover o alimento de casa. A mãe não conseguia o sustento, então a criança vê na bacia uma oportunidade de ajudar, por isso a Jamba se considera madura desde os 10 anos. Pelo que percebi, são as dificuldades que a tornaram uma pessoa pressionada a ser madura nessa idade e começar a suportar o peso de uma bacia. Não é ruim começar a trabalhar cedo, desde que isso não viole os direitos de uma criança, em particular o de estudar ou de brincar. Ela não aprendeu com sua mãe a trabalhar, mas a situação em que estavam a obrigou a ser zungueira. Quantas crianças engraxam sapatos para prover a alimentação em casa? Quantas andam nas praças vendendo sacos pretos, para garantir o

sustento? O trabalho em si não constitui um problema se é uma preparação para a vida adulta ou como educação. *Jamba* representa um grupo de pessoas, cujo passado precisa ser curado com medidas psicológicas paliativas e ações governamentais que garantam o provisionamento de necessidades básicas para elas.

A quarta zungueira entrevistada, chama-se *Nguendalelie*, que significa “vou com quem”. Ela tem 40 anos, vive com o marido, os 7 filhos e uma sobrinha, formando um agregado familiar de 10 membros. Nasceu em uma das aldeias de Caconda, localizada a 12 e 14 km, perto de Candjamba, Catchiombo e Tombola. Não se lembra o ano em que começou a zungar, mas lembra de ter começado antes de ter filhos e sempre vendeu tomate, cebola, cenoura, pimenta e repolho.

Ela tem uma rotina acima de 10 horas de trabalho, pois, sai de casa às 8 horas para fazer compras em Mutundo¹⁵, retorna à cidade entre 14 e 15 horas. Não sai muito cedo de casa, por conta dos trabalhos domésticos, mas o retorno para casa também se dá às 21h, como as demais zungueiras. Quando não consegue pegar o ônibus, ela recorre às motorizadas de duas rodas. É uma mulher traumatizada, o que fica bem visível em seu discurso, quando diz que: “*Angola não é o lugar para os que reclamam, porque se fosse assim, deviam já ouvir as nossas reclamações*” (**Nguendalelie, julho de 2023**, em roda de conversa).

A quinta entrevistada chama-se *Lundjindji*, uma expressão umbundu (uma das línguas faladas em Angola), traduzida para português como “formiga”. Nasceu em Caluquembe, um dos Municípios ao norte da província da Huíla, vizinho de Caconda, tem 30 anos, vive com o marido, há seis anos, e têm 4 filhos. Atualmente, vive no bairro da Mitcha, em Lubango. É zungueira desde a infância, ofício que aprendeu com a mãe. Tem como preferência a venda de peixe na cidade, bem como em todos os lugares de paragens de viaturas que transportam os viajantes. Sai às 6 ou 7 horas para trabalhar e retorna para casa às 18 horas, ou antes, dependendo do rendimento do dia. Ela conta com o apoio do marido para que em casa não falte comida.

A sexta zungueira com quem conversei foi *Mbenbua*, que-significa “pacificadora”. Ela também nasceu em Caconda, no bairro da Cavava e tem 27 anos. Até ao momento da entrevista ela residia no Nambambi, em Lubango, com o marido e 4 filhos. É uma zungueira nova, com apenas 2 anos de experiência. Decidiu abraçar a causa desde o momento em que o local por onde vendia (pracinha) acabou extinguindo seu negócio e a única forma de superar a

¹⁵ Principal mercado paralelo do Lubango.

situação foi vender nas ruas ou ir ao encontro do cliente. Ela vendia ginguba (amendoim) e rebuçados, saía de casa às 10 horas e retornava às 19 ou 20 horas e sua entrevista começou às 19h 50 minutos.

A sétima entrevista foi com *Cassinda*, que significa “aquele (a) nascido (a) a seguir aos gêmeos”, pois nasceu exatamente nessa condição: no meio dos(a) seus(a) irmãos(a) gêmeos(a), além disso, exerce a função de intermediária entre eles e os pais. Ela é natural de Caconda e vive em Lubango desde 1997, no Bairro Mitcha. É zungueira desde 2002, e, nos últimos dias, vendia calças. De manhã, muito cedo, ia ao culto, depois cumpria com as tarefas de casa, por isso ingressava no trabalho somente às 9 ou 10 horas. Fazendo uma comparação com as outras anteriores, ela tem a zunga como meio de viver:

ZUNGA COMO MEIO DE VIVER

Quando vi que tenho filhos que precisam de algumas coisas, como escola, o meu marido foi alguém que bebia muito e não dava nada. Eu preferi dirigir-me nas ruas da cidade do Lubango e comecei a vender para sustentar os meus filhos e deixei de olhar no marido que não dá nada. Tenho um filho que está no Pitágoras, fazendo a enfermagem, e os outros estão na escola normal (Cassinda, julho de 2023, em roda de conversa).

A oitava entrevistada foi realizada com *Sunso*, que significa “mês de janeiro” ou “início de algo”. Ela nasceu na Província do Bié – uma das localizadas no centro de Angola. Até no momento das entrevistas, residia na vila da Arrimba, em Lubango, desde 2015 com o marido, os quatro filhos, a cunhada e sua irmã, totalizando um agregado familiar de 8 membros. Compartilho a mônada:

GIRAVA

Comecei a vender aqui na cidade desde o momento que os fiscais no Mutundo me chateavam com as fichas. Girava num lado, aí estão a me pedir a ficha¹⁶, giro noutro lado, também estão a me pedir a ficha. Muitas das vezes, estão a te pedir a ficha, numa altura que não vendi qualquer coisa. Então decidi vender aqui na cidade onde também tem os fiscais. Mas dá para fugir. Também nunca me deram a barraca Mutundo, o que me obrigava a girar toda a praça (Sunso, julho de 2023, em roda de conversa).

¹⁶ Comprovante de pagamento de imposto diário por zungar no mercado paralelo do Mutundo.

A nona que participante a compartilhar sua experiência foi *Ina kuenda Issia*, que significa “mãe e pai ou aquela que assume as responsabilidades de pai e de mãe”. Uma mulher de 34 anos, nascida em Huambo. Pelo destino, foi viver na província do Namibe por um tempo e no período da pesquisa residia em Lubango desde 2003. Morava com seus 3 filhos, sem o marido, e duas irmãs, totalizando 6 membros do agregado familiar. Trilhou o caminho da zunga desde 2003, totalizando 20 anos nessa atividade. Normalmente, saía de casa para trabalhar às 7 horas e retornava às 18h. Ela é conhecida como “peixeira” por vender peixe há muito tempo nos parques (no estacionamento de carros), no mercado informal e na cidade. Também declarou carregar lembranças negativas ao longo da zunga, por perder um negócio equivalente no valor 50 mil Kwanzas, valor que foi parar nas mãos dos fiscais e não foi devolvido até hoje.

A décima e última zungueira com quem conversei foi a *avó*, ocorrido no dia 21 de junho de 2023. Às 4 horas da manhã, saí determinado para observar o movimento do Mutundo, onde as zungueiras se encontram a partir desse horário em busca de oportunidades de negócios. Consciente dos desafios que poderia enfrentar, especialmente com meu telefone em mãos, aproximei-me cautelosamente do grupo que aguardava os carros que trariam suas mercadorias.

Aproveitando a oportunidade para entender melhor suas vidas, aproximei-me com cautela e iniciei uma conversa franca e aberta, compartilhando meus motivos para estar ali. Foi então que uma delas mencionou a presença da *avó* e sua luta diária para garantir seu sustento, apesar dos desafios de saúde que enfrentava. Como os carros não apareceram naquele dia, decidi pedir um favor: acompanhar a *avó* até sua casa, na esperança de compreender melhor os desafios que enfrentava e os motivos pelos quais estava ali tão cedo todas as manhãs. Para tal, compartilho a mônada da *Avó*:

O LOCAL DE COMPRA E A SOLIDARIEDADE

Meu filho, eu estou mesmo doente. Até aqui ainda não tomo os medicamentos porque o posto daqui não ficou aberto a semana passada. Mas hoje está aberto e farei a consulta. Mas estou mesmo doente. E o hospital fica ao lado daquele sítio onde você nos encontrou à espera do carro. Ontem fui lá, o posto estava fechado, mas hoje farei a consulta. Somos do Chipindo e já saímos de lá em 1979, fomos viver no Namibe, saímos do Namibe em 1980 e nos instalávamos na casa verde. Depois, pensamos viver em Capunda Cavilongo, pois queríamos cultivar. Lá não foi possível cultivar e, ao sair de lá, fomos viver no bairro Favorita e depois decidimos comprar um espaço de construção aqui no Bairro

do Mutundo. Estávamos sentadas naquele armazém, esperando o carro que vem do Namibe. Quando os carros chegaram, as senhoras mais jovens vão correndo por trás desses carros ou sobem sobre os mesmos, ocupam alguns sacos e a compra será no mercado informal e elas repartem comigo o que elas ocuparam, porque a minha idade está avançada e estou doente. Nos tempos idos dava para correr por trás desses carros. Agora não é possível. As filhas entram e, no final, dividem comigo. Estão a fazer muito trabalho. Quando o milho chega, não são egoístas e dividem comigo (Avó, junho de 2023, em roda de conversa).

Essa jornada de diálogo com as zungueiras, revelou uma realidade complexa e desafiadora e representa uma profunda resiliência e determinação. Suas histórias são um testemunho vivo da força feminina e da capacidade de enfrentar adversidades com coragem e dignidade diante das barreiras que lhes são impostas. Após descrever o relato de vida dessas mulheres trabalhadoras, senti a necessidade de percorrer os caminhos da História Pública, apresentando os motivos pelos quais eu trouxe a temática das zungueiras em Lubango sob essa perspectiva.

1.2 Um olhar sobre a História Pública (zungas básicas)

Como indica Carvalho (2017), foi nos EUA onde surgiu a proposta da História Pública, para mitigar a crise de empregabilidade que atingia os recém-formados na época, sobretudo no sector público. Isto é, para além da sala de aula, o historiador poderia encontrar outras oportunidades. Em termos mais simples, a História Pública se refere à atuação dos historiadores e do método histórico fora da academia, preparando pessoas para trabalhar em diversos sectores da sociedade: no governo, em corporações privadas, na comunicação social, em sociedades históricas, em museus com arquivos, como editores de *sites* governamentais, e outras áreas. Aliás, como pontuam Carvalho (2017), e Liddington (2011, p. 34), enquanto existir serviços públicos, também devia existir um historiador público. Ainda que o surgimento da História Pública tenha sido motivado por uma questão mercadológica, até hoje, em algumas situações, ela é necessária, porém com um viés menos capitalista, a qual ficou História Aplicada, como indica Rousso (1984), pois estava voltada para resolver problemas pontuais.

Nesse momento preciso revisitar a História Pública australiana, que surgiu para criticar os historiadores universitários refastelados. Isso ocorreu porque, na Austrália, a história entrou

no mercado como nunca havia acontecido nos EUA: os historiadores tornaram-se autônomos e donos dos negócios e muitos vendiam suas habilidades ao público, construindo suas carreiras. Além desse mercantilismo sem precedentes, Liddington (2011), afirma que, na Austrália, a História Pública engajou-se tanto politicamente quanto na prática, lutando em batalhas comunitárias, na linha de frente em Sydney, entrando no tribunal, subindo no banco das testemunhas, submetendo-se a ardilosos interrogatórios pelos conselheiros da cidade, para defender e preservar subúrbios industriais da classe trabalhadora tradicional, enfim, o país precisou repensar a própria história: a da terra dos australianos nativos.

Já na Grã-Bretanha, a História Pública priorizou o Patrimônio e a Memória, assim como a história biográfica.

A História Pública conheceu um crescimento exponencial nos anos a seguir de 1970. Mas, com base em Theodoridis (2021), Jaquete (2023), e Souza (2023), percebo que em meio a discussões, num movimento de ação e reflexão, o conceito, até hoje, não reuniu consensos.

Mesmo com essa indefinição, a História Pública ganhou dimensões internacionais. Apesar disso, tem servido de porta de entrada para um certo grau de crítica, como pontua Cauvin (2020). Assim, quanto mais ela sofre críticas, mais robustez ganha por impulsionar vários pesquisadores a se posicionarem na busca de uma definição. Enquanto o consenso não chega, todos somos convidados a colocar as mãos na massa.

Segundo Carvalho (2017), ela ascendeu nos anos de 1970, em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Inglaterra, África do Sul, (Almeida & Rovai, 2011, p. 07) energizando e sendo energizada por debates que envolviam desde patrimônio histórico até os passados sensíveis de populações nativas. Atualmente, há dezenas de mestrados em História Pública, especialmente nos Estados Unidos e Austrália.

No Brasil, a partir do ano de 2011, foi desenvolvido o Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo (USP), que propôs a discussão sobre o trabalho do historiador no espaço público, trazendo não somente respostas, mas, principalmente, indagações para o futuro do ofício desse profissional, como anota Souza (2023). Aqui ressalto que, até a data presente, institucionalmente, só a Unespar (campus de Campo Mourão) tem o Mestrado na linha de História Pública.

Apesar do internacionalismo, essa linha de pesquisa não é muito conhecida em Angola, e é por conta disso que senti necessidade de abraçar o projeto e fazer o curso em companhia de outros colegas, como Kikani (do Uige), o Vicente (do Zaire) e outros que poderão fazer parte

da turma de 2024-2026 (Silvestre, de Cunene e Joaquim, de Bié). Claro que provavelmente há outros angolanos fazendo História Pública em outros lugares do mundo e isso nos deixaria felizes.

Carvalho (2017) afirma que não é tarefa fácil definir esse conceito e faz algumas perguntas interessantes, como: “seria ela uma metodologia, um campo, um objeto de estudo, ou uma sub área de História? Somente o Historiador autorizado a veredar pela História Pública? Será que o grande público participaria na elaboração da História Pública”?.?

O autor esclarece ainda que vários autores buscam dar respostas às perguntas levantadas, mas, do seu ponto de vista, a História Pública:

É uma forma do historiador profissional engajar diferentes públicos não-especialistas com o conhecimento histórico, de forma crítica, participativa e emancipatória, utilizando para isso os mais diversos recursos tecnológicos e metodológicos. A História Pública, desta forma, tem muitas moradas. E nisso, ao que me parece, os historiadores parecem concordar: entende-se, hoje, que ela pode (e deve) ser feita nas ruas, na mídia, nos museus, nas galerias, nos arquivos, nas escolas, nas bibliotecas e até mesmo no interior de organizações privadas (Carvalho, 2017, p.4).

Mediante essa reflexão de Carvalho, percebi que muita gente em Angola faz História Pública, proponho às universidades a implementação da História Pública em Angola, como disciplina na grade curricular para direcionar a utilização da História, para que seja “feita nas ruas, na mídia, nos museus, nas galerias, nos arquivos, nas escolas, nas bibliotecas e até mesmo no interior de organizações privadas”, como está escrito na última parte da citação de Carvalho.

Uma outra motivação pela qual sustentamos a proposta de implementação da História Pública nas universidades Angola, como disciplina na grade curricular, reside no diálogo com Zahavi (2011), ao elucidar que a História Pública:

Tem trilhado numa complexidade por atuar em diversas áreas de conhecimento, dentre elas o gerenciamento de coleções históricas, as práticas de curadorias, os estudos arquivísticos, a preservação histórica (documentos e mídia), o patrimônio cultural, os estudos museológicos, a história pública e ficção, a história pública e arte dramática (reencenações e teatro não-ficcional), a história pública e cinema, os estudos de locais comemorativos e herança, a história rural (trabalho documental de áudio), a história oral, a história digital/museus virtuais, a história dos negócios e das corporações, a história das políticas públicas, os estudos de documentários, os estudos de sabedorias e vidas populares Zahavi (2011, P.52).

Hoje a História Pública é abrangente, empolgante, cativante e provocativa. Ela é uma avenida para a formulação e configuração de políticas públicas por meio de pesquisas fundamentadas; é um veículo para ampliar nossa visão do passado. Através do uso sofisticado e criativo de exposições museológicas, apresentações teatrais, mídia audiovisual e muito mais, uma vez que: “Ela é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam

pelo patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou a pouco tempo, e continuam se desdobrando” (Zahavi, 2011, p. 53). Enfim, entende-se que ela é uma árvore com diversos ramos estendidos para diversas direções, onde pousam pássaros, mas que nem por isso deixou de ter uma direção, pois estabeleceu diretrizes fundamentais: produção, divulgação e circulação de conhecimentos, a partir da: “divulgação científica em espaços não universitários e ambientes virtuais, como também construir conhecimento histórico por meio de projetos colaborativos com diferentes sujeitos e espaços” (Paim; França, 2023, p.106).

A História Pública, no Brasil, adentrou (e adentra) em vários circuitos sociais, sobretudo nos movimentos sociais populares, liderados por trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, entre outros, lutando por “direitos de cidadania e a participação política no processo decisório nacional (Oriá, 1997, p. 129, Apud Paim & França, 2023). Esses movimentos colocam na ordem do dia o interesse pelo “dever” de memória, como instrumento de luta e afirmação de sua identidade étnica e cultural”. Os grupos sociais questionam e lutam por seus direitos identitários, bem como a reescrita de histórias e memórias contadas por eles, e não mais por outras pessoas. Nesse sentido, a História Pública amplia os espaços de diálogo, rompendo os muros acadêmicos, como reforçam (Paim & França, 2023, p.108).

Diante de todas essas questões, neste labuto, destaco alguns eixos de reflexão que considero importantes, como: mulheres, zunga, guerras, memórias, história oral, políticas públicas, movimentos sociais, pressão social, urbanização, o direito à cidade, o comércio informal, estudos subalternos, colonialidade, decolonialidade, modernidade, assuntos que permeiam a minha pesquisa de forma interdisciplinar.

Ao se trabalhar com a História Pública, Rovai (2018, p.186), pontua que ela requer um posicionamento político, uma vez que

[...] é um campo da história que compreende posicionamento político e não se confunde este termo com partidarismo ou doutrinação, mas, responsabilidade e compromisso em relação à **produção, divulgação e circulação sobre os acontecimentos históricos**, entendidos não mais na sua dimensão exclusiva da macro-história e nem privilégio de poucos, mais em experiência cotidiana que são valorizadas e significa a vida de “pequenos e grandes”. Trata-se de “trazer a vida para dentro da história” em suas versões, de forma mais múltipla possível, fugindo dos “perigos de uma única história” (Rovai, 2018, p. 186 – grifo meu).

Essa pensar dos “perigos de uma única história” cabe a Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, registra em “O perigo de uma história única”, palestra que foi adaptada para livro em 2009.

Na tríade da História Pública, produção-divulgação-circulação, como sublinhei na citação de Rovai (2018), anteriormente, há uma relação com a perspectiva de Jaquete (2023) e Souza (2023), no sentido de que, muitas vezes, ela é pensada e discutida apenas numa única dimensão: a de divulgação e circulação de conhecimentos históricos, deixando à parte o processo de produção. Para os autores, essa dimensão constitui um dos pontos essenciais da História Pública, que ainda carece de muitas discussões. Afinal, a publicização não ocorre se a produção não for bem cuidada.

Para a execução exitosa da tríade, e de modo a não produzir a “história única” e concretizar o desiderato de produzir fora dos muros da academia, procurei manter o foco de minha pesquisa no fato de que é necessário ter em conta as direções ou possibilidades (engajamentos) da História Pública – estudados por Ricardo Santhiago (2016, p. 26), que estabeleceu os quatro engajamentos/caminhos possíveis de entrecruzamentos da produção-divulgação-circulação de conhecimentos historiográficos.

De acordo com Santhiago (2016), o primeiro caminho é a *história para o público* – voltada para a difusão do conhecimento histórico a um público amplo, para além dos espaços da universidade, cujo objetivo é: “disseminar o conhecimento histórico através de diferentes canais de comunicação, sendo alguns deles: rádio, televisão, jornal, literatura, cinema, museus, memoriais entre outros” (Paim & França, 2023, p.105). O segundo é o da *história com o público*, que diz respeito àquela produzida no diálogo com diferentes sujeitos, em que a produção de conhecimento histórico é tecida por relações dialógicas e colaborativas (Paim & França, 2023, p.106). O terceiro caminho é a *história pelo público* “produzida pelos centros de memória popular, sindicatos, colecionadores, blogueiros, associações de bairro, jornalistas, escritores, cineastas, teatrólogos, entre outros agentes vinculados para além do campo universitário” (Paim & França, 2023, p. 106). Por fim, o da *história e público*, vinculadas especialmente às reflexões historiográficas acerca de temas já explorados como: usos do passado, boom da memória, do patrimônio (Paim; França, 2023).

Considerando as perspectivas tecidas pelo historiador Michael Frisch (2016), acerca de que não somos as únicas autoridades e intérpretes no processo de construção de significados, mas sim, compartilhamos autoridade numa posição horizontal, permitindo uma troca de saberes entre acadêmicos com público não acadêmico, a presente pesquisa trilha o segundo caminho proposto por Santhiago (2016) “*história com o público*”, uma vez que contou com a colaboração das zungueiras de Lubango, que aceitaram relatar suas experiências vividas no cotidiano da zunga. Também, de forma involuntária, escutei os fiscais da cidade, devido à

complexidade que o assunto engendra, sem esquecer amigos e pessoas anônimas que colaboraram durante as entrevistas, até funcionários de gabinetes que gentilmente forneceram dados relevantes. Ressalto também os (as) colegas que contribuíram com sugestões valiosas ao longo do processo de apresentações do projeto da pesquisa. Uma outra colaboração veio do trabalho de orientação da professora Cyntia França, bem como da banca examinadora durante a qualificação, que contribuiu para a concretização desta pesquisa, pois são os que Melo (2023), chama de “pares acadêmicos de pesquisa”.

Além dos parâmetros da História Pública, a paixão pelas vivências das zungueiras foi impulsionada pelas minhas leituras dos estudos de Beaud & Wiber (2007), que auxiliam a pesquisa de campo, alertando que ela não deve ser relegada aos anexos e rodapés, mas sim, devem constituir o corpo do texto. Já o meu encontro com a História Pública expurgou algumas dúvidas que eu tinha, ao me propor a trabalhar com o público fora dos muros da academia. A ideia de dar relevância à pesquisa de campo, levou-me a apresentar, já nas primeiras páginas do texto, o perfil das zungueiras, de forma a não colocar suas falas somente no final.

Tendo em conta os parâmetros da História Pública de Frish (2016), assim como a proposta de Beaud & Wiber (2007), dialoguei principalmente com os textos de Walter Benjamin (1985), que me proporcionaram uma compressão sobre por quais águas a navegar, pois constitui o aporte teórico-metodológico da pesquisa e escrita. A leitura de tais teorias foi permeada pelo texto da Professora Pesquisadora França (2020), “Memórias como meio de produção de conhecimentos históricos”, um assunto que abordei em diversos momentos da pesquisa.

Ainda sobre a opção de fazer história “*com o público*”, numa colaboração dialógica horizontal, devo dizer que não foi fácil, pois algumas vezes, ao tentar elaborar uma história colaborativa fora dos muros acadêmicos, acabamos por selecionar um público exatamente com esse perfil. E aí fica fácil, pois, tanto o pesquisador como o grupo colaborativo conseguem definir o que deve ser feito. Já trabalhando com as sociedades fora desse ambiente, a ideia “colaborativa horizontal” coloca o pesquisador em contato direto com o público sobre o qual ele fala.

O relato das zungueiras foi realizado por elas e, por isso, são as principais detentoras desse conhecimento, elas partilharam memórias, sentimentos e afeição baseadas nas experiências no entrecruzamento com as políticas públicas de Angola, fato que constitui o cerne desta pesquisa. Além disso, tiveram liberdade total em decidirem o que deveria ser publicado no texto – lembro-me de uma delas expressando preocupação sobre a divulgação de certos

detalhes de seu depoimento, por receio da reação do marido, precisei garantir que tais detalhes seriam mantidos em sigilo. Tanto que, após a transcrição das entrevistas, os conteúdos sensíveis solicitados pelas zungueiras foram guardados em meus arquivos, como combinado, e algumas imagens foram deletadas, a pedido delas, o que me causou certo constrangimento, por considerá-las importantes para o texto, mas logo encontrei conforto no pensamento de Rovai (2018, p. 190), ao lembrar o papel do “historiador como um ouvinte sensível e ético”. A esse respeito, a autora também afirma que:

O trabalho com essas comunidades coloca o historiador diante de novos narradores e de um público amplo que não simplesmente consome, mas participa da construção e das escolhas sobre o que, como, porque e quando divulgar suas histórias. Como profissional e como cidadão, de forma mais explícita e necessariamente dialógica, coloca-se diante de novas perguntas sobre os efeitos da produção histórica, da divulgação de novos saberes, da autoridade compartilhada e dos benefícios às comunidades às quais escolhe lidar (Rovai, 2018, p.191).

No perfil apresentado acima e em outras rodas de conversa ao longo do trabalho, são diálogos com alguns trechos das línguas nativas, pertencentes às zungueiras, para preservar a identidade linguística delas. Porém, percebi que já elas não usavam as máximas em línguas locais, muitas vezes compartilhadas nos *ondjango* ao redor da fogueira ou em momentos de aconselhamento nos municípios de origem delas. Segundo Benjamin (1985), narrativas baseadas em experiências carregam “sabedoria”. Foi notável durante a pesquisa, que com o tempo tanto da parte delas como da minha, já que estamos perdendo o hábito de utilizar as máximas angolanas, sobretudo as das línguas locais, devido ao meio em que estamos inseridos e ao trabalho que realizamos. Exemplo disso é o fato de que, durante as entrevistas, recordamos-nos de coisas que deixamos de fazer e dizer, especialmente quando perguntei se elas conheciam algum provérbio, e todas responderam que não se recordavam de nenhum. Ficamos, tanto eu, quanto elas, com o desafio de repensarmos no caso.

Benjamin (1985) destaca que a narrativa tem como base fundamental a tradição oral, patrimônio da poesia épica, e possui uma natureza distinta de outras formas de história. No entanto, essa arte está desaparecendo devido à modernidade impregnada de colonialidade do saber. Essa compreensão foi obtida através da leitura de *Patrimônio cultural e Escola* (Paim, 2017), no qual diferencia a **H**istória da **h**istória escrita em letras minúsculas. Outros textos que ampliam esse entendimento são de Paim & Araújo, (2021)-*um horizonte e um ponto de chegada*; Paim & Araújo (2021), *América Latina e o giro decolonial*; Ballestrin (2023); Brito (2021), - *Reflexões sobre a decolonialidade em uma perspectiva histórica*. Nessa linha da morte da arte de narrar, França (2020), enfatiza a grande importância da tradição oral na preservação

da identidade cultural e na transmissão de sabedoria ancestral, como Walter Benjamin ao comentar sobre essa habilidade ancestral:

Sabia exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, em histórias; diante da lareira, contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando a sua experiência? (Benjamin 1986, p.195).

Partindo da minha compreensão ao texto de Paim (2017), Paim & Araújo (2021); Ballestrin (2023), e Brito (2021), tanto os colonizadores como nós e os intelectuais angolanos, substituímos as máximas dos nossos antepassados pelas dos pensadores eurocêntricos. As que são conhecidas, são as de Nelson Mandela e de outros que já atingiram a cadeira máxima da governança. Tenho uma estima com esses, porém procuro engatilhar as máximas de outros não conhecidos pelo mundo político e acadêmico. Tudo está perdido? Ainda não. O aporte metodológico de Benjamin (1986), ajuda a refletir e encontrar caminhos. Além disso, a História Pública tem em vista estabelecer um equilíbrio ao lidar com vários públicos, bem como os estudos decoloniais, temas que serão explorados nos tópicos seguintes.

Dentre os vários pesquisadores e pesquisadoras, Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2018), ajuda na reflexão sobre a relação da História Pública e seus intelectuais, enfatizando que pensá-la hoje é romper com a ideia daquela História vista como a árvore grande, da qual saem os galhos de outros saberes e sim entender que essa mesma árvore possui enormes ramificações e raízes. A professora-pesquisadora destaca ainda que o bulbo, as raízes se expandem e entrecruzam em direções diferentes e são estas que a alimentam. Assim também são as narrativas das zungueiras: múltiplas, vivas, mesmo quando subalternizadas e submetidas à “história única”. Pontua Rovai (2018), são encontros e desencontros que não se dão a conhecer. Apesar disso, a história delas continua viva nos bairros de Lubango, sufocadas pelas elites dominantes e pelo desprezo das políticas públicas, formam um grupo que não se beneficia das riquezas de Angola (luz, água e moradia).

Rovai (2018), aguça a minha mente ao dizer que, muitas vezes, as raízes pedem para vir à tona e serem vistas, já que o mundo cada vez mais está mais preocupado com o tronco da árvore e esquece-se delas. O mesmo ocorre na realidade de Angola, pois, conforme mencionei antes, esquecer as zungueiras nas políticas públicas, além de se enlutar o futuro da vida delas é também adiar o futuro do país, pois, são progenitoras dos filhos de Angola, e se livrar das

zungueiras os seus ofícios, não deve ser feito com armas de fogo¹⁷ ou pontapés. É preciso políticas convidativas para que ao deixar as cidades, tenham lugares para trabalharem ou venderem.

Assim Rovai (2018), coloca um desafio ao historiador público: o de estar comprometido com a diversidade e pensar em como garantir que tantas vozes possam ser ouvidas em suas diferenciadas tonalidades, ritmos e direitos, como dizia o Advogado Sergio Raimundo em uma entrevista na GOZATV¹⁸ que “em Angola, a realidade social, contrasta os relatórios que algumas vezes são publicados”.

Rovai (2018), alerta que, pesa sobre os ombros de um historiador a opção pela organização, mediação e divulgação do conhecimento, que muitas das vezes está fora do território acadêmico e que também ultrapassa o currículo escolar. Aqui ousar acrescentar ainda que: o que está fora das políticas públicas deve ser também observado pelo historiador público.

A autora também chama a atenção para o fato de que a História Pública visa romper com algumas barreiras impostas pelos muros acadêmicos. Não se trata de trazer o simplório, mas se ater àquilo que Frisch (2016), recomenda: a produção de conhecimento histórico deve ser dialógica, colaborativa pautada pelo reconhecimento da alteridade, compartilhamento da autoridade (entrecruzando conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos), sem que haja a hierarquização de saberes no processo de produção de conhecimento, considerando aspectos éticos da produção histórica e a análise, reflexão e crítica histórica. Enfim:

É considerá-lo como mediador, ponte entre a universidade e diversos grupos cujos significados de existência e identidades não podem ser simplificados ou reduzidos à sua produção material e suas possíveis tradições a partir de critérios fixos. Pelo contrário, é preciso considerar, as suas formas de transgressão e inovação, seus conflitos e disputas internas. Seus enfrentamentos sociais contra o mundo do tempo rápido, avassalador e mercadológico, a espetacularização, e em busca de políticas públicas que lhes tragam benefícios e lhes garantam o direito aos direitos (Rovai, 2018, p.18).

Conforme pontuado anteriormente, os antropólogos Beaud & Wiber (2014) recomendam que a pesquisa de campo não deva ser relegada ao rodapé, pelo contrário, deve compor o corpo do texto. Nessa medida, Benjamin (1896), faz um apelo: romper com a história somente dos vencedores. Assim pergunto: Onde estão os vencidos? Onde estão os que vivem na Angola profunda?

¹⁷ Será que muitos estão com saudades de guerra?

¹⁸ GOZAtv c/ T.C apresenta: Sérgio Raimundo (Advogado) – 2023- 06/12 <https://youtu.be/WLUu4NXbp4?si=mejQIeIce5BRTUn>

Dialogar com as zungueiras na perspectiva da História Pública, como avisa França (2020), envolve memórias e exige colocar-se diante do mundo e agir sobre o mesmo, tanto por parte do pesquisador, como as zungueiras com as quais trabalhei.

Enfim, trago para o texto a interconexão da metáfora da árvore (raízes, tronco, galhos e folhas), apresentada por Thomas Cauvan (2019), de modo a elucidar a relação dos elementos desta pesquisa com a metáfora proposta por ele:

- Raízes – memórias e fonte dos relatos das zungueiras;
- Tronco – análise e interpretação das fontes. Nesta pesquisa, essa análise é feita mediante Benjamin (1986); Thompson (1981); Cyntia (2024); Beaud & Weber (2007);
- Ramos – divulgação da pesquisa por jornais, Podcast, Rádios e Palestras;
- Folhas – múltiplas possibilidades de uso na esfera pública.

Como podemos perceber, as raízes desta pesquisa coincidem com o objetivo central desta pesquisa: escutar as memórias marcadas pelas lutas das zungueiras, suas manifestações, e colocá-las e entender suas vivências, para que o invisível se torne visível; o que não é escutável se torne escutável.

No próximo capítulo, vamos conhecer o lugar onde elas produzem as suas narrativas. Convido caro(a) leitor(a) para adentrar no tema a seguir.

CAPÍTULO II – CONHECENDO O LUGAR DA PESQUISA

2.1 Angola? Ou África?

Este item, que traz a proposta de conhecer o local de pesquisa, precisa antes iniciar com uma reflexão mais abrangente, derivada do que tenho ouvido sobre a África durante minha estadia em cidades como Campo Mourão/PR, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Maringá/PR e Mamborê/PR- Brasil. Tanto instituições de ensino como fora delas é comum ouvir a seguinte frase: “Os africanos!” Gosto desse “chamar” e não tenho nenhuma objeção, pois, facilita a descrição africanos e descendentes das várias origens presentes em uma região específica do Brasil ou do mundo, permitindo e simplificando a comunicação, ao invés de chamarmos a nacionalidade de cada um. Mas, devo dizer, que essa simplificação não se restringe apenas aos brasileiros, mas também ocorre na Europa, sempre tentando transmitir uma visão geral do continente africano.

Entretanto, minha provocação inicial é: por que é tão fácil categorizar um angolano, um moçambicano, um nigeriano, um congolês e um cabo-verdiano simplesmente como “africanos”? Gostaria que a reflexão fosse horizontal e dialogue com os outros sobre as Áfricas. Será que ao pensarmos em um angolano, um moçambicano, um nigeriano, um congolês e um cabo-verdiano como africanos não incentiva, de certa forma, uma preguiça intelectual em nós? E será que, ao fazermos isso, não corremos o risco de pensarmos que africanos são todos iguais? Essa categorização simplificada, embora comum, não pode perpetuar estereótipos e negligenciar a rica diversidade cultural, étnica e geográfica do continente? E onde ficam as especificidades de cada país africano? Fui a uma missa e alguém dizia: “nessa missa, tenho a presença de moçambicanos, nigerianos, angolanos e africanos”. Em outra missa, diziam que temos a presença dos africanos. Mas na hora da confraternização, percebeu-se que, apesar de sermos africanos, não somos do mesmo país.

Dai primeiramente é importante pensarmos que África não é um país, e sim um continente composto por diversos países, marcados pela diversidade, as quais entendo aqui como “Áfricas” e essas Áfricas têm os seus nomes. E conhecer os nomes de cada uma delas é outro nobre ato de conhecimento.

Mas pensar em Áfricas pode também acarretar outros equívocos em relação ao regionalismo, para evitar esse problema, precisamos ser específicos em alguns momentos. A

título de exemplo, no momento em que eu escrevia este texto, em Senegal, surgiu um assunto quase inédito do presidente da República: tomar posse com duas mulheres, um assunto que abriu um grande debate, contudo, quem acompanhou esse cenário pode ter pensado que em todo continente africano é assim, mas não.

Como pesquisador, eu preferia ser chamado simplesmente de angolano em relação ao africano pelo fato de não conseguir explicar tudo o que se passa nas Áfricas, pois como tenho frisado, ela é heterogênea. Também não pretendo colocar em pauta os estudos africanos, mas já é hora de pensarmos no que Mello (2012), chama de “teorias pontuais”.

O fato é que essa generalização é muito recorrente, sobretudo nos relatórios da ONU, ao abordar assuntos africanos, nos quais um problema de uma determinada região generaliza-se para todas outras. Inclusive faço isso quando me refiro à Europa.

Para ilustrar a diversidade das Áfricas, são 54 países que compõem a África. São 54 países heterogêneos – sem contar o Brasil, que conta com muita presença de pessoas oriundas desses países e, algumas vezes, são colocados “na mesma caixinha”, se podemos dizer assim. Mas quem presta atenção consegue descobrir, no meio desses africanos, várias comunidades, cuja diversidade justifica o termo “Áfricas”.

Mapa 3 - África e os seus 54 países



Fonte: <https://www.significados.com.br/paises-da-africa/>

Face a essa reflexão, me absterei de usar o termo “África”, priorizando os termos “Angola” e “Lubango”, com exceção de alguns assuntos que nos levem a falar das Áfricas, por força da extensão do cabo. Enfim, meu posicionamento contra a generalização, com todas as aspas necessárias, é um apelo a olharmos com mais cuidado para as particulares de cada país e região, e encontrarmos brechas que permitam conhecermos o desconhecido. Além das regiões, cidades, que já ouvimos falar das Áfricas, ainda tem outras. Quantas maravilhas quando acabamos por conhecer mais alguma! Essa reflexão fica mais clara a partir de minha própria experiência, mas também pode acontecer com outros angolanos. Quando eu ouvia falar do Brasil, a primeira ideia que me vinha à cabeça eram as cidades de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro. Porém, quando conheci esse país, descobri que ele é bem mais que isso.

Até os estudiosos sobre a África são desafiados a esclarecer a origem de várias culturas que influenciam a comunidade brasileira, como acontece com Mwana Afrika, uma pesquisadora considerada, por muitos e pela Revista Chiola como a “mensageira da cultura e sabedoria ancestral africana”. Ela vai à origem e compartilha: história dos povos, filosofias de vida, ciência, línguas, riqueza, poder, beleza, ritos e rituais, história, movimentos, etnomedicina, biografias, curiosidades, enfim tudo o que a História ainda não contou sobre as Áfricas. Por esse motivo, mantive como lugar de pesquisa a cidade de Lubango, localizada em Angola.

2.2 Angola

Angola é terra de vastas savanas e rios, estende-se na África Austral. Seu território abrange 1.246.700 km², é, portanto, um país menor que o Brasil, mas igualmente rico em cultura e história. Composta por 18 províncias e 163 municípios, Angola abriga 34 milhões de habitantes, conforme nos conta o Instituto Nacional de Estatística de Angola (2022). Dentre suas muitas cidades, está o exclave de Cabinda, denominação que gera debates sobre sua natureza e localização, se é enclave ou exclave (para mim, ela é a segunda opção).

Mapa 4 - Angola com destaque na Província de Huíla



Fonte: Embaixada de Angola <https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre-angola>
Acessado em 07.04.2024

A República de Angola, frequentemente referida como “Palanca Negra”, é um país localizado na costa ocidental da África Austral. Ao norte, faz fronteira com a República do Congo e parte da República Democrática do Congo, enquanto a Leste compartilha fronteiras com a Zâmbia e outra parte da República Democrática do Congo. Ao sul, limita-se com a Namíbia, e a oeste, o Atlântico desenha sua costa por aproximadamente 1.650 km.

Devido à localização geográfica desse país, devendo a ideia de “compartilhar fronteiras”, para explicitar as fronteiras angolanas, uma vez que foram estabelecidas durante o período colonial, quando as potências europeias dividiram o continente africano. Nesse período, o Reino do Congo foi fragmentado e diversas comunidades foram separadas artificialmente. Essa divisão resultou em comunidades que agora se encontram em lados opostos das fronteiras, mas que se comunicam com frequência, especialmente ao longo das fronteiras entre Angola e a República Democrática do Congo, bem como entre Angola e Namíbia.

Com uma extensão costeira de 1.650 km, as águas de Angola são estratégicas não apenas para sua economia, mas também para o comércio marítimo internacional. A pesca e a exploração de petróleo que se realizam ao longo dessa costa, bem como o turismo.

Possui diversos povos com pendores linguísticos diferentes, aos quais pretendo descrever de forma breve, todavia, dialogando com Redinha (1962), e Cambanda (2015),

tenciono mostrar quão complexa é a referida estrutura, requerendo de todos uma atenção especial, particularmente aqueles que no dia-a-dia gerem o destino desses povos.

Para isso, Redinha (1962), classificou os povos de Angola em 4 grupos:

- 1) Étnico Hotentote-Bosquímano (Não-Negro e não-Bantu);
- 2) Étnico Vátua ou pré-Bantu;
- 3) Étnico Bantu;
- 4) Étnico Europeu (Redinha 1982, apud, Coelho, 2015, p.5).

Quando se trata dos povos de Angola, o destaque tem recaído nos Bantu, sendo que a história desse país é mais rica e diversificada, marcada pela coexistência de diferentes grupos étnicos ao longo dos séculos. Cambanda (2015), alerta que, antes da chegada das grandes correntes migratória Bantu, que atualmente dominam a demografia do país, o território angolano já era habitado por povos ancestrais com características culturais e linguísticas distintas. Esses primeiros habitantes são conhecidos como Khoisans, ou Boximanes, cujas línguas pertencem ao grupo linguístico Khoi-San, notáveis por sua língua única, que inclui sons de cliques, e suas características físicas distintas, como a cor de pele acastanhada e amarelada, diferente dos grupos Bantu que chegaram posteriormente. Este grupo étnico possui uma rica herança cultural e histórica, como pontua Maiunga (2021), embora frequentemente seja negligenciado em narrativas contemporâneas sobre Angola.

Para Cambanda (2015), a chegada dos povos Bantu, que trouxe consigo uma nova dinâmica populacional e cultural, teve um impacto sobre os Khoisans. Em alguns casos, os Khoisans enfrentaram perseguição e foram deslocados de suas terras tradicionais, sendo empurrados para regiões mais ao sul de Angola, especificamente nas províncias da Huíla, Cunene e Cuando-Cubango. Essas áreas remotas passaram a ser o refúgio de pequenos grupos Khoisan que, até hoje, lutam para manter suas tradições e modo de vida frente a pressões externas e à ameaças de extinção cultural. Ressalta o teórico que a marginalização dos Khoisans e sua situação atual ressaltam a necessidade de maior atenção e proteção para esses povos, não só para preservar sua cultura e língua únicas, mas também para garantir que tenham acesso a direitos básicos e à dignidade. A história dos Khoisans é uma parte vital da herança angolana que merece ser reconhecida e valorizada.

No âmbito da valorização e do reconhecimento de minorias étnicas, pesquisadores têm se dedicado a identificar as localizações e descrever as situações socioeconômicas dessas

complexidade das relações de poder e subordinação dentro dos grupos étnicos em Angola. Bahu (2011), argumenta que, não apenas os grupos étnicos maiores enfrentam subordinação, mas também que dentro de outros maiores existem subgrupos que também sofrem com formas de subordinação impostas por dinâmicas internas e externas.

A análise de Bahu (2011), sugere que a subalternidade em Angola não é apenas um produto das relações coloniais e pós-coloniais entre os colonizadores e os colonizados, mas também das internas entre os diferentes grupos étnicos e subgrupos. Esse enfoque destaca a importância de considerar as camadas múltiplas de subordinação e a necessidade de reconhecer as vozes e reivindicações desses subgrupos que, muitas vezes, permanecem à margem das narrativas dominantes.

Ao dialogar com Anderson (1990), em *Imagined Communities*, em que discute a formação das identidades nacionais e a construção de comunidades imaginadas, Bahu (2011), enfatiza a necessidade de ir além das análises macro e considerar as dinâmicas micros que afetam a vida cotidiana e as relações de poder em níveis mais locais e internos. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais rica e detalhada das complexas interações sociais e políticas em Angola, revelando como as hierarquias e formas de subordinação se manifestam de maneira diversificada e frequentemente sobrepostas. Nesse sentido, apresento a seguir os (sub)grupos Bantu e seus subgrupos:

1-Bacongo-é um povo que fala, depois de português, Kinkongo. Ocupa o Norte de Angola (Cabinda, Zaire e Uige). Tem diversos subgrupos com suas variantes linguísticas, tais como: Xikongo, Susso, Zombo, Solongo, Iaca, Pombo, Sucu, Uioio-dos Baioio-dos.

2-Ambundu-a língua falada por esse povo é Kimbundu. Ocupa o Bengo, Cuanza Norte, Malanje, Luanda e Cuanza sul. Subgrupos: Luanda, Luango, Ntemo, Puna, Dembo, Bangala, Holo, Car, Chienje, Minungo, Bambeiro, Quibala, Haco, Sendé, Ngola ou Jinga, Bondo, Songo, Quissama e Libolo.

3-Tucokue (tutchokue)-ocupa as seguintes províncias: Lunda Norte, Lunda Sul e Moçico. Seus subgrupos são: Lunda-lua-Chinde, Lunda-Ndembo, Mataba, Caçongo, Mai e Chokue.

4-Ovimbundu-a língua que caracteriza esse povo é o Umbundu. Ocupa as seguintes Províncias: Bié, Huambo, Benguela, o Norte da Huíla. Seus subgrupos são: Viye, Ndulo, Bailundu, Sambu, Cikuma-(tchikuma), Chika (Tchiaka), Umabo, Galangue, Va-Hanha, Caconda, Caluquembe.

5-Nyaneka-Nkhumbi- a língua que caracteriza esse povo é Muhumbi. Ocupa uma parte do Sul e sudoeste da província da Huíla. Apresenta vários subgrupos: Ovamuila, Ngambwe, Ovakhumbi, Ovandonguena, Ovahimba, Ovacuancua, Handa de Cipungu, Handa do Mupa, Cipungu, Cilengue Humbe, Cilengue Muso.

6-Helelo-esse povo tem o português como segunda língua. Ocupa o Namibe e uma parte da Província de Huíla. Seus subgrupos são: Dimba, Himba, Chimba, Chavicuas, Hacavonas, Cuvaes, Dombe, Cuanhoca e Nguendelengo.

7-Vanganguela-a língua desse povo, depois do português, é Nganguela. Ocupa a Província do Cuando-Cubango e Tem os seguintes subgrupos: Luime, Luena, Lovale, Lutchazi, Bunda, Nganguela, Ambuela, Ambuila-Mandumba, Econjeiro, Ngonielo, Mbande, Cangala, Iahuma, Genista, Ncoia, Camachi, Ndungo, Nhemba e Avico.

8-Ovakuanyama – ocupa a Província do Cunene e os seus subgrupos são: Ambo, Cuanyama, Cuamati, Dmbola, Evale, Cafina, Cuanhocas, Nguendelengos, Hacavona, Chavicuas, Chimba, Curoca, Kahama.

9-Ovandonguena - língua desse grupo é Oshindonga. Ocupa a província do Cunene.

10- Hotentote-Bosquímano (Não-Negro e não-Banto);

11-Os Vátua ou pré-Bantu, como apontou José Redinha (Apud Cambanda, 2021);

12-Os vários estrangeiros que acabaram por viver em Angola para todo sempre.

Bahu (2011), ao dialogar com Anderson (1990), assevera que a classificação acima levanta diversos questionamentos, pelo fato de o mapa não representar a realidade complexa dos povos que habitam Angola, tendo em conta o fluxo migratório interno, sazonal, permanente, espontâneo e forçado. Bahu (2011), descreve que a questão dos casamentos inter étnicos causaram uma tendência híbrida étnica, enquanto, por outro lado, os subgrupos reclamam por suas identidades como se não pertencessem a outros grupos.

Também tenho percebido que os governantes de Angola, pensam que o país é homogêneo, isso conduz a um grande engano quanto a adoção de políticas públicas padronizadas. Cada um dos povos que apresentei tem suas especificidades e o modo de vida diferenciado. Portanto, a não inclusão nas políticas públicas da pluri etnicidade e da educação intercultural e inclusiva acaba por satisfazer alguns e prejudicar outros grupos.

Cada subgrupo mencionado anteriormente pode ser objeto para uma pesquisa, pois seus ancestrais têm muito que nos contar, como pontua Benjamin (1986). Além disso, do ponto de

vista de políticas públicas, há que se trabalhar tendo em conta as peculiaridades de cada grupo. Agora vamos conhecer o lugar da pesquisa que se chama Lubango.

2.3 Percorrendo por Terras do Oluvango

Oluvango-Lubango é uma cidade capital da Província de Huila, localizada no Sudoeste de Angola. Huila possui 14 municípios: Quilengues, Lubango, Humpata, Chibia, Chiange, Quipungo, Caluquembe, Caconda-onde vivo, Chicomba, Matala, Jamba, Chipindo, Cuvango, Cacuta, Gambos, como podemos verificar nos mapas a seguir 6 e 7:

Mapa 6 - Angola com as suas 18 províncias



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/545005992421881460/>

Mapa 7 - Província de Huila.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/3r7HrJm257jqvero7>

Segundo Coucelo (2010), essa província se destaca pela produção agrícola pelos camponeses (Algodão, Banana, Batata rena, Batata Doce, Cana de Açúcar, Citrinos, Milho, Feijão, Soja, Tabaco, Trigo, Gergelim, Girassol, Goiabeira, Mamoeiro, Mangueira, Maracujá, Massambala, Massango, Plantas Aromáticas, Produtos Hortícolas, Rícino, Sisal, Soja, Eucalipto, Pinheiro etc.). Segundo esse mesmo autor, o clima é tropical, sua extensão territorial compõe 79 022 km² e a sua população é de aproximadamente 2.815.338 habitantes, dos quais 876 339 são da cidade do Lubango.

Todas as cidades de Angola, com exceção das que estão surgindo atualmente, têm suas histórias ligadas ao colonialismo. Esse fato, mediante o estudo de Costa (2020), leva-me mais uma vez a dizer que Lubango foi construída no território do antigo Rei Kaluvangu, cujo

pequeno reino estava na aldeia conhecida hoje como *Muholo*. Somente no dia 2 de setembro de 1901, foi elevada à categoria de cidade, com o nome de “Sá da Bandeira”, tornando-se, assim, a Coimbra de Angola. Por isso adotei o subtítulo de “percorrendo a terra do Oluvango”.

Lubango é a capital da província de Huíla e a terceira maior cidade de Angola, do ponto de vista da organização administrativa. É conhecida como a cidade do Cristo Rei por conta do monumento construído no topo da serra de Chela, com os braços abertos sobre a cidade que se encontra abaixo da serra, diferente do monumento que existe no Brasil, em Portugal e no Timor-Leste, este não tem nenhuma ligação religiosa. Trata-se simplesmente de uma obra de arte. Só mais tarde, o local passou a ser associação à adoração¹⁹.

Imagem 5 - Lubango na encosta da montanha: detalhe do monumento de cristo Rei

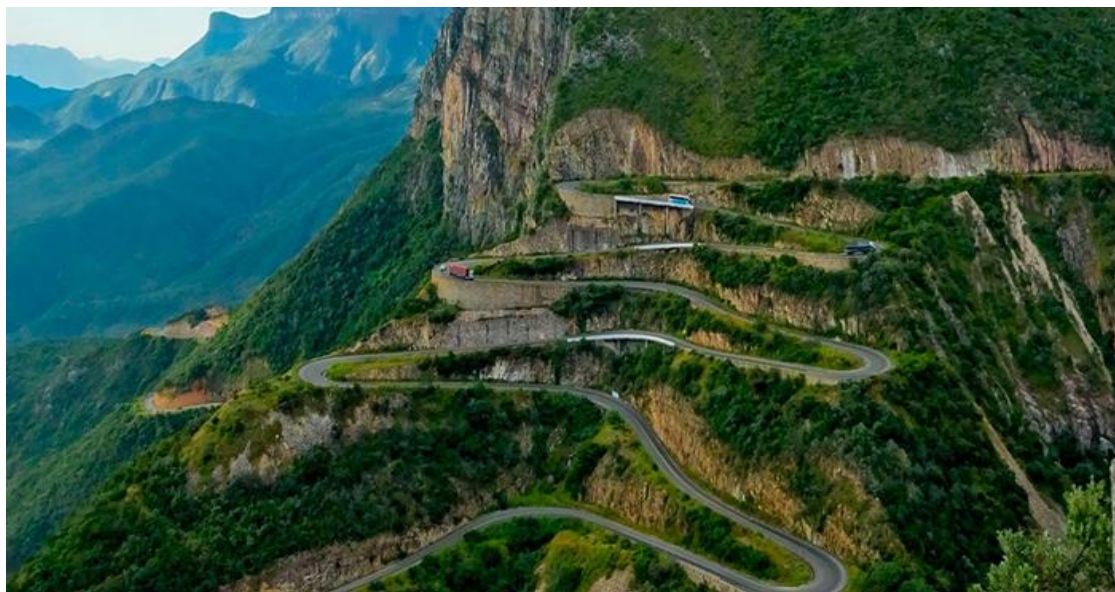


Fonte: própria (2024)

Às vezes a cidade do Lubango é associada à Serra Leba, mas a Serra da Leba não faz parte do município de Lubango, mas sim, uma parte ao Município de Humpatae uma ao Namibe.

¹⁹ <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=72ba369b61ec748eJmltdHM9MTcxNjc2ODAwMCZpZ3VpZD0xZmFlMDUzZC0yOGZmLTZlZWmtMzA4NS0xMTU2MjkyNjZmYTgmaW5zaWQ9NTIxMQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1fae053d-28ff-6eec-3085115629266fa8&psq=cristo+rei+do+lubango&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cudmVyYW5nb2xhLm5ldC92YS9wdC8xMjIwMTkvc3VnZXN0b2VzLzE3NjMzL0NyaXN0by1SZWktZG8tTHViYW5nb5odG0&ntb=1>

Imagem 6 - Serra Leba



Fonte: Traveldrafts.com

Mas não é possível falar de Lubango sem fazer referência à fenda da Tundavala, um lugar turístico, muito visitado e que impressiona pela sua dimensão e seu significado para a comunidade.

Imagem 7 - Fenda da Tundavala.



Fonte: <https://welcometoangola.co.ao/directorio/fenda-da-tundavala/e7e75f835299fe5f7ed1-2/#main>

A Fenda da Tundavala assume um papel crucial na cultura dos habitantes locais, conforme detalhado por Henriques, Tavares & Bala (2012). Para os Ovahumbe, essa localidade não apenas representa fertilidade, como também é vinculada à ideia de um precipício

intransponível. Expressões como "*kukambetaili okamono lucito kalumoneka olukavamjawa kokatala kombeki alucapupulwa kocela*" ("Não batas na minha criança, pois para obter fertilidade é preciso ir à abertura da montanha sagrada da Chela e depois fazer consulta no hospital da Katala) e "*Onculo yo uye konjenjelela*" (O lugar onde se encontra o fim do mundo/abismo) refletem a riqueza cultural e as diversas interpretações associadas a esse local. A Tundavala, para essas comunidades, transcende seu valor geográfico e turístico, sendo também um símbolo de tradições e crenças profundamente enraizadas. A compreensão dessa fenda como um ponto de referência para rituais de fertilidade destaca a interconexão entre a natureza e as práticas socioculturais.

Essas percepções culturais (re)criam a relação dos Ovahumbe com a Fenda da Tundavala, estabelecendo um diálogo entre o sagrado e o cotidiano. A expressão única desses significados ressalta a diversidade de interpretações em torno desse marcante elemento geográfico. Para Bala (2011), as interpretações sobre o local não se limitam apenas a uma visão única, comunidades locais atribuem significados diversos a ele por meio de contos, cânticos, provérbios e memórias. Essas representações remetem a elementos simbólicos, destacam cenários e refletem conflitos, colocando em foco a água como fonte vital de recursos. As múltiplas dimensões desse entendimento revelam a riqueza cultural e simbólica envolvida na percepção de "Tundavala" pelas comunidades.

Retornando a Lubango, acredito ser importante destacar que é uma cidade habitada por diversos grupos étnicos, como vanyaneka-nkumbi, ovimbundu, vangangela, tucokwe, bakongo, ambundu e oviwambo, como apresenta Costa (2020). Nela, visualizo em pequena escala os *Sans*, povo que, muitas das vezes, passa de forma despercebido por muitos de nós. Também é notável a presença marcante de estrangeiros, como brasileiros, japoneses, chineses, portugueses, ingleses e libaneses, deixando a diversidade cultural evidente.

As classes sociais também se entrelaçam, com pessoas abastadas que desfrutam de casas e carros de luxo, enquanto uma grande parcela da população vive em condições mais modestas, algumas até em condições questionáveis, sendo considerada de classe baixa que vive abaixo da linha da pobreza. Essa mistura cria uma rica tapeçaria social, proporcionando desafios e, ao mesmo tempo, oportunidades para construir uma comunidade inclusiva e compreensiva, se assim todos quiserem assegurar os desfavorecidos.

É importante destacar a imensa riqueza da continuidade de preservação da cultura, até da arte, como podemos observar nas imagens a seguir:

Imagens 8 e 9 - Representação cultural na cidade do Lubango



Fonte: https://farm6.static.flickr.com/5583/13714977985_a935340f3c_b.jpg Acessada: 2024

Em Lubango, a atividade comercial é uma das práticas que sustenta seus habitantes. Podemos encontrar mercados formais, como o Kero e o Shoprit, e semi formais, como Mutundo e Nangombe. Nestes últimos, deparamo-nos com diversas zungueiras que praticam a zunga, realizada nas artérias da cidade, enfrentando sol, sede e os fiscais. Além das mulheres zungueiras que circulam as artérias do Lubango, também visualizo as casas bonitas, os bares, hotéis, avenidas, carros de luxo, farmácias, hospitais, e outros atrativos, como demonstram as imagens a seguir:

Imagem 10 - Espaços no interior do Resort Pululukwa, em Lubango



Fonte: <http://www.pululukwa.co.ao>

Além disso, há os pequenos estabelecimentos comerciais, como também os supermercados, conforme representado na imagem 11:

Imagem 11 - Galeria do Supermercado Shoprite



Fonte: Arquivo do autor 2024

Imagem 12 - Zungueira ao lado do chafariz do jardim do governo provincial de Huíla



Fonte: Administração Municipal do Lubango (2023)

Pela manhã, visualizo também estudantes a caminho da escola e trabalhadores dirigindo-se aos seus locais de trabalho, como nas imagens 13 e 14:

Imagens 13 e 14 - Zungueiras, trabalhadores e estudantes no ponto de ônibus



Fonte:própria (2024)

No caminho para Cacula-Caluquembe até Caconda, encontrei meninos e meninas debaixo de uma árvore (imagem 15), assistindo aulas:

Imagem 15 - Estudantes nas aulas debaixo de uma árvore, em Lubango



Fonte:<https://th.bing.com/th/id/OIP.cQfXAbWBdV11YN0URdl5QHaFj?w=216&h=180&c=7&r=0&o=5&pid=1.7>

Logo em seguida, visualizo a polícia que supostamente deveria manter a “ordem e tranquilidade”, em alguns momentos, perturba as zungueiras. Até 2023, os candongueiros, que prestam serviços de transporte de pessoas, os autocarros e transportes públicos, por vezes me lembram-me da era do tráfico de escravos, devido ao modo como transportam as pessoas, colocando a arrecadação de dinheiro em primeiro lugar, muitas vezes, à custa da dignidade humana.

Imagens 16 e 17 - Pessoas correndo ao onibus e um onibus carregado por excesso



Fonte:Hilário (2023)

Na paisagem urbana, até 2022, eu visualizava também homens, mulheres e crianças em situação de mendicância, uma realidade que se acentuou após a Covid-19 e devido à seca no Sul de Angola entre 2020-2022. Enquanto alguns poderiam argumentar que até nos EUA existem mendigos, não podemos e nem posso deixar esses discursos fluírem, enquanto continuo a ver pessoas em situações tão difíceis.

A cidade do Lubango possui um cenário multifacetado, suscitando diversas perspectivas e desafios. Para alguns, é um local destinado à admiração da beleza; para outros, é um espaço de ordem, negócios ou trabalho. Contudo, para algumas mulheres, configura-se como um lugar de sobrevivência, enquanto para outras ainda, é exclusivamente para a prática de comércio.

Imagem 18 - Zungueiras e Zungueiros na praça da Cê Catedral de Lubango



Fonte: Própria (2023)

Anteriormente, a atividade de zungar era considerada “normal”, mas as dinâmicas urbanas mudaram, à medida que a vida se tornou mais difícil, sobretudo devido à concentração populacional nas cidades após o fim da Guerra Civil em 2002. Esse fenômeno acarretou o êxodo de famílias que se refugiaram nos centros urbanos, principalmente a partir da década de 1990, conforme indica, Santos (2011). De alguns centros de refugiados lembro-me do Toco²⁰ e de Oque (localidade), os quais ao serem destruídos, formaram bairros apertados ao redor de Lubango, um cenário que contribuiu para a construção desordenada.

As zungueiras, como pontua Santos (2011), estão em todos os arredores da cidade: desde armazéns e mercados municipais, vias públicas, praças, ladeiras e largos, ou seja, em todos os espaços públicos (Santos, 2011). Muitas sonham em trabalhar como bancárias, professoras, enfermeiras. E os governantes precisamos escutar suas vozes que gritam cotidianamente na busca da concretização de seus sonhos e esperaram no governo atual sua concretização, porém elas acham que nada melhorou e vêm sua atividade ameaçada, como podemos ler na mônada:

Ele disse que quer acabar com as zungueiras

Ele²¹ diz que quer endireitar o país! Mas só veio piorar mais! Ele disse que quer acabar com as Zungueiras. E já deu emprego nos maridos das Zungueiras? As Zungueiras é que formam os filhos! Maridos estão desempregados. Quer acabar com a Zunga e criou empresas onde vão trabalhar zungueiras? Os filhos deles nascem e já têm emprego. Os

²⁰ Toco e Oque, localidades que ficam há 20 km da cidade do Lubango e 60 km-caso do Oque. Entre os anos 1998-20002, eram centros que acolhiam todos os refugiados de guerra civil em todo o território da Huila, em particular os Municípios a norte (Caconda, Caluquembe, Chipindo, Chicomba, Kuvango).

²¹ Refere-se ao presidente da República João Manuel Gonçalves Lourenço, que governa o país desde 2017, até a data da escrita deste texto.

filhos das Zungueiras podem estar formados, mas não terão lugares para trabalhar, porque os empregos já têm donos. E os nossos filhos meteram-se em bebidas baratas. Antigamente o wiski era só das garrafas e hoje o wiski está nos pacotinhos. Com 100 kwanzas o filho está bêbado porque está desesperado. Como é possível o governo constrói um hospital, mas não vai lá quando fica doente. Constrói escolas, mas os seus filhos estudam fora do país. Quer dizer que os hospitais e as escolas são só dos pobres? Ainda para acabar com a nossa História, a comida está cara é! Os seguranças ganham 20 mil, 25 mil e o saco está 30 mil, vai comprar o quê? Apesar disso, quero dar coragem aos nossos filhos que o país nunca tem donos! Esta é a palavra dos fracassados. Estudem só! Ainda estamos confiantes no futuro e o país precisará mesmo de vocês que sois o futuro do amanhã²².

A cidade impacta as vidas das pessoas de diferentes maneiras. Algumas são afetadas de forma positiva, porque ali encontraram a oportunidade de emprego, já outras nem tanto, pois são rejeitadas e acabam por viverem e fazerem suas vidas na rua. Para mim, Lubango foi e continua a ser o lugar de formação das zungueiras (espaço de luta). Ao contrário disso, o meu lugar é Caconda e Caluquembe. Meu sonho também é morar na cidade, espero ter essa oportunidade. Enfim, o que interessa neste texto é acolher as narrativas das mulheres zungueiras de Lubango e fecho esse tópico com um fragmento de memória de Jamba:

A MINHA BACIA

[...] Estou a zungar desde 2009. Há muito tempo! A vida está mal.

Comecei a zungar para ajudar a minha mãe.

Ela não faz nada e o meu irmão lutava sozinho e eu dei conta que tinha idade para colocar a bacia na cabeça, essa minha bacia poderia ajudar a minha mãe até quando conseguir a minha casa (Jamba, Julho, 2023, em roda de conversa).

O fragmento é tocante, pois apresenta uma filha preocupada em ajudar a mãe, desejo que a levou a colocar cedo a bacia na cabeça. Percebo, no passado dela, uma criança ávida em ajudar o irmão mais velho, que era o suporte da mãe, quando ela perdeu a mobilidade, e ouço uma filha que assumiu a responsabilidade de casa muito cedo, pois justamente por isso. Que tal se encontrasse esse poder em mim ou em ti como leitor do texto ou em governantes? De formas que a bacia dela esteja potencializada!

²² CAMUNDA_Breaking News. Disponível em:

<https://www.facebook.com/100063928277756/posts/pfbid02qhFw15iEVMFPFCt1Ara6kNRD5Jj7wPuPGZ8yzs dvNG7duJg7kzk29TSfujvwuz6yl/?app=fbl> . Acesso em: 29 jul. 2023.

Mas uma pergunta fica: Será que o propósito de coletar as memórias das zungueiras não será simplesmente uma armazenagem de informações? Ou seja, de que forma isso poderia, de fato, promover uma transformação na vida delas?

2.3.1 Lubango: Lugar de Redenção ou Barbárie? Tudo depende do Homem

*Nenhum cão apanha migalha por
vaidade, mas sim por fome, para saciar o seu Estômago.
Parábola dos Ovimbundu de
Caconda, Adaptada e compartilhada (Lourenço de Brito,
2024)²³*

O pesquisador Vedovato (2021, p.31), destaca que a cidade é “cheia de oportunidades”. Contudo, surge a pergunta: oportunidades para quem? Será que todas as pessoas têm o direito de desfrutar delas? A resposta é simples: a configuração das cidades e as leis muitas vezes impedem que todos usufruam do ambiente urbano, pois o domínio público é frequentemente afetado pelo domínio privado (Arendt, 2016). E em Angola, grande parte desse domínio privado, pertence ao Estado, regido por leis que não são a favor das zungueiras, conforme a poetisa Patisa:

*Por aqui passou mais uma profissional da zunga Protagonista anônima de
mil mestrados da vida...
Nada me acolhe.
Nada me acalma
Caminho no silêncio das horas
O Grande Espectador do Mundo capta sons e imagens.
Uma, duas, três... Um monte de zungueiras
Vestem-se de gritos
Preenchem as bocas com as cores do pranto.
Dos meus olhos desaguam rios de ira.
Os balaies, as banheiras jazem no chão
E no regaço das mulheres da quitanda
O porrete do polícia já não é ameaça.
No dorso o puto solta um grito angustiante.
Soltam-se dos pés os chinelos. Soltam-se os panos.
A corrida anônima tem o nome da ilustre zungueira.
A corrida provoca a liberdade...
A liberdade é ainda folha caída no flutuante soalho da intimidação.*

²³ <https://www.facebook.com/share/p/mJswRirsqLDPoCc5/?mibextid=WC7FNe> lido no dia 29.01.2024

(Gociante Patisa, in: Consulado do vazio, 2008)

A Constituição angolana estabelece que a terra é do Estado. No entanto, em Lubango, as zungueiras são consideradas forasteiras, como diz o ditado angolano: “a visita não comerá ovo se o dono não lhe entregar a mesa”, indicando que, quando estamos nas mãos do governo, podemos receber, tanto o bem quanto o infortúnio. Mas o certo seria o bem.

Walter Benjamin (1987), ao refletir sobre grandes cidades como Londres e Paris, destaca o crescimento populacional assustador resultante da migração do campo para a cidade vivendo no paradoxo e nas contradições, sentindo-se sufocadas pelas organizações burocráticas detentoras do poder para controlar e destruir comunidades e valores de vida. Face a problemas, ele criticava o historicismo cultural, afirmando ser a história dos civilizadores ou dos vencedores, por isso considera que não “existe nenhum documento cultural que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie” (Apud Löwy 2005, p. 204).

A barbárie refere-se à apropriação do trabalho excedente, em que os bens culturais são produtos de luxo, ou seja, estão fora do alcance dos pobres, pois são tesouros da alta cultura, o que Benjamin define como “documentos da barbárie. O autor afirma que muitos bens culturais nascem da injustiça de classes, opressão social, desigualdade e repressão resultantes dos massacres das guerras civis. Apesar de ele não ter vivido em Angola, seu discurso transmite a sensação de alguém que experimentou a realidade angolana, onde “*injustiça de classes, opressão social, desigualdade e repressão*” (Benjamin, 1985, p. 2047), grifo nosso) são bandeiras presentes ao longo das cidades, incluindo Lubango.

Diante disso, a perspectiva benjaminiana nos convida à tarefa de “escovar” a história a contrapelo. E para a concretização desse desiderato, é necessário se colocar na perspectiva revolucionária/crítica, como destacam Löwy (2005) e Paim (2023). No sentido de recusar toda identificação com os heróis oficiais, conquistadores que supostamente levaram religião, cultura e civilização aos indígenas, aos africanos e distanciar-se também dos continuadores das mesmas práticas, vendo o “indígena”²⁴ como um objeto de estudo, mas não um sujeito da história (os indígenas têm folclore, mas não, a cultura; praticam a superstição e não a religião; eles são considerados os que falam dialetos e não as línguas).

Ao analisar o texto de Queiroz (2016), é perceptível que muitos governantes em Angola adotaram práticas herdadas dos colonizadores, perpetuando um espírito de exclusão. Muitas

²⁴ Terminologia aceita no Brasil e não em Angola, pois é um termo utilizado pelos colonizadores para descriminalizar os angolanos, quando Portugal estratificou a sociedade entre assimilados e não assimilados.

cidades, incluindo Lubango, foram desenvolvidas seguindo padrões que favorecem apenas os privilegiados da elite, deixando os menos favorecidos à margem. Esses locais tornaram-se refúgio para aqueles que buscam e promovem a urbanização, enquanto os que não se encaixam nesse perfil enfrentam obstáculos e rejeição, muitas vezes através de leis e princípios que favorecem os interesses dos urbanistas.

Mesmo com essa rejeição, Lubango tem sido uma porta de entrada para Zungueiras, os engraxantes de sapatos, os motoqueiros (motoboys) e outras atividades. Aqui encontramos respaldo em Vedovato (2021), que indica ser a cidade um lugar de oportunidades para quase todos, apesar de alguns proibirem os outros de atuarem nela. A proibição não é um problema em si, o problema está na ausência de políticas que melhorem o posicionamento desse pessoal. Diante do dilema que flutua entre os urbanistas e os não urbanistas, a autora alerta que todos adquirem experiências urbanas diferentes, as quais são responsáveis pela estruturação de mentes, modos de vida, constituindo grandes centros de difusão cultural, como grandes mercados de trabalho, luta política e lugares definitivos para mudanças sociais.

Benjamin (1985), se preocupava com o desenvolvimento das cidades e observava comportamentos insuportáveis, degradação do trabalho, submissão desesperadora de pessoas, luta de classes, guerras, má distribuição de riqueza e outros males. O cenário observado pelo teórico alemão corresponde, de certa forma, à realidade atual das cidades de Angola, que revela caos, superlotação, desigualdades, exclusão, promessas falhadas, discursos musculosos entre políticos e a violência entre os governantes (ricos) que perseguem os princípios higiênico-sanitários contra os pobres.

Para Queiroz (2016), as mudanças urbanas das últimas décadas, que têm impactando instituições e organizações sociais no campo e na cidade, resultaram na desestabilização e desintegração social provocada por medidas incoerentes de ajustamento do espaço local. Por exemplo, o governo pensou em remover os mercados informais perto das comunidades para lugares mais distantes da cidade, visando a uma cidade mais limpa. No entanto, essa realidade apenas aumentou o número de zungueiras na cidade e mercados informais se instalaram em quantidade tão grande que não há transporte suficiente até hoje.

Durante as conversas com as zungueiras, compreendeu-se que a cidade é o lugar onde moram aqueles que têm dinheiro e que preferem comprar delas, porque saem do local de trabalho às 15h e não conseguem ir até Mutundu (precisariam de pelo menos 3 horas para ida e volta). Assim, para poupar tempo e dinheiro, acabam por comprar produtos das zungueiras.

Ainda sobre a superlotação de Lubango, não é uma cidade superlotada em comparação com Luanda. Mas, registram-se os bairros ao redor da cidade mal construídos por razões de guerras e a falta de previsão de construções de bairros por parte do governo. Aliás, as pessoas construíram primeiro e o Estado interveio tardiamente. Na minha visão, seria mais fácil se o Estado providenciasse mais espaços loteados para a construção. Além da guerra e da imigração interna, as pessoas foram construindo perto das cidades de formas desordenadas. E nesses bairros além da superlotação também não oferecem luz, água, escolas, hospitais, sobretudo, vias de transportes.

Ao redor de Lubango, encontramos bairros como João de Almeida, Mictha, Calumbiro, Caluva, e outros, que foram surgindo por conta da guerra civil e pelo fenômeno de migração interna. Para Queiroz (2016), o mundo rural ficou sem condições mínimas para a sobrevivência, empurrando as pessoas para as cidades, tidas como lugares mais seguros, lugares de trabalho e lugares de educação e trabalho.

Por falta de descentralização do funcionamento das cidades e o não potencializar os municípios e comunas, até hoje, ainda a cidade tem sido o lugar onde tudo está concentrado e centralizado e muitos de nós continuamos a frequentar constantemente as ruas de Lubango, à procura da educação e outros serviços, por isso acabamos por potencializar o trabalho da zunga.

Por exemplo, o município onde nasci, cresci e trabalho só tem uma escola do Ensino Médio. Como não ir às cidades? Mas, quando as pessoas vão até lá, não é para viver nos centros urbanos, mas em bairros desorganizados, já que o centro urbano é um lugar para estudar ou vender e não suporta as demandas sociais. O descongestionamento dos bairros ao redor de Lubango e Lubango como o centro de tudo, passa pela “construção dos serviços multifuncionais nos municípios do interior e nas aldeias” (Queiroz, 2016, p.24) e se não for assim, permitamos que as zungueiras continuem a fazer o trabalho delas na cidade.

Também é necessário dizer que alguns problemas que as cidades de Angola enfrentam, são provocados ou promovidos pelo governo. A título de exemplo, a cidade da Quilemba bem concebida, quando ficou pronta não tinha água, o que motivou vários motoqueiros que usam os veículos de 3 rodas a inundarem a cidade com a venda de água. E quando o governo colocar água, enfrentará grandes problemas com eles, pois cairão no desemprego, aliás, muitos fizeram investimentos para garantir o serviço. E quando sua atividade for proibida, uma guerra pode surgir.

Ter uma casa é um sonho de muitos angolanos, mas eles não conseguem comprar do Estado, e a tendência então será construir próximo das centralidades, para ter acesso no mínimo à corrente elétrica, já que o direito à moradia lhes foi negado. Para tal, também seria importante, o governo lotear os terrenos ao lado da centralidade para evitar as construções desordenadas ao lado da mesma.

Quase 50 anos de independência, apesar da guerra civil, que terminou em 2002, ainda hoje nos perguntamos: por que, até hoje, nos é negado (zungueiras) o direito para exercermos a nossa atividade? Só o trabalho dos gabinetes é válido? Será que há serviços que nos permita deixarmos as ruas? Será que no Mutundu há espaço para nós? Quando haverá transportes públicos suficientes?

Harvey (2014, p.63) dizia que o direito à cidade, encontra-se muito mais estreitamente “confinado na maior parte dos casos nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais, segundo as suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos”. E em Angola é muito visível essa realidade, assim como em outros lugares do mundo.

Essa noção da pequena elite de se apropriar de tudo conforme os seus desejos, foi uma das preocupações de Benjamin (1985), como podemos compreender na sua primeira tese sobre o conceito de História:

Conhecemos a história de um autômato construído de tal modo que podia responder a cada lance de um jogador de xadrez com um contra lance, que lhe assegurava a vitória. Um fantoche vestido à turca, com um narguilé na boca, sentava-se diante do tabuleiro, colocado numa grande mesa. Um sistema de espelhos criava a ilusão de que a mesa era totalmente visível, em todos os seus pormenores. Na realidade, um anão corcunda se escondia nela, um mestre no xadrez, que dirigia com cordéis a mão do fantoche [...] (Benjamin, 1985, p.222).

Todo o jogo está a favor de alguns governos. Além disso, como fiz referência anteriormente, o país tem uma economia informal e essa informalidade constitui uma forma de sobrevivência na urbanidade, como também podemos ler em Queiroz (2016, p.37):

A informalidade nessa discussão acerca da urbanidade surge como sobrevivência e resistência. Sobrevivência, pois a população cria meios para garantir a manutenção dos meios de vida em um contexto de adversidades, e resistência, pois mesmo diante de medidas governamentais para inibir a participação social na construção do espaço, os sujeitos continuam a trabalhar e ocupar as ruas e terrenos, imprimindo seu modo de viver no mundo.

Esse modo de viver leva cada um a procurar da sua maneira de se sustentar, atitude que é muito visível nas zungueiras, que andam em várias ruas de Lubango, vendendo, algumas até, como já frisei várias vezes, em condições angustiantes.

Se nada recebem do governo, também não podem viver sem fazer nada. E têm como espaço fundamental a cidade onde o dinheiro gira. Essa maneira de organização desembocou o que chamam de “informalidade”, provocada não somente por pessoas que procuram a auto-organização, mas também é um fenômeno promovido pela incapacidade do governo por falta de políticas públicas ou orçamentos débeis.

Em Angola, fala-se muito e faz-se pouco. No ano de 2023, o presidente da república visitou Lubango, ocasião em que o governador apresentou os vários problemas da Huíla (seu discurso que transcrevi nos anexos). Depois disso, o presidente publicou em sua página oficial do facebook, o seguinte:

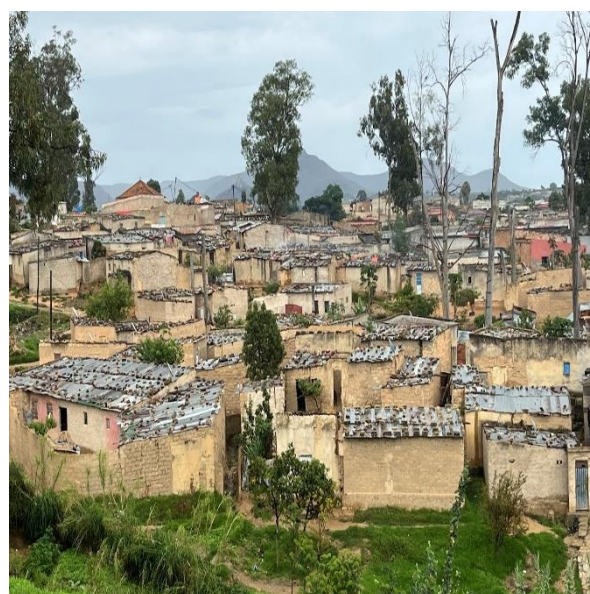
Ouvir e anotar as preocupações da boca e no local de quem as vive são o princípio de resolução conjunta dos problemas das comunidades. É este exercício que, mais uma vez, fizemos ontem, na cidade do Lubango, com o Governo Provincial da Huíla. Os problemas estão identificados e a luta será a mesma de sempre: trabalhar de modo incansável para os resolver, em benefício sempre do nosso heroico Povo (Lourenço, 2023)²⁵.

Depois de 8 meses, voltei a partilhar a informação, no sentido de saber até que ponto andava o pensamento do presidente. Se por ventura vivêssemos a lógica, está a “falar e está a fazer”, provavelmente os problemas de Lubango estariam sendo resolvidos, face ao discurso que o governador fez diante do presidente.

Imagem 19 - Uma das vistas da cidade do Lubango



Imagem 20 - Bairro Hélder Neto adjacente a Lubango



fonte: Própria (2024)

²⁵ LOURENÇO, João. Presidente da República de Angola, quando de sua visita à Lubango, no dia 9.10.2023.

Nas imagens 19 e 20, podemos observar que, além da cidade-capital, ao redor temos as outras localidades: Já a imagem 20 representa os diversos bairros ao redor de Lubango, que representam aquilo que Queiroz (2016), chama de informalidade, causada pela auto-organização ao longo dos tempos e pela de espaços terrenos loteados. São justamente esses bairros periféricos que detêm a maior população da cidade e são a fonte dos maiores votos eleitorais. E nós não podemos falar dela sem essa população, por isso fica a questão: como é a vida nesses bairros? Será que tem havido políticas públicas para eles? Há luz e água?

Se ainda temos os bairros nessas condições (Imagem 20), é sinal de que alguma coisa não está bem. Aliás, também vivo num bairro desses, onde não tenho direito à luz e água e Harvey (2014, p.167), instiga-nos:

Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em um mero instrumento para a acumulação privada (como vem acontecendo com a educação), e se o Estado deixa de oferecê-los, então só há uma resposta possível, sendo as populações se auto-organizarem para oferecerem-se seus próprios bens comuns.

Portanto, é dessa maneira que as zungueiras e outras franjas sociais se auto-organizaram com os seus próprios bens comuns (vistos como inapropriados à cidade), recorrendo à informalidade como meio de apropriação e de produção do espaço urbano, a qual deveria ser combatida com políticas convidativas e não repressivas.

O município de Lubango tem vários bairros e quase todos são abastecidos com eletricidade. Mas o mesmo não ocorre com o saneamento básico e a distribuição de água. Até os que vivem nos arredores de Quilemba não conseguem tomar banho no chuveiro por falta de água. Se esse local central não tem água, como é o cenário nos bairros?

Imagem 21 - Centralidade de Quilemba entregue/comercializada em 2023



Fonte: Hilário (2024)

Os bairros em questão são mais densos do ponto de vista populacional e têm Lubango como a fonte de rendimentos. Até as novas centralidades construídas nos últimos anos também

não são lugares econômicos e seus habitantes recorrem ao centro e aos mercados informais para abastecerem suas geleiras e arcas. Aliás, os principais serviços estão no centro da cidade e isso contribui, de certa maneira, para a concentração das pessoas, e é ali onde as zungueiras encontram uma oportunidade de venda.

Enquanto não entendermos a realidade dos bairros, também o governo não compreenderá a presença das zungueiras.

Almejo que os dirigentes da cidade do Lubango, os empresários e outros, pensem ou pensemos na melhor coisa para oferecer as mulheres zungueiras. E se não tivermos nada melhor para oferecer a elas, devemos potencializar o trabalho delas, sinônimo de redenção (Benjamin, 1985) ao contrário, o Lubango continuará num lugar de barbárie para as zungueiras.

2.3.2 Lubango e a sua ressignificação pelas mulheres zungueiras

*Entre o dinheiro e a banana,
o macaco preferiria banana e deixar o dinheiro.
Entre o mercado informal do Mutundu e do Nangombe,
elas preferem as ruas da cidade do Lubango.
Não para viverem, mas para o combate a fome.
Proverbio Umbundu*

Cada pessoa tem uma forma diferente de dar valor a um determinado objeto ou pessoa. Recorrendo à alegoria entre o dinheiro e a banana, o macaco preferiria a banana e deixar o dinheiro, isso significa que, enquanto para os governantes Lubango é um lugar para as flores, espaço para o turismo e que precisa vários cuidados, para as zungueiras é um lugar de sobrevivência, de luta e de zunga.

Em diálogo com o ensaio de Medeiro (2013), que faz uma análise da “produção social do espaço urbano de Mark Gottdiener”, percebo que Lubango é um espaço que contém e está contido nas relações sociais que provocam a produção social do espaço urbano, ao mesmo tempo em que é conduzida pelas demandas de uma lógica econômica, se concretizando através das práticas populares desenvolvidas no cotidiano.

Lubango, enquanto espaço urbano, criou fissuras sociais. E em meio a essas fissuras, em um contexto marcado pela reprodução das desigualdades por questões mercadológicas do território, pontua Queiroz (2016), surgiram organizações de atores sociais que tecem outro

modo de ocupar e produzir a cidade. Neste, entretanto, surge a questão de disciplinar o território (elaboração de leis) e muitas vezes, esse disciplinar, se contrapõe aos que se auto-organizaram para enfrentarem as vicissitudes da vida e outras intempéries. E se a estruturação do planejamento urbano institucional disciplina os territórios e as atividades comerciais (Lei n.º 1/07 de 14 de maio), os atores sociais o ressignificam de acordo com seus anseios e por meios de estratégias, enquanto as leis beneficiem simplesmente a elite ou os capitalistas exacerbados.

Dessa forma, tendo em vista a economia informal, as zungueiras aparecem em todos os espaços urbanos, como pessoas que também podem usar o mesmo espaço, para a sobrevivência, uma situação que causa um conflito entre os que perseguem o urbanismo (significação primária) e os que o têm como meio de venda e de sobrevivência (ressignificação). Daí a luta entre os fiscais e as zungueiras que adotaram o seu modo de combate à pobreza, sobretudo à fome.

O governo tem na sua carteira o combate à pobreza e as estratégias adotadas são insignificantes para o combate à pobreza. E se assim fosse, a realidade social transpareceria isso.

Quando o governo traça uma postura de perseguição e banimento da prática informal nos espaços públicos e não define novas políticas em substituição daquilo que as zungueiras fazem, não está apenas disciplinando o território, mas também está combatendo as formações espontâneas, que podem constituir meios de combate à pobreza, como alerta Queiroz (2023). Segundo os fragmentos do Microcosmo de Lotze, “não há progresso se as almas que sofrem não têm direito a felicidade e à realização” (Lowy, 2005, p.49). Se Benjamin vivesse hoje, não chamaria isso de barbárie pelo fato de a cidade excluir os desfavorecidos economicamente?

A maneira como as zungueiras são depreciadas e subestimadas pelo poder público ainda é considerada símbolo da força da mulher angolana frente às adversidades de um país que ainda não superou as feridas deixadas pela guerra. Reflete a maneira como guerreamos entre nós próprios sem razão de ser. Ou combatemos as zungueiras com políticas eficazes e exequíveis, ou deixamos de combatê-las. Não há meio-termo. A respeito dessa questão, Paulina Chiazine nos instiga da seguinte maneira:

Estou feliz por estar entre empresários e banqueiros e eu gosto de perguntar aos banqueiros: quando chega uma mulher negra de cabelo comprado com diploma vocês dão financiamento e quando chega a empresária social, a empresária familiar, aquela que tem a África nos ombros vocês dizem é analfabeta, ah porque é complicado e alguns de vocês são os filhos que cresceram com aquela bacia na cabeça! Foi complicado te criar seu malandro! E por que tem que ser complicado resolver o problema da tua mãe?

Com todas essas palavras eu simplesmente venho agradecer este prêmio este honroso. Não falei bonito no princípio! Devia começar por dizer "obrigada" suas Excelências,

mas eu digo agora obrigado excelências membros do governo cuja mãe vendia na rua (Chiazine, 2024, 12 de abril - discurso do recebimento do prêmio “responsabilidade social” pela Forbes Lusófona em Angola-Luanda)²⁶.

A presença das zungueiras nas ruas não só abole o doméstico como única opção para o trabalho feminino, como se torna também um meio para a conquista da própria renda e independência do marido, que geralmente é tido como o principal provedor do lar.

Portanto, a produção social do espaço urbano pelas zungueiras é feita pela atuação cotidiana, de modo que essas atrizes ocupem e se apropriem do espaço, fazendo dele parte da construção de sua identidade e do seu modo de vida, como pontua Queiroz (2016), por isso que o governo e nós, as chamamos de “vendedoras ambulantes”, mas elas assumem outra identificação, a de zungueiras. Por meio do dicionário delas resistem à conceptualização internacional, permanecendo com “zunga”.

²⁶ CHIZANE, Paulina. Discurso do recebimento do prêmio “responsabilidade social” pela Forbes Lusófona em Angola-Luanda, 12 de abril de 2024. Disponível em https://youtu.be/q1cafvcG8yo?si=Hgyrk82Y_al_Zqu

CAPÍTULO III – ENTENDENDO O MUNDO DAS ZUNGUEIRAS NAS TRILHAS DE WALTER BENJAMIN, BRECHT E THOMPSON

*Quando a barba do outro estiver em
chama, previna-se colocar na água a
sua barba, pois, amanhã a chama
chegará na tua barba.*

Provérbio Umbundu

Provavelmente, não haveria necessidade de descrever que foi Walter Benjamin, e que apesar de entre os meus e minhas colegas de grupo de pesquisa Odisseia nos denominarmos como o grupo “Waltinho”, ele nos remete a reflexões profundas. Todas as suas obras podem ser consideradas uma espécie de aviso de incêndio, dirigido a seus contemporâneos, como um sino que replica buscando chamar a atenção para os perigos iminentes e as novas catástrofes que se perfilam no horizonte. Sua preocupação não residia no declínio da elite, mas sim nas ameaças que o progresso técnico e econômico promovido pelo capitalismo impõe à humanidade. No tempo dele, foi o único que antecipou as catástrofes que assolaram a Europa e as consequências das bombas atômicas, resultantes da civilização industrial.

Quem lê seus textos entende que ele conseguiu prever os problemas que apresentamos no tempo presente. Ele nasceu em Berlim, em 15 de julho de 1892, em uma família próspera dos antecedentes judeus com uma visibilidade, sendo conhecido como judeu, conforme evidenciado por Lowy (2005). Fazia parte de uma pequena burguesia alemã no início do século XX, com pontua Kehl (2020). França (2020, p.309), indica que, “Apesar de todas as estratégias familiares e sociais para esconder a existência dos outros, dos pobres e dos revoltados, da miséria e da morte” as classes mais humildes (vivendo abaixo da linha da pobreza) pessoas que não passavam despercebidas na sua tenra idade.

Estudou na Universidade Albert-Ludwig, em Freiburg, Alemanha, fazendo parte do movimento da juventude composto por escritores alemães. Iniciou seus estudos em 1910 e casou-se em 1917 com Asja Lacis, com quem conheceu a Moscou soviética. Residiu tanto na capital alemã quanto em Paris, a capital do século XIX, conforme afirmam (Paim *et al.* 2023, p. 10).

Com a ascensão do Nazismo, Benjamin foi forçado a viver fugindo, perseguido devido ao antissemitismo, atormentado pelo insucesso de sua carreira acadêmica e tentado pela ideia

de suicídio, que eventualmente concretizou durante uma tentativa frustrada de fugir para a América, através da Espanha, em 27 de setembro de 1940.

Ele não apenas enfrentou perseguições, mas também vivenciou a fase de rejeição de sua tese para ser aprovado como professor na Universidade de Frankfurt (Vedovato 2021). Apesar de estar, naquele tempo, no centro da vida cultural e intelectual europeia, não obteve sucesso no cenário acadêmico, aliás, foi rejeitada sua tese de livre-docência, “Origem do Drama Barroco Alemão”, pelo Departamento de Estética da Universidade de Frankfurt em 1925, como indicam (Paim *et al.* 2023, p. 14), fato que me levou a refletir sobre a trajetória de Cheik Anta Diop, quando a quanto do chumbo dele em Paris, quando precisou defender uma tese revolucionária em 1954.

A leitura dos textos de Benjamin permite compreender que a rejeição de sua tese deve-se à sua contramão diante dos teóricos de sua época. Enquanto a maioria de seus contemporâneos falava em progresso, Benjamin bordava as catástrofes no auge da modernidade capitalista, anunciando a tênue linha entre civilização e barbárie.

Não se contentava com qualquer realidade que proporcionasse alegria aos outros (elite), essa grande preocupação impeliu-o a prever o que poderia advir em cada momento do futuro. Viveu quase todo o período das duas guerras mundiais, testemunhando o colapso causado por ambas, assim como a depressão nos Estados Unidos de 1929 a 1930. Foi nesse momento que ele chamou a atenção para o que viria após o capitalismo, como evidenciado *O Aviso do Incêndio* (Lowy, 2005).

É um estudioso que não gera consensos em relação à sua trajetória, incluindo sua morte, pois não se posicionou em uma única direção. O conjunto de sua obra incorpora elementos do materialismo histórico, do Romantismo alemão e da teologia judaica²⁷, destacando sua relevância em diversas áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, História, Artes e Literatura. Essa diversidade dificulta a tarefa de definir ele quem foi e qual era sua linha de pensamento, apesar disso, destaco alguns aspectos que estudiosos indicam sobre ele: 1) crítico revolucionário da filosofia do progresso; 2) adversário marxista do progressismo; 3) um nostálgico do passado que sonha com o futuro; 4) pensador singular, distanciado de todas as correntes; 5) pensador da fronteira, 6) incentivador de “escovar” a História a contrapelo, distanciando-a das histórias dos vencedores (Lowy, 2005). Aliás, os seus estudiosos o identificam como filósofo alemão, crítico literário, ensaísta, cientista social, tradutor, poeta e,

²⁷ É um assunto que pode abrir outro debate. Porém, não o priorizo neste texto, sob pena de causar um desvio

nesta pesquisa, é tido por mim como o precursor da “História a contrapelo e defensor dos sem nome na História e nas políticas públicas (Paim *et al.* 2023, p. 15). Essa perspectiva de “escovar a História” refere-se a um palmilhar de um historiador comprometido com as causas de todos dos marginalizados, muitas vezes, como pontua Ballestrin (2013), cilindrados pela colonialidade do poder.

Benjamim (1985), faz uma crítica à modernidade e apela para uma interpretação da História do ponto de vista dos vencidos. Num mundo moderno, em Angola, conseguimos ler e escrever a dos políticos, das suas guerras. São os políticos que habitam nas cidades, são políticos que têm dinheiro. E as zungueiras disputam o mesmo espaço com eles. Uns na posição de verem a cidade sem as zungueiras, de outro lado, as zungueiras, na posição de quererem vender no político que vive na cidade, concomitantemente possuidor de dinheiro.

Nesse processo, é necessário que os meus ouvidos e os teus, como leitor, estejam prontos para ouvir as razões que levam as mulheres às cartilhas da cidade vendendo, cuja resposta do governo é expulsão delas. É imperioso abrir os olhos e ver com um olhar clínico, com apreço de um dia ver a vida das zungueiras.

A modernidade, providencia boas coisas: automóveis, bons celulares, televisores e tudo mais e assim por diante. Mas somente para a classe alta. O meu posicionamento neste texto é que tudo que vem da modernidade capitalista exacerbada não pode infernizar a vida de outrem, não deve nos retirar o bom senso para podermos entender que ao redor há pessoas que sofrem, pedem esmolas, mendigam a saúde, um espaço para dormir, para não falar de energia e luz. E a luta só terminará quando o mundo não registrar nas suas cidades, os males acima mencionados.

Segundo Lowi (2005), Benjamin preocupava-se com o avanço da modernidade capitalista e por isso se recusa a se identificar com os heróis oficiais, desde os conquistadores europeus, que levaram (no entender deles) a religião, a cultura e a civilização aos indígenas supostamente selvagens.

Em Angola, como indica Queiroz (2016), os governantes e os clérigos são agentes da continuidade das políticas coloniais que passa pelo colonialismo do poder, do ser e de viver, como pontua Ballestrin (2013). Daí que a atividade das zungueiras é tida como atividade nociva à urbanização. De um lado somos levados a concordar, porém, acabo por discordar pelos motivos que já apresentei anteriormente: não há políticas públicas para substituir a fonte de

renda das zungueiras e vários governantes angolanos continuam com os procedimentos herdados dos colonizadores.

Face a isso, como alertam Paim e Araújo (2021), precisamos da decolonialidade para questionarmos as estruturas sociais, políticas e epistemológicas da colonialidade que estão inveteradas dentro de nós. Ao questionarmos as estruturas sociais, reivindicamos a justiça social, econômica, cognitiva e cultural, bem como a necessidade e o desejo de construir relações igualitárias entre grupos sociais. Ao produzirmos tais articulações, estamos lutando pela democratização da sociedade por meio de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença. Sobre essa perspectiva, os pesquisadores afirmam que devemos ser tratados com igualdade, quando ela nos dignifica e com diferença, quando ela não nos inferioriza.

Para colocar os pressupostos de Benjamin em prática, Löwy (2005) indica que é necessário se colocar na perspectiva revolucionária/crítica alimentada pela imagem dos ancestrais, escravizados e das gerações derrotadas. Essa revolução visa a uma ruptura histórico-cultural, a fim de procurar no passado as centelhas de esperança. O movimento de “contrapelo”, defendido por Benjamin, significa ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos vencidos e a redenção revolucionária dos oprimidos.

Mas para haver a redenção, é necessário um messias. E essa redenção messiânica/revolucionária é uma tarefa que nos foi atribuída pelas gerações passadas, aliás, não há um messias que virá do céu: somos nós o messias. Aqui não quero profanar a Bíblia, mas entendo no teórico alemão as ações a serem empreendidas, para trazermos, outros olhares da História (Löwy, 2005).

Se considerarmos que a presença das zungueiras é nociva à cidade, quem as livrará disso? Ao retirá-las desse local, promovemos sua salvação ou condenação? Benjamin responde-nos que cada geração possui uma parcela do poder messiânico e deve se esforçar para exercê-la. Portanto, o papel desta pesquisa é apelar e sensibilizar o governo no sentido de, ao invés de criar políticas de perseguição às zungueiras, colocar-se à disposição de um messias delas, traçando políticas convidativas e não repressivas, com o direito à circular e morar na cidade, sem perseguições, e garantir a dignidade humana e o futuro delas, com um aposento financeiro. Também apelo aos moradores das cidades a compor essa luta, que não é só delas, mas coletiva.

Benjamin também foi leitor de Nietzsche, Kafka, Marcel Proust e Charles Baudelaire e conheceu o Marxismo por meio de Georg Lukács; era próximo de Gershom Gerhard Scholem, Bertolt Brecht e Theodor Adorno. Sua revolução crítica à modernidade tem a ver com aspectos

insuportáveis, a degradação do trabalho, a submissão desesperadora de pessoas, a luta de classes, as guerras, a má distribuição de riqueza e outros males sociais.

Ele era muito atencioso com as cidades e as apreciava em detalhe por onde vivia (Berlim, Paris, Moscou) e outras:

Estava atento aos detalhes, a beleza das cores, aos recantos secretos do zoológico, aos barulhos produzidos pelo trabalho doméstico no pátio interno da casa da avó, também são as coisas pequenas, modestas, que o impressionam na viagem a Moscou, movido pela paixão por uma jovem comunista, Asja Lacis. A capital da Rússia comunista comove o viajante através dos detalhes: as cores dos modestos brinquedos de madeira vendidos nas ruas; o papagaio empoleirado no ombro da vendedora de roupas íntimas; os bandos de meninos de rua que perambulam a mendigar pelo centro da cidade (Kehl, 2020, p.3).

Também visualizava em Moscou as vendedoras ambulantes:

O comércio ambulante é em parte ilegal e evita, portanto, qualquer sensacionalismo. Mulheres oferecem aos passantes, na mão aberta, sobre uma camada de palha, um pedaço cru de carne, um frango, um presunto. São vendedoras sem licença. Pobres demais para pagar a taxa de uma banca de venda e sem tempo para ficar várias horas numa fila de repartição e conseguir alvará de uma semana. Se chega um miliciano, então simplesmente fogem. O comércio ambulante culmina nos grandes mercados na Smolenskaia e no Arbat. E na Sucharevskaja. Este mais famoso fica debaixo de uma igreja que se ergue com as cúpulas por sobre as bancas. Primeiramente se passa no bairro dos ferros-velhos [...] (Benjamin, 1987, p. 159).

A atenção desse teórico pode ser comparada à de uma mãe que consegue ver o estado de uma criança, quando está doente, sem que ela precise dizer nada. É como a atenção de uma mãe que conhece a fome e a sede do seu filho. É comparada às formigas que, durante o tempo seco, preparam o alimento para o tempo futuro. A esse respeito, Vedovato (2021, p. 47), explica que a aceção de modernidade desse teórico

[...] vai além da ideia ligada ao progresso, mas está relacionada ao questionamento do discurso de que ela promove bem-estar social. Entende que, ao mesmo tempo que temos a industrialização, urbanização e a mecanização dos processos produtivos, existem os rumores de que avanço tecnológico desencadeou distanciamento social, relações sociais esfaceladas, pautadas num tempo homogêneo e vazio de sentido para as pessoas. O avanço das relações de produção capitalista, de certa maneira, acelerou o tempo, porque a hora do relógio passa a ser vista como tempo financeiro/capital/dinheiro, alterando as relações socioculturais, formando, deformando e transformando, muitas vezes, em engrenagem a serviço do mundo capitalista.

Uma das elocuições de Benjamin (1987) prende-se aos desmoronamentos das relações sociais. No passado de Angola, o viajante podia atravessar o deserto, mas sabia que à sua frente encontraria uma casa onde poderia beber água, comer e dormir. As pessoas sempre contavam com as pessoas nas refeições, tendo em conta os forasteiros, no entanto, hoje, tudo mudou. Afinal, quem oferece uma cama para um viajante? Quem oferece uma comida à um viajante?

Vivemos em Angola onde ser membro de um partido é mais importante que ser cidadão angolano. Onde o documento do partido político é mais importante que o bilhete de identidade, num país que tem dinheiro para a aquisição de cartões eleitorais e, mas não para aquisição de bilhetes de identidade para todos, onde a filiação política é mais importante que o ser humano, onde o político dificulta o apartidário. Eu não estaria contra esse totalitário se fosse o caminho ideal com o qual se resolveria os problemas sociais.

A preocupação de Benjamin (1987), sobre a degradação social pode ser entendida no texto de Bertolt Brecht, dramaturgo, poeta e encenador alemão do século XX. Seu trabalho como artista concentrou-se na crítica ao desenvolvimento das relações humanas no sistema capitalista. Como apresenta Cunha (2023), com a eleição de Hitler, em 1933, Brecht exilou-se primeiro na Áustria, depois na Suíça, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Inglaterra, Rússia e finalmente nos Estados Unidos. Devido à perspectiva revolucionário desse escritor, considero imperioso dialogar com seus textos, dos quais selecionei *Turandot ou o congresso das lavadeiras*, publicado no mesmo ano de ascensão do líder autoritário, trata-se de um texto que perpassa os problemas que a sociedade alemã vivia durante a Segunda Guerra Mundial e o papel falho dos intelectuais em conscientizar a população a respeito.

A peça denuncia a criminalização do debate democrático e critica os intelectuais daquela época, pois faziam um trabalho sujo, que levavam a população à miséria. Aliás, eles estavam mais preocupados com o lucro que com a dignidade humana. Uma das ações malignas que fizeram foi aconselhar o imperador para que recolhesse todo o algodão do povo, pois o ano tinha rendido boa colheita e houve uma redução de preço do produto. Coercivamente recolheram o algodão e o queimaram, para promover a inflação do preço do algodão e o povo começou a sofrer as consequências dessa ação, o que causou revoltas.

Diante dessas revoltas, todo aquele que saísse em defesa do povo, era morto. Os intelectuais tornaram-se corruptos e voláteis, a mando das más intenções do governo.

Quando reli este texto de Brecht, deparei-me com uma publicação de uma de pessoas muito importantes em Angola, o Senhor António Venâncio, o único atrevido que, desde 1975, tentou apresentar a sua candidatura à presidência do partido que governa o país e não teve sucessos. Aliás, não é comum que o partido que suporta o governo tenha vários concorrentes. E ele publicou o seguinte, na sua página do Facebook no dia 08 de fevereiro de 2024:

Já surgia no país, alguns destaques, um período de alguma excelência onde os discursos políticos (e até debates) perseguiram objetivos nobres, capazes de enriquecer a dinâmica intelectual dos angolanos. O período gerava e mostrava-nos maior aproximação entre os atores políticos, líderes e figuras da sociedade civil com os

cidadãos. Por esta altura, os órgãos da comunicação social (públicos e privados) animavam o espectro político nacional com certa tendência para a pluralidade, a equidistância, a isenção e o rigor de cada jornalista, cada profissional da comunicação. O porquê que este período promissor da nossa comunicação social parou? E o porquê que em alguns casos regrediu tão escandalosamente? O nosso país já não tem intelectuais, jornalistas, figuras e bons patriotas com ímpeto e valentia para se baterem pelo regresso daquele apreciável e tão esperançoso período? (Venâncio, 2024, página do Facebook) Anexo1²⁸.

A publicação foi feita no exato momento em que eu estava relendo o episódio da China, então comentei: “Quando a intelectualidade desvanece, multiplica-se o número de tolos. Quando a intelectualidade desvanece, o povo sofrerá!”. Para minha surpresa, ele respondeu em seguida:

Já temos quem, em solidariedade para com os demais intelectuais e colegas, já declinam convites à comunicação social pública, preferem o silêncio e temo que o país caia na lama da inércia intelectual, na voz monocórdica de pensamento e novamente na oportunista bajulação. Seria muito penalizante para a nossa juventude e, em geral, para a geração atual. Seria um duro golpe à liberdade de pensamento e de expressão. Não quero isso para o meu país (Venâncio, comunicação com o pesquisador via Facebook no dia 08 fev. 2024)²⁹.

É isso que entendo na provocação do texto de Brecht. Quanto mais o povo sofria, mais alegres ficavam e por isso o teórico criticava a todos os intelectuais que colocavam a classe à parte e não assumiam a radicalidade da transformação social. Na peça, entendo o *Kai Ho* como o intelectual que assume as lutas das classes e os *Tuis* como os tais intelectuais corrompidos, sem virtudes, como podemos ler nas palavras de Munka Du:

Eu vim falar aqui e não quero que me privem da liberdade de falar o que eu quiser, onde eu quiser! Sim, eu estou aqui para proteger a liberdade, a minha, a sua e de todos. Majestades imperiais, permitam que já não eu fale aqui de algodão, mas sim, das virtudes que um povo precisa ter, para passar sem algodão. A questão é onde está o algodão. Mas, sim, onde estão as virtudes? Onde foi parar o sereno depreendimentos, a legendária paciência com que o povo chinês tem sabido suportar seus incontáveis sofrimentos? A eterna fome, o trabalho desgastante, o rigor das leis? (Brecht, 1993, p.153).

As perguntas levantadas por *Munka Du* são visíveis em diversos países, cujas lideranças não têm como prioridade a população.

²⁸ Anexo 1 - Posts do Dr. António Venâncio na sua página do Facebook

²⁹ https://docs.google.com/file/d/1QIutHXayQX0339RownwrckUl-Tuc1Em/edit?usp=doclist_api&filetype=msword

Enfim, muitas vezes o carácter de um intelectual, é corrompido pelo capitalismo e ele se esquece das tarefas que precisa cumprir, levando muitas pessoas ao sofrimento, como indica Miranda (2011, p.41), estudioso afinho da obra brechtiana:

Quanto mais numerosos os que sofrem, mais naturais parecem seus sofrimentos, aos olhos dos intelectuais corrompidos. E os sofredores mesmos partilham dessa dureza contra si e deixam que lhes falte bondade entre si. É terrível que o homem se resigne tão facilmente com o existente, não só com as dores alheias, mas também com as suas próprias. Todos os que meditaram sobre o mau estado das coisas recusam-se a apelar à compaixão uns pelos outros. Mas a compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável.

Em linhas gerais, Brecht e Benjamin deixam algumas grandes reflexões para quem deseja trilhar o caminho da intelectualidade em um mundo onde o carácter é corrompido. É crucial não esquecer a sua função radical de transformar a sociedade (messianismo).

Um outro texto, do qual me inspiro, é do Edward Palmer Thompson (2021), fora *da baleia-a miséria da teoria e outros ensaios*, estudioso que se preocupou com o engajamento, principal característica de sua obra.

Assim como os teóricos alemães, ele também tinha como foco a classe trabalhista e a destruição causada por bombas nucleares, mas meu foco não é a ideia do engajamento do intelectual, mas o episódio conhecido como “fora da baleia”, que é profunda e nos remete a diversas reflexões, se entendemos o que significa estar dentro ou fora dela.

“Fora da baleia” pode ser interpretada como uma alegoria do capitalismo ocidental e às vezes como a guerra fria, no entendimento de Müller (2007). Na minha perspectiva, também pode ser comparado com alguns sistemas, cujos intelectuais são acolhidos pela “baleia”.

Thompson (2011), conta que, nas eleições de 1955, vários intelectuais foram silenciados e todos ficaram numa única baleia. Porém, nem todos desfrutavam dos benefícios dela. E foi nesse período que se negaram as boas práticas. Reinou o pessimismo político e a classe média ficou marginalizada, sem falar na classe baixa. Em vez de os intelectuais mudarem o mundo, fugiram para a baleia e ela ficou gorda. Ela os tornou apáticos e assim contribuíram para a negação do dever.

E como será a vida dos intelectuais quando a baleia explodir? Angola teve esses momentos em que a baleia engoliu a todos. Foi nesse período que as políticas públicas falharam. Ninguém pensou na vida das zungueiras, dos motoqueiros e de outras franjas sociais que padecem até hoje.

De uma forma geral, hoje não só em Lubango as famílias têm sido resilientes na luta contra um conjunto de dificuldades sociais e econômicas. Cada membro (criança, adulto ou idoso), no meio rural ou urbano, visa usar os recursos que tem à sua volta. Ou seja, tudo aquilo que considera possível para a manutenção da vida – comercialização de produtos de natureza diversa nos mercados informais, as quais recorrem diariamente, quer para obtenção de bens e serviços de natureza variada, conforme Nelson (2021).

Na ausência do governo em providenciar emprego a todos, cada um foi procurando a sua maneira e tudo ficou ao encargo da auto-organização. Para uma compressão efusiva da presença das mulheres nas ruas, é necessário entrar no campo da economia informal.

3.1 Um olhar para a economia informal: causas e impactos

*De manhã, antes do sol nascer
Saiu muito cedo,
procurando o que de comer para os meus filhos
Vou às ruas, procurando
O sol se pôs e a noite vem
Não tenho o que dar de comer aos meus filhos
O meu coração se entristece e não vejo o que fazer
Ajoelho orando e a minha esperança vem de você
Receba os meus filhos
sozinha não consigo ensinar os meus filhos, sozinho não conseguirei.
Receba os meus filhos
Às tuas mãos os entreguei
Sozinha não conseguirei
De manhã muito cedo, antes do sol nascer
Acordo procurando de comer para os meus filhos e nada encontrei.
Ainda que não tiver de comer, fique comigo oh Jesus; é isso que eu
quero.
(Isaac Vertino)³⁰*

Conforme já pontuado anteriormente, por “informal” entende-se o emprego que ocorre fora dos sistemas de segurança social, fiscalização e outros regulamentos legais. Para Ernesto e Capilo (223), em alguns casos, pode também envolver atividades legisladas, cuja execução ocorre fora da lei. Esse tipo de trabalho é frequentemente realizado em instalações provisórias ou sem locais fixos.

³⁰ <https://open.spotify.com/artist/17jFOyvSc0z7MWo0FauZ4h?si=x6SzEZdBRO6JKsH93skSgA>

Com base nessa compreensão, qualquer emprego, mesmo que a empresa ou o trabalhador pague impostos se não oferece a garantia de segurança social, configura-se, para mim, como uma mera exploração por parte de quem os recebe.

Em Angola, a empregabilidade informal é alta e as pesquisas apontam para diversas causas. Ernesto & Capilo (2023, p. 40), descrevem que “a existência de economia informal em Angola em alta escola reflete um desajustamento dos interesses coletivos da sociedade tal como entendidos pelo Estado” e a economia informal tem as seguintes fontes:

- 1) Modelos de economia não adaptado à realidade sociocultural dos países;
- 2) Fraca capacidade de geração de emprego na economia;
- 3) Inexistência do subsídio de desemprego;
- 4) Processo de formação extremamente oneroso;
- 5) Emolumentos de licenciamentos elevados;
- 6) Encargos fiscais altos;
- 7) Regulamento inadequado ou excessivamente exigente;
- 8) Barreiras à entrada de novas micro, pequenas e médias empresas;
- 9-) A falta de acesso ou informação deficiente sobre o mercado de trabalho;
- 10) Desconhecimento/falta de divulgação de informação sobre os serviços públicos;
- 11-) Fraco acesso à informação sobre tecnologias e formação na matéria.
- 12) Administração burocrática e ineficiente;
- 13) Corrupção;
- 14)Do ponto de vista dos fatores socioeconômicos, a economia informal tem como origem as seguintes fontes:
a) Falta de instrução e/ou instrução deficiente; b) Êxodo rural que tem como origem: guerra e existência de economias de enclave³¹ (Ernesto; Capilo, 2023, p.9).

Cada item desses pode dar origem a uma nova dissertação. Por isso, para não me alongar, faço a seguinte reflexão: qual dos pontos acima não afeta Angola? A economia informal é a resposta para a inexistência da economia formal e na ausência desta aquela responde às demandas, em que:

A maior parte das pessoas decide por se envolver ou desenvolver algum trabalho na economia informal por sobrevivência. A necessidade de obter um rendimento, por menor que seja, para satisfazer necessidades básicas diárias faz com que muitos (essencialmente pobres), sem outra escolha, se submetam a trabalhos pouco dignos ou desenvolvidos em condições pouco dignas” (Ernesto; Capilo, 2023, p.13).

É essa economia informal que amparou as zungueiras, que deram cambalhotas nas cidades após o êxodo massivo que começou em 1992, como pontua Santos (2011). Essa maneira levou-as a negar o conceito de “vendedoras ambulantes” e se assumirem simplesmente como

³¹ A procura de melhores condições de vida leva a população a migrar para os centros econômico-financeiros, onde se concentram sendo gastos os maiores rendimentos. Este fato obriga o governo a aumentar os investimentos em infraestruturas básicas nesses centros, o que, por sua vez, atrai mais população para tais concentrados financeiros, gerando um ciclo vicioso onde as causas e as consequências se confundem

zungueiras. Contudo, nesse processo, elas ficaram sem direito à proteção social e representação”:

Os trabalhadores na economia informal enfrentam maiores riscos de pobreza do que aqueles da economia formal. Como resultado destes e de outros fatores, há uma coincidência significativa, mas não total, entre o trabalho informal e a pobreza e a vulnerabilidade. Enquanto algumas atividades oferecem meios de subsistência e rendimentos razoáveis, a maioria dos trabalhadores da economia informal está exposta a condições de trabalho inadequadas, inseguras e oportunidades de formação desajustadas; têm rendimentos inferiores, mais incertos e mais baixos do que aqueles na economia formal, trabalha mais horas, não está coberta pela negociação colectiva e não têm direitos de representação e, muitas vezes, possuem um estatuto de emprego ambíguo ou dissimulado; e estão física e financeiramente mais vulnerável porque o trabalho na economia informal está fora, ou efetivamente para além do âmbito dos regimes de segurança social, de segurança e de saúde, maternidade e outra legislação de proteção no trabalho”(Ernesto e Capilo, 2023, p.15).

Em minha experiência enquanto observador e participante dos engajamentos sociais, identifiquei que os postos de trabalho na economia informal em Angola são ocupados maioritariamente por mulheres.

Como já mencionei anteriormente, tendo em conta as causas da economia informal, estabeleceu-se em Angola um marco temporal (1992-2023), que foi suportado por 5 agentes ou grupos sociais:

- 1) por zungueiras – podem ser encontradas a circular pelos mercados ou pela rua. Geralmente adquirem os seus produtos às quitandeiras ou compram nos armazéns e é o grupo maior;
- 2) Por quitandeiras – são todas aquelas pessoas que têm um lugar certo para vender seus produtos com o apoio de uma bancada. Geralmente, as quitandeiras de maior porte também fornecem pequenas quantidades de produtos, as zungueiras;
- 3) Por kupapata (motoqueiros) –são os indivíduos que transportam as zungueiras, as quitandeiras e as mercadorias das quitandeiras ou zungueiras do armazém ao ponto onde elas exercem a atividade;
- 4) Por comerciantes dos mercados paralelos;
- 5) Por armazéns – que apesar de serem estabelecimentos formalmente estabelecidos, são os principais responsáveis pelo abastecimento do mercado informal e localizam-se geralmente junto dos grandes centros de venda informal (Ernesto; Capilo, 2023, p.15).

Fazendo uma ligação entre a introdução e o tópico “Um olhar para a economia informal” desta pesquisa, percebi que alguns autores apresentam a guerra como a causa da economia informal de Angola. Telo (2021), não concorda com essa ideia e acusa as más políticas, enquanto que Ernesto & Capilo (2023), apresentam uma lista grande das causas.

Na condição de pesquisador, já não é possível me ater à “guerra” como responsável por esse evento, mas sim olhar para as políticas públicas do governo que até certo ponto falharam. Nesse sentido, Telo (2021), nos instiga ao afirmar que a presença de zungueiras nas ruas é fruto

da negligência desse setor em relação a políticas públicas. E Pereira (2005), identifica esse problema na transição econômica da primeira República para a segunda.

Talvez alguém se incomode com meu posicionamento, bem como com os de Telo (2021), e Pereira (2005), mas alego que posso concordar com quem discorde, pois ouvir qualquer pessoa é uma virtude que um pesquisador deve adotar. Além disso, meu foco não são as políticas públicas, não é a guerra, ou outra coisa, mas o registro das memórias das zungueiras de Lubango.

Porém, há algo que me incomoda: a corrupção que bateu no fundo do poço no tempo em que Angola “não tinha leis”³², de 2002-2017, quando generais e políticos eram as próprias leis e perguntavam: você conhece quem sou eu? Você sabe com quem está falando? Isso me incomoda até hoje, pois alguns ainda continuam agindo dessa forma.

Esse foi o pior período pelo qual o governo angolano passou porque houve muita corrupção. O Dr. António Venâncio-apresentado anteriormente, em entrevista que com cedeu à GOZatv, no dia 21 de novembro de 2021, considera que a corrupção é fruto da má gestão. É nesses dois períodos em que a vida de várias pessoas ficou postergada, incluindo as das zungueiras.

Hoje, a vida de várias pessoas está na penúria, o que as levou a procurar estratégias de sobrevivência. Houve crescimento no número de mulheres que adotou a zunga como atividade principal, para darem respostas às sequelas deixadas pelos corruptos, uma alternativa que encontraram para apoiar a família, sustentar os filhos e um mecanismo de emancipação social e política, como indica Félix (2018).

Zunga equivale à resistência. Ao mesmo tempo, se firma como forma de sobrevivência e resposta às agruras da vida, pois, conforme pontuado anteriormente, a presença das zungueiras tornou-se um problema no projeto de modernização e remodelação das cidades no final do século XIX, conforme indica Queiroz (2016). Essa remodelação levou à criação de mercados paralelos, distantes das grandes cidades, o que contribuiu significativamente para o aumento da presença das mulheres nas mesmas.

Na introdução, deixei uma pergunta para reflexão: se o número de mulheres em Angola, de acordo o censo de 2014, era maior e a taxa de empregabilidade para elas era de 34,1% contra 66,9 dos homens, como ficou proporção após o censo? Ou melhor, como ficou a

³² O desrespeito às leis por parte dos superiores, em benefício próprio.

empregabilidade para as mulheres até 2024? A resposta a essa pergunta, diante do que tenho estudado é uma só: não aumentou porque as políticas públicas como o Plano de desenvolvimento Nacional (PDN) do país, desenvolvido nos períodos de: 2002-2013; 2012-2017 e 2018-2022 foi traçado para minimizar os problemas, mas também falharam. Dentre eles, cito alguns:

Incubadora de Empresas – Maio 2007 – Conjunto de serviços de apoio à criação de novos empreendimentos (micro e pequenas empresas). Capacitação de empresários e potenciais empresários em matéria de atuação no mercado ou descoberta de novos mercados. Era destinada para empreendedores formais e informais;

Lei das micros, Pequenas e Médias Empresas – 30 de setembro /2011-visava favorecer a criação e/ou o fomento das MPME por meio da simplificação de práticas administrativas, de regulamentação e de facilitação do acesso aos mercados e a novas oportunidades de negócios, bem como de formalização de parcerias visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços em geral.

Programa de Apoio ao Pequeno Negócio PROAPEN (BUE) – Maio 2012 – Visava à formalização e financiamento de pequenos negócios, sendo que todos os processos se efetivam num mesmo espaço físico (Balcão Único do Empreendedor) e grupo alvo seria os agentes da economia informal.

Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas aos Camponeses (PAPAGRO) – 2013 – que consistia na aquisição da produção agrícola pelo governo (financiamento BPC) que por sua vez se responsabiliza pelo escoamento desta para os principais centros de consumo, Centros de Logística e Distribuição (CLOD) e o grupo alvo seria camponeses e empresários agrícolas.

Programa BANKITA – lançado pelo Banco Nacional de Angola em 2011, com o intuito de impulsionar a inclusão ao sistema bancário para populações mais carentes a um valor mínimo de abertura de conta de 100 AKZ de forma que possam beneficiar de instrumentos financeiros como o microcrédito e/ou explorar os benefícios da poupança e os destinatários seriam os trabalhadores Informais e demais.

Balcão Único do Empreendedor – 2012 – destinado para micro, pequeno e médio empreendedor.

Kixicrédito (Angola) – 2008 – destinava-se a dar assistência às populações deslocadas durante o período das confrontações militar e apoiar, sobretudo, as mulheres para desenvolverem pequenas atividades geradoras de rendimentos para sustento familiar Pequenas incitativas.

Banco de Poupança e Crédito (BPC) – Atenderia Médias, Pequenas Empresas, abrangidas pelos programas do Governo (Ernesto; Capilo, 2018, p. 80).

Olhando pelas datas das publicações dos programas acima, algumas protagonistas entrevistadas nesta pesquisa já eram zungueiras. Na segunda roda de conversa, elas apresentam em seus depoimentos que nunca se beneficiaram dos programas. Mas, mencionado o censo relata que, das 13.289.983 mulheres, somente 2.765.632 tinham registo Civil. Afonso & Caetano (2015), denunciam que existia/existem muitas mulheres sem documentos, dificultando inclusive o seu acesso à programas de microcrédito que era destinado a elas³³. Tirar um documento não era fácil, sobretudo no período em que a corrupção em Angola estava no ápice e muitas mulheres usavam homem/parceiro como intermediário, às vezes até chegavam a pagar

³³ Esse microcrédito não foi uma realidade, salvo a nossa ignorância por não ter acesso aos relatórios, apesar da realidade social ditar o essencial.

uma comissão para ele. Além disso, mal eu ouvia falar desses programas e me questiono: os meus pares de pesquisa chegaram a conhecê-los?

Com as eleições eleitorais de 2017, o governo angolano apresentou o já mencionado (PDN)-2018-2022 que continha 6 eixos: Eixo 1 – Desenvolvimento Humano e Bem-estar – integrava 8 políticas: População; Educação e Ensino Superior; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Saúde; Assistência e Proteção Social; Habitação; Cultura; Desporto; Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusivo – incluía 5 políticas: Sustentabilidade das Finanças Públicas; Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade; Fomento da Produção, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações; Sustentabilidade Ambiental; Emprego e Condições de Trabalho; Eixo 3 – Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento – compreendia 4 políticas: Transportes e Logística; Energia Elétrica; Água e Saneamento; Comunicações; Eixo 4 – Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governança, Reforma do Estado e Descentralização – era constituído por 3 políticas: Reforço das Bases da Democracia e da Sociedade Civil; Boa Governança, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública; Descentralização e Reforço do Poder Local; Eixo 5 – Desenvolvimento Harmonioso do Território-integrava 2 políticas: Desenvolvimento Territorial; Ordenamento do Território e Urbanismo; Eixo 6 – Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional-continha três políticas: Defesa Nacional; Segurança Nacional e dos Cidadãos; Reforço do Papel de Angola no Contexto Internacional e Regional.

Durante o diálogo com as protagonistas desta pesquisa, denunciaram de não terem se beneficiado com nenhuma das políticas acima mencionadas, sobretudo às relativas a “Desenvolvimento Humano e Bem-estar”, como poderemos ler nas últimas rodas de conversas. Mas, em diálogo com “Estudo das Organizações Representantes de Atores da Economia Informal em Luanda”, percebo que o emprego informal é alto como (anexo¹), sobretudo entre jovens de 15 a 24 anos de idade, que corresponde a 92,5% em comparação com a empregabilidade formal que corresponde a 7,5%. Já para as mulheres, a empregabilidade informal corresponde a 88,5%, o que corresponde a 11,5% da formalidade (INE, 2023)³⁴. Esses dados indicam que algo falhou nos seis eixos apresentados pelo PDN de 2018-2022. E quando

³⁴ <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTQyODM%3D>

consultei o PDN-2023-2027³⁵ já não fazia mais menção ao Desenvolvimento Humano e Bem-estar.

Se o governo falhou com as políticas públicas, por que retirar as zungueiras de sua atividade essencial? Será que elas têm uma opinião sobre o assunto? Certeau (2008), responde essa inquietação indicando que os sistemas dominantes impõem seus produtos e ideias aos indivíduos, a fim de subtrair-lhes o direito de se posicionar. Essa imposição faz com que percam o direito de atuarem na sociedade e vivam como meros receptores da produção social. Por isso, considero importante ouvir o que os sujeitos realmente fazem com o que lhes é imposto, ou seja, compreender os usos pelo ponto de vista dos praticantes que não produzem diretamente tais sistemas de dominação, com indicam Franco & Oliveira (2016), um apelo reforçado pelo advogado angolano Sérgio Raimundo (2013, em II congresso de Direito Constitucional, tempo: 2h14-2h15), ao dizer que:

É preciso acabarmos com a mentalidade que quem pode pensar pelo destino do país só os governantes. Os governados têm uma palavra principal sobre o destino do país porque Angola é uma copropriedade de todos os angolanos. Ninguém é mais angolano que o outro.³⁶

Retomando o motivo pelo qual as políticas públicas não parecem ser boas, apresento diversas opiniões que ouvi, dentre as quais recorro mais uma vez à de Dr. António Venâncio, na entrevista concedida ao podcast GOZAtv afirmando que, o MPLA que suporta o governo nem respeita os estatutos, e, um dia quando começar a respeitar os seus estatutos, mais exemplar serão fazer, (Venâncio, 2021, minutos 48-52, com destaque ao minuto 51)³⁷. Aqueles que não cumprem os estatutos do partido, concomitantemente, são os mesmos que dirigem o país, detentores de vários generais que por muito tempo foram autores da pergunta “sabes quem sou eu” foram as mesmas pessoas que não cumpriram com as políticas públicas. Também tenho que considerar que muitas consultorias que trabalharam na elaboração dessas políticas beneficiaram-se de grandes somas de dinheiro.

Após uma incursão pelas ideias de economia informal e políticas públicas, compartilho a segunda fase das narrativas das zungueiras, que compõem o foco principal deste trabalho.

³⁵ [Plano de Desenvolvimento Nacional - Pesquisar \(bing.com\)](#)

³⁶ https://fb.watch/ohORoZBTM6/https://www.facebook.com/fduan.ao/videos/153031661229433/?_tn=F
ver e ouvir os minutos 2h14: 57

³⁷ <https://youtu.be/RubRyghMMD4>

CAPÍTULO IV – TESSITURA METODOLÓGICA

Neste capítulo, antes de compartilhar as memórias das zungueiras apresentada na segunda roda de conversa, trilhar, mais uma vez, o viés metodológico da pesquisa e da escrita. Sob a orientação da Professora-Pesquisadora Cyntia Simioni França, elaboramos o roteiro de análise e, para sua execução, planejamos dialogar com 9 zungueiras que representariam nossas parceiras não-acadêmicas, conforme compreendido por Frish (2016) e Beaud & Wiber (2007), mas acabei, ao final, tendo a colaboração de 10 delas, pois uma se voluntariou durante o processo, conforme apresentei anteriormente.

As entrevistas foram realizadas antes da minha chegada à Unespar (Campo Mourão), nos meses entre junho e julho de 2023, nos locais onde as zungueiras trabalhavam, mesmo considerando as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador, devido ao visto de permanência no Brasil e outras adversidades vivenciadas na “Angola profunda” (Angola dos que não foram alcançados pelas políticas públicas). Diante da incerteza do meu destino, era imperativo aproveitar o tempo enquanto o processo de visto estava em andamento, por isso me dediquei às entrevistas.

Antes de viajar até o Brasil, outro problema visível: a distância que me separaria do local da pesquisa (Angola) precisaria contar com financiamento para realizá-la. Nessas contradições, ousei organizá-la com base em um roteiro com 4 eixos (rodas de conversa):

- 1º eixo: história de Vida;
- 2º eixo: trajetória de vida como zungueira;
- 3º eixo: zungueiras e as políticas públicas.
- 4º eixo: desejos, as lutas e as reivindicações.

As entrevistas foram antecedidas por algumas observações e conversas preliminares com as zungueiras e somente quando estabeleci o último contato é que comecei com as entrevistas, com auxílio de um amigo. A esse respeito, preciso descrever alguns momentos: O primeiro diz respeito à realidade das zungueiras, andar pelas ruas. Então as entrevistas ganharam a mesma dinâmica. Aliás, enquanto vendiam, aproveitamos para conversar com elas, sob pena de nenhuma estar disponível, tendo em conta seus horários, ou eu pagaria as despesas diárias para que estivessem disponíveis nos dias combinados para as rodas de conversa. Elas me sugeriram ficar com os números telefônicos delas, para facilitar sua localização e seguir o

itinerário delas. Mediante contato telefônico, elas me orientavam sobre sua localização, e eu iria ao encontro delas e a conversa se concretizaria.

O terceiro problema, ocorreu no final de 2023 já presente na Unespar, após uma leitura mais atenta sobre a teoria de Benjamin e de Portelli e os demais textos do grupo de pesquisa Odisseia, bem como a minha participação no processo de gravação de podcasts. Diante disso chegava a uma conclusão de que poderíamos ampliar as entrevistas já feitas. Num desses dias, reuni-me com a orientadora explicando minha angústia acerca da necessidade de que as entrevistas poderiam ser abordadas com uma escuta mais sensível. Ela respondeu essa minha inquietação, pedindo que eu comesse com as transcrições e organizasse as falas das zungueiras em blocos, pois acompanhou o processo das entrevistas.

E no final da transcrição, os eixos 1 e 2 se fundiram, e, ao mesmo tempo, traduzimos os títulos para a língua Umbundo, resultando em três rodas de conversa:

1ª) História de vida, trajetória como zungueira – *ocingonja combangulo yatete: esapulo kuenda ungende womuenho wa vakuakulandissa volokololo*.

2ª) As zungueiras e as políticas públicas – *Vakuakunualanuala Okulamdisa Volokololo Kuenda Uloño Wokuviala Omanu*.

3ª) Os desejos, as lutas e as reivindicações – *ocingonja combangulo yatatu - olonjongole, ovoyaki kuenda etiulo lieci catiama kuayumue*.

Após a transcrição das conversas com as zungueiras, eu precisei desenvolver uma escuta mais atenta as entrevistas, e, foi quando percebi que as protagonistas de minha pesquisa, apesar das condições atípicas em que concederam as entrevistas, narraram muitas histórias.

4.1 A memória na vanguarda das histórias das zungueiras de Lubango

*Dois meninos percorrem quilômetros em dois
continentes, em busca de um sonho. Incansáveis,
persistentes, trazendo ao palco às zungueiras, mulheres
de coragem e guerreiras. Matias, embasado em autores
que buscam captar em meio e arredores as zungueiras
Lança um olhar para a economia informal
As zungueiras grupo lutando contra a corrente do
capital.
Isto é História Pública
calcado e cuspidor por tantas memórias é regido*

*Tecido entre tantas falas, relações diversas, como redes
a história oficial está se construindo alicerces.
(Damião, setembro de 2023, na sala do Odisseia).*

Quando penso na palavra "memória" pelo viés do senso comum, minha mente se volta para os momentos mais difíceis enfrentados pela humanidade: guerras devastadoras, fomes cruéis, epidemias assoladoras e outras calamidades que deixaram marcas indeléveis na história.

Rememoro os soldados nas trincheiras durante as Guerras Mundiais, os nefastos do genocídio judeu entre 1933 e 1945, e a tragédia do genocídio em Ruanda em 1994 e outras ainda não conhecidas.

Não posso deixar de recordar também os africanos escravizados e os angolanos que padeceram durante e após a luta pela independência.

Penso, enfim, no povo angolano que viveu os horrores dessa guerra civil por 27 anos, impulsionado por aspirações de grandeza, em que cada um buscava afirmar sua superioridade sobre os outros, como diz o provérbio Umbundu: “onde os elefantes lutam, é o capim sofre”.

Minha memória também se volta para os menos favorecidos, como os meninos de rua em Angola, sobretudo entre 1992 e 2010, cujas vidas foram marcadas pela dureza da sobrevivência diária nos aterros sanitários.

Lembro das mães que perderam seus filhos à porta dos hospitais, penso também em cada aluno que usou a lata como cadeira na escola e aos alunos que percorrem até vários quilômetros a pé para encontrar uma escola; penso naquele aluno ou filho que não tem café da manhã.

Não posso esquecer ainda os desafios enfrentados pelos angolanos em busca de uma vida melhor, migrando para as cidades em busca de oportunidades ou enfrentando condições precárias nas áreas rurais. Também me recordo das jovens que se veem obrigadas a prestarem serviços de sexo.

Penso nos políticos corruptos que prosperam à custa do povo. Também penso nos contrastes gritantes entre as áreas urbanas desenvolvidas e as regiões remotas negligenciadas. Penso naqueles que encarceram os outros nas cadeias, por denunciarem corrupção e que quando o assunto veio à tona, nem se deu trabalho de pedir perdão, para não falar de Indemnizações.

Penso também no político que vai na televisão pública de Angola e faz uma análise dos fatos, utilizando palavras que o ouvinte não entende.

Penso naqueles que vivem em grandes centralidades e defendem que o país está ótimo (Angola urbana) e penso também naqueles que dizem que o país está desastroso (Angola profunda). Uso aqui a expressão “Angola profunda” ao invés do termo “periferia”, pois, em algumas situações, essa região começa nos centros urbanos, onde há falta de serviços.

Lembro-me também do político que diz que está com o povo, mas não vive com o tal povo e nem partilha a água a energia com o povo.

Reflito ainda sobre os aposentados que são submetidos a longas filas, expostos ao sol ardente, para receber seu subsídio. E finalmente penso, principalmente, na mãe zungueira.

Ao refletir sobre essas realidades, reconheço que a memória não é apenas uma questão individual, mas também uma construção social e histórica. Minha pesquisa sobre memória e rememoração visa entender como essas narrativas coletivas e individuais moldam nossa compreensão do passado e influenciam nossas identidades e percepções atuais. E, tendo em conta o nosso campo de concentração (História Pública), apresento aqui a fundamentação de Linddington (2011, p. 34), e esclarecendo que “o estudo de História Pública está ligado a como adquirimos nosso senso de passado por meio da memória [...] e por consequência, é claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente. É como se dos rios se tratassem cujas águas reagiriam a vários campos verdejantes”.

Essa inquietação do senso de passado por meio da memória, os meus pares acadêmicos com os quais lido, Cyntia França e Elison Antonio Paim, bem como o grupo de pesquisa (Odisseia), concretizam esse escopo através da autoridade compartilhada, ao promoverem o diálogo com estudantes, de forma que apresentem suas experiências e as histórias daqueles que foram explorados e esquecidos pelas diferentes colonialidades (Paim & França, 2023). Os meus pares, mantêm a memória como canal de produção de conhecimentos historiográficos e educacionais:

Como opção política apostamos na possibilidade de fazer da(s) memória(s) instrumentos de luta das populações marginalizadas, assumindo-se estas como protagonistas e as autoras dessa mesma construção nos movimentos sociais em que estão imersas e fazendo da escola um espaço vivo e das aulas de História espaços não só de resistência, como de (re)existência (Paim & França, 2023, p.113).

Apropriando-me do mesmo instrumento de luta, no engajamento político apolítico, como defende Rovai (2018, p.187), de formas a garantir que “tantas vozes possam ser ouvidas em suas diferentes tonalidades”. Destarte, trago as memórias das zungueiras de Lubango, cujo espaço de formação são as ruas da cidade. Mas, nesse processo de trazer à tona outras vozes, Marta Rovai (2018), chama-me a atenção, ao indicar que, muitas vezes, nossas análises acabam

por considerar alguém apenas como vítima, dando voz a essa pessoa como se ela não tivesse capacidade de se expressar, resistir e lutar contra as formas de opressão.

Considero que seria mais importante, eu ouvir das zungueiras em qual posição elas se reconhecem. Será que estaria a rotulá-las de subalternizadas? Ou sentem-se poderosas na dimensão que ocupam? Apesar disso, sei que elas são mulheres que vendem nas ruas, que se dedicam diariamente à execução de suas atividades, que não têm direito a créditos bancários, nem garantia de aposentadoria (direitos sociais). Enfim, são aquelas mulheres pelas quais Paulina Chiziane (2024 de 12 de abril- discurso do recebimento do prêmio “responsabilidade social” pela Forbes Lusófona em Angola-Luanda) e pergunta:

Onde está a empresária africana? Aquela mais genuína que defendeu esse continente e continue a defender? [...] Estou a falar daquela mulher com a bacia na cabeça, com a criança nas costas ao sol e na chuva. Ainda tem que receber bastonadas da polícia porque pisou as artérias! E quando quiser responder ou querer uma justiça, vão lhe dar um documento de que ela é analfabeta³⁸!

A realidade das zungueiras também nos é compartilhada por uma outra voz, cujo autor preferiu o anonimato, mas deixou registrado seu profundo eco que advém do fazer de uma mulher zungueira:

A MÃE ZUNGUEIRA E A FILHA AO AMANHECER

*A Tia é zungueira, tem um capital de 3 mil kzs. Acorda às 4h, tenta passar cuidadosamente entre os filhos que dormem amontoados na sala, já na porta a filha mais velha grita:
Mãe, já vais?
Sim filha já vou
Comida?
Hoje não tenho dinheiro
Mas o bebê vai chorar muito
Vai na vizinha, pede fuba de bombó e faz papa ele
E nós?
Vocês aguentam assim mesmo...
Tchau filha!
Tchau mãe!
Na porta ela chora por deixar os filhos sem comida, mas nada pode fazer porque ontem as bananas que seriam de lucro o fiscal as jogou no chão, pisou e partiu a banheira.
Os 3 mil que ela tem, ela nunca pode gastar, porque se assim o fizesse eles nunca mais teriam o que comer...
Hoje ela vai ao mercado comprar abacates para revender no local onde o mesmo fiscal a aguarda.
Mas que escolha ela tem, deixou para trás 7 filhos e mais dois sobrinhos (filhos da sua falecida irmã).*

³⁸ https://youtu.be/q1cafvcG8yo?si=Hgyrk82Y_al_Zqu

O marido morreu há um ano baleado por um delinquente que tentava
 assaltar a loja onde ele era segurança.
 A indemnização nunca chegou porque o dono da empresa preferiu pagar 2
 milhões de kzs ao Juiz que o absolveu.
 Já no mercado ela investe todo o dinheiro da sua vida (3 mil kzs) em 45
 abacates, sendo 3 abacates a 200 kzs, ela tenciona vender a cada 100 kzs
 para ganhar 1500 kzs.
 Ela hoje vai percorrer vários quilômetros, passar fome, apanhar porrada do
 fiscal, deixou seus filhos em casa desprotegidos, para ganhar...
 Ganhar não, para conseguir 1500 kzs. Mas ela nem vai conseguir os 1500
 kzs, porque você vai chegar e dizer:
 Tia, quanto é o abacate?
 É 100 pai
 Hum, faz três 200
 Eh! Meu pai, também comprei esse preço meu pai...
 Compra então na tua mamã
 Essas palavras você ouve, dás o teu truque de fingir que vás embora... aí a
 Tia vê que são 17h, não dá para levar os abacates porque podem apodrecer,
 pensa nas suas crianças, por desespero decide te vender pelo mesmo preço
 que ela comprou, te chama de volta.
 Coloca os 3 abacates no saco, você lhe dá uma nota de 1000 kzs, ela dá-te o
 troco de 500 kzs, tu dás as costas e ela grita sorrindo:
 filho (a) filho (a), toma os 300 que esqueceste...
 Você volta e recebe os 300 kzs que talvez não te fariam tanta falta assim...
 Chega já de escrever essa história, chega!
 Mas é assim: a Tia hoje vai levar para casa 900 kzs, porque muita gente teve
 a mesma atitude que a tua.
 A Tia hoje vai comprar comida de 900 kzs para 10 pessoas, não somente por
 culpa dos fiscais, mas a culpa disso é de TODOS NÓS.
 Mais respeito mano (a);
 Mais empatia mano (a);
 Olha mais a fundo mano (a).
 Eu, pelo menos, gosto de observar ou analisar a situação caótica de quem
 vende, às vezes eu sei que o troco pode me fazer falta... eu penso que 300
 kzs pode ajudar uma família.
 Então, meu amado irmão/ã pense antes pedir desconto.
 Você pode mudar de atitude.
 Deus Abençoe!
 (Autor Desconhecido in: Gabriel Estevão, 2023)³⁹

Após um mergulho na rotina das zungueiras de Lubango, é necessário retomar a ideia de compreensão das memórias. Em diálogo com a professora Cyntia França (2020), e com Elisa Paim (2021), problematizo: como essas memórias podem ser um meio de produção de conhecimento histórico em meio à colonialidade do saber (arrogância acadêmica) e do poder (arrogância dos políticos) na contemporaneidade?

França (2020), destaca a importância de ouvir as memórias das comunidades marginalizadas como uma forma de ampliar nossa compreensão histórica para além das

³⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/100005471807764/posts/pfbid0aiigHxMhYpxuQ9afXYU5g8SqMWnBCiPM8cygPbSpmq9jRgxrKCymXez1zBfc3rEtl/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

narrativas dominantes. Paim (2021), por sua vez, ressalta a necessidade de uma abordagem horizontal nos processos de tomada de decisões políticas, que valorize as vozes e experiências das pessoas comuns. Diante disso, surge outra questão: se adotarmos o diálogo horizontal, as memórias das zungueiras de Lubango poderiam contribuir para a resolução dos problemas que as afligem? Ao integrá-las às discussões sobre políticas públicas, podemos identificar melhor suas necessidades específicas e encontrar soluções mais eficazes para os desafios que enfrentam?

A abordagem participativa no campo da História Pública reconhece que o conhecimento não reside apenas nos círculos acadêmicos ou políticos, mas também nas vivências cotidianas e por isso, nesta pesquisa, procurei ouvir o que as zungueiras tinham a dizer, a fim de desafiar a colonialidade do saber e do poder, que as marginaliza e silencia.

Portanto, ao adquirir essa postura, sinto que estamos, não apenas enriquecendo nosso entendimento da cidade e de sua história, mas também trabalhando em direção a uma abordagem mais inclusiva e democrática para o desenvolvimento social.

Há vários estudos clássicos sobre a memória e muitos deles antecederam os realizados por Walter Benjamin (1985). Mas a nossa abordagem nesse sentido mantém como tronco principal na teoria e na metodologia, pois considera que a “memória não é um instrumento para a exploração do passado, mas sim o seu meio, é onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (Benjamin, 1985, p.239).

De forma a ampliar o diálogo sobre o tema, outros autores foram mobilizados, tais como: Halbwachs (1990); Meneses (1992); Paul Thompson (1992, pp.197-216); Nora (1993); Huyssen (2000); Seixas (2004); Rovai (2018); Paim (2019); França (2020); Paim e Araujo (2021), Santana (2023); Graça (2023); Paim & França (2023), Santana (2023, p.189); cujas discussões auxiliaram na percepção do de conceitos básicos para esta pesquisa: memória, rememoração e mônada.

Ressalto que minha opção por esses autores não foi para encontrar outra definição, ou mesmo para analisar em quais pontos convergem ou divergem, mas sim, para conduzir a minha pesquisa de modo a ajudar o fio condutor: que é o aporte metodológico de Walter Benjamin que se assenta em mônadas.

Rodrigo Ordine Graça (2021), faz uma incursão sobre os estudos da memória e mostra que a preocupação com o assunto remonta ao período da transição entre a antiguidade e a modernidade. Desde o Romantismo era recurso utilizado a construção de identidades históricas

e individuais, perspectiva que John Locke defendia a importância da memória para ancorar um senso de continuidade individual através dos tempos.

Graça (2021), ao dialogar com Ferguson (1996), e outros estudiosos, aclarara que a memória, na perspectiva lockiana, é um repositório para nossas ideias, funcionando como um modo de manter um estado mental seguro, por isso é fundamental para qualquer ser de intelecto e, portanto, meras atividades de memorização são mais contra-produtivas do que satisfatórias. Nesse sentido, (Ferguson apud in Graça, 2021) defende que:

[...] para Locke, a faculdade de reter as ideias e revivê-las após o seu desaparecimento é apenas uma dimensão da memória. A memória tem a capacidade de reviver percepções juntamente com as ideias já armazenadas e, indo além, de acrescentar uma nova percepção à percepção rememorada, produzida no momento da lembrança. Em seus estudos posteriores, Locke [...] recriou seu conceito original e demonstrou que, mais que um lugar, a memória é uma função da mente. Assim, Ferguson (1996) argumentava que a proposição de Locke levava à libertação dos indivíduos, pois ao libertá-los da repetição das mesmas ações continuamente, apresentava-lhes uma visão mais abrangente de seu próprio e possível progresso (p.15).

Graça (2021) revisita os estudos sobre memória a partir do fim do século XIX, com enfoque em Friedrich Nietzsche, em seu artigo “*On the uses and disadvantages of history of life* (1997), ao defender que o “termo vida só pode ser entendido numa tensão dialética entre memória e esquecimento ou passado e futuro” (Graça, 2021, p.16). Além de outros autores que ele cita como estudiosos da memória, não lhe passa despercebido Sigmund Freud-1925, cujas reflexões sobre a memória estão presentes nos estudos de Walter Benjamin (1985) e afirma que as celebradas definições de “memória voluntária” e “memória involuntária” preconizadas por Proust são revisitadas por Benjamin (Graça, 2021, p.18). Aliás, Benjamin já dialogava nos seus textos com Proust, Freud e Bergson, cujas contribuições “fazem com que a memória benjaminiana seja alargada em relação às produções historiográficas prevalecentes” (Paim; França, 2023, p.113). Benjamin dedicava-se aos sentidos da memória por meio de diálogos estabelecidos com o filósofo Henri Bergson, com os literatos Marcel Proust, Charles Baudelaire e Edgar Allan Poe, além da psicanálise de Freud a Jung, dentre outros. Nessa foco, estaco, no entanto, o entrecruzamento de presente e passado, de diferentes localidades, do eu e de nós, de diferentes visões sociais de mundo, de racionalidade e de sensibilidade, de consciente e inconsciente, como sugere Galzerani (2021).

De Bergson-1979, 1997, Walter Benjamin depreendeu que “tanto a percepção como a intuição deságuam nos labirintos da memória” e o conceito de memória estava vinculado ao sentido da consciência (Galzerani, 2021). Apesar de Bergson ser um crítico do cientificismo positivista, em suas construções imagéticas relativas à memória, e um incentivador da busca de

novas linguagens, capazes de incorporar o imponderável dos jogos e a fluidez da convergência das imagens. É Benjamin quem se apropria desses conhecimentos, ao mesmo tempo, deles se afasta, ao visualizar que a memória é muito mais do que consciência, conforme pontua Galzerani (2021, p.87). Além disso, sobre a concepção de tempo, Benjamin, difere-se da de Bergson. Os dois teóricos também divergem, pois para Bergson “temporalidade é sinônimo de duração e de continuidade indivisa”; já para Benjamin, a “categoria tempo é carregada de rupturas, principalmente quando se vive num mundo empobrecido de experiências e repleto de meras vivências”.

A partir de Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust-1954, Benjamin trilhou pelas dimensões involuntárias de memória e as valorizou. A partir de Proust, o teórico percebeu que a grande questão sobre o assunto não é propriamente aquilo que é possível rememorar, mas é saber lidar com o fantasma do esquecimento. Como revelar os fatos esquecidos e apagados pela história oficial? Assim vai além da perspectiva proustiana, indicando que ela é:

[...]um ato político, com potencialidades de produzir um “despertar” dos sonhos, das fantasmagorias, para a construção das utopias. Significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro (Apud Galzerani, 2021, p.88).

A partir da psicanálise de Sigmund Freud, Benjamin adentra na concepção da memória como dimensão consciente e também inconsciente, e constrói a concepção “metodológica de atenção flutuante, pensamento minucioso e hesitante, que sempre volta ao seu objeto, mas por diversos caminhos e desvios, o que acarreta uma alteridade sempre renovada ao objeto” (Apud Galzerani, 2021, p.89), da qual me sirvo neste texto.

Benjamin deixa algumas possibilidades par a abordagem da memória, no sentido de não haver uma hierarquização entre os diferentes saberes (memórias e histórias). Essa advertência vem à tona por intermédio de Seixas (2004), o qual alerta que a história tem se posicionado como “a senhora absoluta da memória” e por isso é necessário o rompimento dessa senhoria da História.

O historiador Pierre Nora (1997), numa das reflexões com os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), diferencia os conceitos de memória e de história da seguinte maneira:

História, memória longe de ser sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe-se uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente mudança aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. Enquanto

que a história, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. Nora entende que a memória é um fenômeno sempre atual, um elo do vivido no eterno presente, enquanto que a história é uma representação do passado. A memória é afetiva e mágica, não se incomoda com detalhes que a conformam, ela se alimenta de lembranças vagas telescópicas globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. Já a história é uma operação intelectual, que demanda a análise de discurso crítico, porém a memória instala a lembrança no sagrado, a memória emerge de um grupo que ela une, que quer dizer há tantas memórias, quantos grupos existem. A memória por natureza é múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. Já a história pertence a todos e a ninguém. Memórias em Raísa no concreto. No espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Já a história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é absoluta e a história conhece o relativo relativismo (Nora, 1993, p.9).

Além dessa distinção acerca do conceito de memória e história que Nora (1993), estabelece, já havia relatos na antiguidade greco-clássica, “em Platão, por exemplo, o conceito de memória surge como sinônimo de conhecimento e o “conceito de história, entre os gregos antigos, por sua vez, deriva de *historie*, significando procurar, investigar” (Galzerani, 2021, p. 71).

Somente com o passar do tempo, sobretudo no fim do século XIX, é que se passa a conceituar a História como disciplina, dissociando-a das artes e da filosofia e adquirindo as conotações técnicas e científicas. Com o avanço da modernidade capitalista, ocorreu a hierarquização dos saberes, e a história prevaleceu como ciência, a partir desse momento ocorre a subalternização da memória em relação à história.

Os historiadores anglo-saxônicos, tais como James Fentress & Chris Wickham (1992), Tomas Butler (1989), Patrick J. Geary (1996), versados em História Oral, apresentam registros de “denúncias em relação ao caráter dicotômico hierarquizador dos saberes concomitantemente desqualificadores das memórias presente nos trabalhos de Halbwachs, extensíveis às produções de Pierre Nora” (Galzerani, 2021, p.101). Apesar das críticas anglo-saxônicas (denunciantes), na tentativa de aproximar a memória da história, acabavam com as especificidades da mesma, como os esquecimentos, as dimensões afetivas, as involuntárias, como podemos visualizar em Pierre Nora (1993), em que apresentou uma concepção de memória historicizada, consequentemente “convertida em mero objeto da história, que não mais existe e que só se faz presente por meio das luzes da história” (Galzerani, 2021). Benjamin (1985), no entanto, propõe apartar-se dessa perspectiva de que a memória só se processa a luz da história.

Mediante essa subalternização, as práticas contemporâneas de memória constituem resistências culturais ao prevaletimento da imagem da história como senhora absoluta do passado. Galzerani em diálogo com Benjamin, propõe que ela seja considerada como meio de

produção de conhecimentos historiográficos no campo educacional, perspectiva adotada nesta pesquisa acerca das narrativas das zungueiras de Lubango.

A perspectiva benjaminiana tem algumas dimensões: voluntárias e involuntárias, consciente e inconsciente, razão e sensibilidade, passado, presente e futuro e o entrecruzamento de diferentes espacialidades e temporalidades. “São memórias carregadas de conhecimentos, saberes, experiências e sentidos, relacionadas ao vivido” (Apud França, 2020, p. 304). E, portanto, a “memória benjaminiana não assume apenas a dimensão da lembrança, como ato consciente, racional, intencional, mas reconhece que ela é plena de esquecimento e afetividade” (Paim; França, 2023, p.115).

A memória ancorada em Walter Benjamin exige uma “escuta atenta e um diálogo sensível do pesquisador em enxergar os silêncios, os conflitos, as utopias, as agruras, das pessoas” (França, 2020, p.305) incluindo nós.

A memória benjaminiana é também esquecimento e apaziguamento com o passado, é individual e coletiva, como pontua França (2020). Mediante o esquecimento, ela coletiva é imprescindível, assim, Halbwachs (1990, p.16) entende que, para haver uma reconstrução, é preciso que haja a rememoração de outros (memória coletiva), como ele afirma: “mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. E continua afirmando que:

Certamente, nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. Quando encontramos um amigo do qual a vida nos separou temos alguma dificuldade, primeiramente, em retomar contato com ele. Mas logo, quando evocamos juntos diversas circunstâncias, de que cada um de nós se lembra (Halbwachs, 1990, p.16).

Enfim, dialogando com a perspectiva benjaminiana, entendo que existe a memória individual que se encontra com o coletivo. Ao se adotar essa perspectiva de estudo, é necessário “entendermos que ela não “se submete aos tempos cronológicos e nem às regras e às ordenações dos métodos oferecidos pelas operações historiográficas, nem obedece a uma hierarquia de outro conhecimento” (França, 2020, p.305). E, o pesquisador que aspira trabalhar nessa linha fala *com* os sujeitos da pesquisa e não para falar sobre os sujeitos da pesquisa, aliás, são os sujeitos que são trazidos à liça. Portanto, “as memórias não são objeto de análises racionais; ao

contrário, o pesquisador imerge no contato e dialoga com as memórias para depois emergir, enriquecido no contato com o outro” (França, 2020, p.305).

Galzerani explicita que no ato de produção de conhecimentos históricos, é preciso cuidado para que o pesquisador [...] não caia nas “encruzilhadas de análises racionais que promovam as separações entre o sujeito do objeto, os sujeitos dos sujeitos e os sujeitos produtores de conhecimento das experiências vividas, mas, sim, reconhecer que tanto pesquisador como os sujeitos da pesquisa produzem saberes no palco das memórias” (Apud in França, 2020.p.306).

Retomando a pesquisa de Graça (2021), segreda-nos ao ouvido que os estudos sobre a memória surgiram a partir do século XIX. Desde então, Huysssem (2020), revela que se instaurou uma emergência sobre o assunto, que passou a ser tido como uma das preocupações culturais, sociais, políticas e até mesmo econômicas nas sociedades ocidentais, sobretudo em meados do século XX. Nesse processo, houve um deslocamento dos futuros presentes que se voltam aos passados presentes, como indica Souza (2023). Nesse ínterim, Galzerani (2021, p. 70), alerta que, no ano de 1970, “face à crise da modernidade capitalista, no pós-guerra” e a partir daquele momento, passou a “prevalecer, culturalmente, as incertezas relativas ao futuro, a crise das utopias e, ao mesmo tempo, ocorreram fortes questionamentos ao prevalecimento do Estado Nacional, como produtor de uma história concebida como memória nacional, única e homogênea”, em que os “grupos minoritários, com maior determinação, em diferentes partes do mundo, posicionam-se, requerendo as suas próprias e diferentes memórias” Galzerani (2021, p. 70), daí a sedução pelo passado presente, em relação ao futuro.

Nesse mesmo período, em Angola, ocorria o questionamento ao processo colonial e à construção do nacionalismo e da memória nacional, ou da Angola una. Ao mesmo tempo, várias outras histórias e memórias foram colocadas à parte, como as memórias ignoradas, o que começou a ser visível a partir de 2010, quando alguns grupos minoritários passaram a questionar outros sujeitos da história angolana. Só para dar um exemplo, sempre foram três partidos políticos (UNITA, MPLA e FNLA) que participaram na luta pela independência nacional de Angola, mas há registros de apenas um único “herói” nacional em detrimento dos outros dois, o que instiga reflexões acerca da ausência de outras pessoas que lutaram pela independência em espaços públicos ou memoriais.

Retomando o ano de 1970, destaco ainda que estudos sobre memórias gravitavam desde as duas guerras mundiais, o holocausto e outros vários genocídios. Mas houve um desvio significativo por conta do capitalismo, que avançava pelas cadeias televisivas mundiais, como

pontua Huysssem (2020). Os mercadólogos estavam preocupados não com as memórias das vítimas, mas sim com a venda delas, isso trouxe uma situação reversa, em que essas “memórias criadas” forçaram o esquecimento e o esfacelamento delas (Graça, 2021; Souza, 2023). No caso de Angola, a TV utiliza-se disso, quando lhe convém inocentar o partido que está no poder. E se as memórias têm a ver com os partidos na oposição, a TV as usa para a humilhação ou vice-versa. Angola é um dos países que precisava de vários memorialísticos de forma a trabalharem o lado pedagógico de várias histórias dos angolanos, para que elas sirvam de cura no verdadeiro sentido, lembrando que meu foco são as memórias das zungueiras de Lubango, com o propósito único: apresentar outras histórias sem descartarmos as que já existem, mesmo as coloniais.

Paul Thompson (1992), enfatiza que as pessoas conservam algumas lembranças que, quando recuperadas, libertam sentimentos poderosos. Mas, também chama atenção para o fato de que, quando mal usadas, podem provocar ódio. E, ao fazer isso, elas se afundam, desaparecem ou ficam em silêncio, aqui ressalto que a TV angolana é uma das que contribui para esse movimento.

Em conversa com os textos de Löwy (2005), especialmente o intitulado “Aviso de Inocência, uma leitura das Teses sobre o Conceito da História, de França (2020)-Memória como meio de produção de conhecimentos históricos; Paul Thompson (2002) intitulado, “Voz do passado-História Oral, e Paim (2023) intitulado” Fazer-se professor(a) em diálogo com Walter Benjamin” fica claro que a modernidade capitalista provocou a produção exagerada de informação, o empobrecimento das experiências humanas e o apagamento das memórias.

Na mesma linha de ideias, enquanto formos agentes de produção de conhecimento historiográfico, a memória nos proporciona uma brecha para adentrarmos em grandes florestas e localizar o diamante precioso. O aporte metodológico benjaminiano é uma trincheira promissora para outros modos de “produção de conhecimento histórico, dissonante em relação às tendências de pesquisas já cristalizadas—relativas ao campo de memória na relação com a história na contemporaneidade” (França, 2020, p.303).

Benjamin nos instiga a elaborar uma escrita monadológica, distanciando-nos do princípio cartesiano limitado às operações conclusivas. A esse respeito, Paim & França (2023, p. 116) complementam, indicando que:

O método dialético de produção de conhecimentos históricos e educacionais, a rememoração é uma atitude de trazer à tona o outro, o diferente, o miúdo, o insignificante, os trapos, de “acordar os mortos e juntar os fragmentos”.

Benjamin nos convida a assumir a tarefa do sucateiro, recolher os cacos, os restos, os detritos, não deixar perder as pequenas histórias, “apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com o que a história oficial não sabia o que fazer [...] e arrancar do fluxo contínuo da história. Portanto, assume uma dimensão política.

Benjamin [...] nos convida a distanciar-se das memórias nacionalistas, ufanistas, saudosistas, elitistas, que ao celebrar um dado acontecimento buscam apenas privilegiar ou perpetuar memórias, narrativas e histórias vinculadas à lógica dominante.

Retomando o diálogo com Galzerani (2021), compartilho da noção da “memória- meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas”, aliás, depreendo disso duas categorias: memória como meio e memória como palco da produção de saberes históricos. Porém, ressalto que essas dimensões não contribuem para a hierarquização de saberes, mesmo que acreditemos e insinuemos que a memória é um meio, precisamos considerar que ela tem seus espaços de formação.

Nessa mesma linha, destaco ainda que a *memória-meio* permitem ressignificarmos os conceitos de história e de educação, atuando como brechas, alternativas, no interior das “ruas de mão única”, que, muitas vezes, dominam os cenários da cultura escolar contemporânea (Galzerani, 2021, p.78), enquanto a *memória-palco* é lugar, ou seja, vale-se de espaços simbólicos para se exprimir, materializar-se.

Os relatos das zungueiras de Lubango, são compartilhadas neste texto em forma de mônadas, que são pequenos fragmentos (como tijolos que servem de base para a construção de uma casa) de histórias que juntas exibem a capacidade de (re)construir um todo, muito embora esse todo possa ser contado por um fragmento, que corresponde à história individual que se encontra com a coletiva, como explica França (2020, p.309). Assim, cada mônada abre possibilidades para novos significados, processados por intermédio de rememoração.

A rememoração acontece quando estamos diante de uma imagem do passado, assim, levando em conta a realidade vigente, o sujeito constrói um diálogo íntimo (de forma consciente ou inconsciente) entre ele no presente e as imagens do passado, como indica França (2020, p.312), de modo que:

O passado e presente não ficam intactos no processo de rememoração. Ambos se modificam por um novo elo entre os hiatos do tempo (passado e presente), pois rememorar, para Benjamin, não é um exercício de divagação em direção ao passado; ao contrário, é um ato político e de resistência, pois o passado vivido é trazido para questionamentos das relações sociais e visões de mundo no presente, e uma busca para a construção de outros futuros, ou seja, em uma sociedade mais promissora, inclusiva, igualitária e humana. Por isso, na rememoração, amplia-se a possibilidade de vida.

A mônada também permite trazer uma imagem do passado ou uma realidade que já vivenciamos tanto de perto quanto de longe, mesmo que tenhamos sido meramente testemunhas de certos acontecimentos, como explica Santana (2023). Ele assevera que a rememoração não surge de uma forma de saudade e nem mesmo visa ser uma autobiografia, mas é uma necessidade de volta ao passado a partir do presente, para o passado ser salvo e redimido. Um exemplo disso pode ser encontrado nos estudos de Benjamin (1987), ao se dedicar em registrar as memórias de infância, alega que isso não se assemelha a uma autobiografia, mas sim, a rastros de uma trajetória de vida em forma de fragmentos independentes que figuram o todo.

Sob a perspectiva de França (2020), e Paim e Luz (2021), a mônada pode revelar o caráter singular da experiência, sem perder de vista suas articulações com o universo amplo da cultura em que está inserida. Por isso, antes de adentrarmos na leitura das conversas que travei com as zungueiras, trago a seguir as contribuições de Thompsonm (1981), acerca da produção e do registro do conhecimento histórico.

4.2 Zungando a perspectiva thompsoniana na produção de conhecimento histórico

*Quem passa por nós, traz um pouquinho de
conhecimentos para nós e leva um pouquinho de
nós o conhecimento
(Albino Cawosso, 2017)*

Pelo que entendemos da conceptualização de Zunga-rodar, girar, ou deambular, identificado como sinônimo de venda ambulante ou zungar, equivalente a vender pelas ruas, uma atividade exercida por mulheres e homens na cidade do Lubango.

A perspectiva de Edward Palmer Thompson considera que os conhecimentos historiográficos também são gerados fora dos limites acadêmicos, alcançando diversos públicos. Instiga ao historiador que, ao produzir conhecimento histórico deve dialogar com as experiências culturalmente elaboradas, incorporadas às tradições, crenças, valores e outras formas institucionalizadas que podem se constituir (França, 2024). Ou seja, os modos de vida, as lutas cotidianas, os hábitos, os costumes, a religião, a comida, a moradia, as vestimentas, as festas e o folclore (França, 2024), bem como seus modos de resistência diante das imposições ou transformações sociais.

Thompson discorda da ideia de que os valores, como expressões culturais, devam ser impostos pelo Estado, através de seus aparelhos ideológicos. Pelo contrário, “os sujeitos se constituem historicamente em suas experiências vividas, as quais são atravessadas pelos movimentos de tensão/distensão e pelas fronteiras da resistência, conflitos e contradições” França, (2024, p.81). Assim, as pessoas (as zungueiras da cidade do Lubango) resistem às imposições, outras vezes incorporam elementos e recriam como modos de sobrevivência face às circunstâncias da vida e muitas vezes negam as ordens, adequando-as às suas necessidades (Medeiro 2013).

Acolher a metodologia de produção historiográfica defendida por Walter Benjamin e Thompson visa problematizar essas histórias que muitas das vezes são tidas como “não racionais”, um conhecimento desordenado e sem valor fundamental:

O conhecimento não é simplesmente racional e desconectado da vida enquanto tal. Ao contrário da acepção racional instrumental, a produção de conhecimento histórico é um mergulho nas experiências dos sujeitos, situados no tempo e no espaço. É uma produção com os sujeitos em movimento dinâmico, tenso, contraditório e imprevisível. As vozes dos sujeitos são amplificadas e não reduzidas a juízos de valores ou interesses do pesquisador [...] (França, 2024, p.79).

Tendo em vista essa metodologia, no diálogo com as experiências das zungueiras, é crucial considerar que elas são sujeitos de pesquisa e não meros objetos, ou seja, não são relegadas ao status de “coisa”, como se a pesquisa fosse conduzida de maneira exclusivamente quantitativa, utilizando questionários e respostas formuladas, como alerta Vedovato (2021), pelo contrário, busquei estabelecer uma relação dialógica, horizontal e interativa com elas.

Chimamanda Ngozi Adichie (2007, p.12) alerta-nos sobre o fato de que “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar, humanizar a dignidade de um povo e reparar a dignidade humana despedaçada”. Nesse ínterim, a pesquisa ficou entrelaçada com as vivências das zungueiras, motivo pelo qual tivemos o cuidado de lidar de forma sensível com todos os que dela participaram, de modo que não se tornassem objetos de estudo, mas como partícipes efetivamente colaborativos.

Compreendendo Benjamin (1985), indica que a arte de narrar está em vias de extinção, e hoje é difícil encontrar pessoas que façam isso “adequadamente”. Aliás, quando se pede a alguém em um grupo que relate algo, o embaraço é generalizado, pois parece que estamos privados de uma faculdade que nos parecia familiar: contar histórias.

Parece também que, hoje, a prática de aconselhar é vista como algo antiquado, pois a experiência está deixando de ser comunicável. Em consequência, não podemos oferecer

conselhos, nem a nós mesmos, nem aos outros. No entanto, quando se origina de uma experiência recebe o nome de “sabedoria”, porém normalmente ela não encontra um ouvido sensível à escuta e que se disponha a aprender com ela.

A narrativa tem como base fundamental a “tradição oral, sendo o patrimônio da poesia épica e possui uma natureza distinta de outras formas de história” (Benjamin, 1985, p. 201). Para o autor, a experiência é transmitida de pessoa para pessoa, e a fonte à qual todos os narradores recorrem é a tradição oral e Angola é um manancial de experiências, que podem ser trazidas às academias por intermédio da História Oral. Daí que convidamos as zungueiras de Lubango, de formas a partilharem connosco suas experiências.

Cyntia Simioni França, em seu texto intitulado “Narrativa e Mônada Benjaminiana: potencialidades para produção de conhecimentos históricos e educacionais” (2023), destaca a importância atribuída à tradição oral na construção da narrativa. Nesse sentido, Benjamin (1985), considera que o senso prático é uma das características de muitos narradores natos. Ele lembra inclusive, que existem conselheiros natos por conta da experiência do cotidiano.

Outra importância da narrativa é que ela pode não ter um significado em nossa vida quando algum evento não nos afeta. No entanto, quando chegar a nossa vez de “estarmos no palco”, ela rapidamente ganha um significado, pois sempre carrega conselhos, cuja dimensão pode perdurar por muito tempo. Assim surge outra questão: Por que adotar a metodologia de produção historiográfica proposta por Benjamin? É porque a beleza da arte de contar histórias está no desaparecimento de outras e, dentre várias razões, destaco a da modernidade e do capitalismo.

Em “Experiência e Pobreza”, Benjamin (1985), identifica que uma das causas do declínio da arte de narrar tem relação com a modernidade. Foi nesse período, juntamente com a ascensão da burguesia ao poder, que o romance, se firmou como o gênero literário tal como o conhecemos hoje. A partir disso, a narrativa começou a tornar-se arcaica.

Aqui ousou pontuar que quando a história ficou atrelada à escrita afetou negativamente o continente africano. Até hoje, ainda as universidades angolanas perpetuam essa ideia de sempre procurar pela História registrada nos livros e não a do seu povo, me incluo nesse movimento, apesar de reconhecer alguma melhoria.

Outro aspecto que contribuiu para o declínio da arte de narrar é o capitalismo. A consolidação da burguesia da qual a imprensa no alto desse processo acontece é um dos instrumentos que contribuiu para o desaparecimento dessa atividade. Foi nesse período em que

a informação surgiu com todas as explicações, sem deixar brecha para interpretação (Benjamin, 1985).

Mediante o diálogo entre Marli Batista Basseto e Benjamin (1985), a modernidade capitalista marca a vida dos sujeitos pelo relógio, individualista que esfacela as relações sociais e produz a perda das experiências (Basseto, 2022, p. 84).

Apesar de o capitalismo ser uma tendência aniquiladora da narrativa através da informação, ela pode perdurar indefinidamente, preservando sua essência ao longo do tempo. Em contraste, a informação muitas vezes só é valorizada no momento de sua novidade, refletindo a dinâmica capitalista, conforme esclarece França (2023, pp.2014-2015):

É perceptível que Benjamin não trate apenas da esterilidade das narrativas tradicionais, a perda do ouvinte, a falta do respeito aos anciãos, o desaparecimento do ato de fiar e tecer uma história, já que o desenvolvimento do capitalismo e suas diferentes técnicas de produção impedem o retorno dessas formas comunitárias de vida, bem como das experiências comunicáveis nos modelos tradicionais, como na época da Odisseia e/ ou nas sociedades medievais. O que diferencia Benjamin em relação a outros pensadores da época é não se voltar ao passado de forma melancólica, mas enxergar, na modernidade, imagens ambivalentes, pois, ao mesmo tempo, em que concebe a modernidade como “ruína”, também acredita que ela é prenhe de potencialidade e de invenção de outras práticas culturais. Se, de um lado, temos o declínio da experiência e das narrativas tradicionais, do outro, há a possibilidade de encontrar e/ou (re) inventar narrativas diferentes baseadas nas vivências.

Diante disto, procurei desenvolver uma escuta atenta dos relatos das zungueiras de Lubango, procurando responder a questões como: quais experiências cotidianas deveriam ser consideradas na elaboração das políticas públicas de Angola? Quais histórias elas têm para contar? De que forma são excluídas do direito de contá-las? Quem se arrisca a escutá-las? O que elas têm para contar?

4.3 Segunda roda de conversa: *Vakuakunualanuala Okulamdisa Volokolo Kuenda Uloño Wokuviala Omanu*⁴⁰

Ao mergulhar na escuta de vozes “outras”, das zungueiras de Lubango, encontro-me em conflito com algumas orientações metodológicas. Ao ler os estudos de França (2015, 2024), enveredo pela metodologia de produção historiográfica defendida por Walter Benjamin (1985) e Thompson (1981), que visam problematizar histórias consideradas “menores” e que não cabe dentro de uma racionalidade cartesiana para um modo explicativo. A Professora Cyntia defende

⁴⁰ Tradução livre: As zungueiras e as políticas públicas.

que o conhecimento não é simplesmente racional e desconectado da vida, “ao contrário da acepção racional instrumental, a produção de conhecimento histórico é um mergulho nas experiências dos sujeitos, situados no tempo e no espaço”. É uma produção com os sujeitos em movimento dinâmico, tenso, contraditório e imprevisível (França, 2024, p.79).

Entro em contradição com as metodologias tradicionais, ou seja,

É uma ação contra hegemônica, que procura contrariar a lógica de paradigmas da ciência moderna que muitas vezes entende esses sujeitos como simples fontes orais, cujas narrativas são tomadas como apenas objeto de reflexão dentro dos muros acadêmicos, excluindo quase completamente os sujeitos produtores de suas próprias histórias na relação com a comunidade em que vivem. (Jaquete, 2023, p.54).

Ao ouvir as vozes das zungueiras, não consigo me distanciar dos sujeitos da pesquisa (meu papel de pesquisador ficou em segundo plano). Também percebo que não é possível amplificar as vozes delas, pois apenas as deixei falar e registrei no papel, assim elas atravessaram minha vida e meu cotidiano. Seria melhor se alguém fosse pesquisador e eu estivesse na condição de zungueiro. Portanto, foram elas que ampliaram o meu passado que estava em silêncio. Em algum momento dialoguei com as memórias a que relataram na mônada a seguir:

NUNCA NOS DEU APOIO

Nunca nos deu apoio. E nós gostaríamos de ter esse apoio. Há momentos que compramos a caixa de peixe no valor de 20.000 kwanzas, ao vender, só saí de 18 mil kwanzas. Temos a responsabilidade de pagar a propina, fascículos das crianças, porque tenho uma filha que está fazendo a formação de saúde. Algumas vezes, a polícia vem e despeja o peixe e nas corridas, também pode perder o dinheiro. Algumas vezes a menina que está fazendo a 11ª classe, de 17 anos e a que tem 10 anos que está no ICRA, algumas vezes me ajudam. Tem sido um trabalho difícil no meio da polícia e dos fiscais (Ukuandjetu, 2023 de julho em roda de conversa).

FALTAR NA CAULA, FALTA COMIDA PARA AS CRIANÇAS

Até hoje não recebi o apoio das políticas públicas, o governo nunca nos reuniu para tratar disso e não conheço nenhuma lei que defenda as zungueiras. Mas por duas vezes, giraram com o carro a dizer que vamos na reunião na Marivel. Mas de manhã não tenho tempo, porque tenho de ir caular⁴¹ e volta da caula às 10h. Eu nunca tive tempo de participar na reunião, porque se você faltar na caula, também vai faltar a comida para as crianças (Jamba, 2023 de julho em roda de conversa).

SÓ RESPEITAM O TRABALHO DELES

O governo não nos apoiou nas nossas atividades. O governo só respeita o trabalho dele e não respeita o nosso. Se o governo não nos respeita, ou não respeita o nosso negócio, nós não podemos deixar de vender, porque no final do dia, somos nós que daremos de comer aos nossos filhos. Eles esperam no fim do mês e nós dependemos da nossa luta (Nguendalelie, 2023 de julho em roda de conversa).

QUANDO AS CORRIDAS COMEÇARAM

O governo nunca nos reuniu. Talvez as outras. Mas ultimamente houve uma reunião em que não fomos. Desde há muito tempo não era assim. Há muito tempo as pessoas vendiam até às 10h00 e às 11h00 já iam para suas casas. Essas pessoas vendem na cidade só que até as 10h00 voltavam para suas casas já terminaram com negócios e a cidade ficava sem os vendedores. Essa situação da cidade estar cheia, só começou a acontecer há três a quatro anos. Também essa questão de correr as zungueiras, começou também agora no passado não era assim. Isso começou com aquele fiscal que andava de moto e hoje a cidade está muito cheia (Cassinda, 2023 de julho em roda de conversa).

SE NÃO ABRIR A MÃO, LEVAM O TEU NEGÓCIO.

Nessas corridas, muitas vezes os negócios se perdem e desaparecem mesmo. Às vezes, se você encontrar um bom fiscal ou um bom polícia, vai ter sorte! Você

⁴¹ Usado quando alguém faz compras em um armazém, supermercado ou outro lugar, para posteriormente revender os produtos e lucrar com o negócio.

já sabe, ao querer salvar o negócio terás que dar qualquer coisa! Se você abrir a tua mão, vão te dar o teu negócio e se não abrir levam o teu negócio. Até hoje, a zungueira nunca se beneficiou das políticas públicas do Estado, nunca tivemos um apoio do governo (Cassinda, 2023 de julho em roda de conversa).

OBRA UM DINHEIRINHO

Nós que vendemos latarias, a polícia gosta mais de quem vende bom negócio, quando ele te agarra com aquela bacia e você vai para salvar, te cobram um dinheiro, que você no teu bolso não tem. Quando você tiver que pagar para salvar o negócio, você paga e vai ver na bacia, está faltando. O negócio não fica certo. E você fica sem saber se são os comunitários ou se são mesmo os policiais que tiram, ou se são aquelas pessoas que controlam. Nessa luta, algumas vezes os maridos nos ajudam sobretudo para quem tem o marido empregado, apoiam. Como os nossos maridos são negociantes, o que conseguir, nos ajudam também. Se não, o emprego para os homens não aparece (Candimba, 2023 de julho em roda de conversa).

AMANHÃ TERMINO DE PAGAR

Eu sou uma mulher e mãe de 5 filhos. Assim eu e o meu esposo somos 7. Estás a ver, né? A outra está a reclamar, 3 peixes 1000 kz, eu não vou comprar porque não tenho dinheiro suficiente. Pedi desconto! Mas porque não aceitou, preferi dever. Amanhã vou terminar, irei vender e vou pagar (Candimba, 2023 de julho em roda de conversa).

COMPRAMOS FICHAS E DEPOIS NOS RETÉM

Eu peço ao senhor governador para falar com os fiscais para reduzir as corridas atrás da gente porque nós compramos fichas e depois nos retém. Esse negócio, às vezes é de 5.000 e vão te pedir a mais 5.000 de multa e algumas vezes, não tem como salvar o negócio e fica mesmo lá e a pessoa fica sem princípio. É essa coisa que o governo deveria nos ajudar. Aqui tem muitos bandidos, em vez de reter os bandidos, pegam mais a nós que estamos a vender,

porque o trabalho dos fiscais é também de reter aqueles moços que roubam aqui (Lundjindi, 2023 de julho em roda de conversa).

O CUIDADO COM O BEBÊ NA HORA DE FUGIR

A minha forma de lidar com a polícia ou os fiscais é fugir. Nesse fugir, é preciso ter atenção com o bebê. Até hoje, ainda nunca me tiraram o meu negócio, mas conheci outras pessoas que perderam o negócio, e até hoje nunca lhes foi restituído e perderam mesmo (Mbenbua, 2023 de julho em roda de conversa).

GRITAR

O meu marido há 3 anos que não dá alguma coisa para mim assim como para os filhos. No passado, ele só dava quando lhe gritar. Fora disso, não faz nada. É gritar, porque há alguns homens quando falas, com eles, ficam cínicos. Então é mesmo gritar (Ina kuenda Íssia, 2023 de julho em roda de conversa).

UKULU WOFEKA – (LEVARAM O MEU NEGÓCIO)

O meu negócio é só vender milho. Assim que elas dividiram pra mim, compro o carvão, apanho carro e vou na cidade onde vou vender esse milho assado no carvão. Um dia, os fiscais levaram o meu negócio. Quando fui pra lá, me disseram que não encontraste o teu negócio, porque foi enviado às pessoas da terceira idade. Mas se você encontrasse o teu negócio voltaria com o mesmo para a tua casa. Disseram para que esperássemos o carro da patrulha e quando o carro da patrulha chegou, o motorista informou que quando passamos no teu local, não encontramos a avó e só estava as crianças, daí que levamos o negócio. Mas, se estivesse lá, não devíamos carregar o negócio. Um dia passaram mais uma vez no lugar onde eu estava, eu fui dormir e pegaram no fogareiro e no saco preto onde eu colocava o dinheiro. Eu acordei e fiquei no meio da estrada e lhes expliquei que vocês não têm pena de mim? Um dos sacos que estão a levar, tem o dinheiro e permitam que eu retire o dinheiro e levem o milho. O motorista desceu e disse: entreguem o negócio dela e fica um recado: aqui é mesmo teu lugar de vender. Também aproveitei para lhes informar que, algumas vezes, fico aqui com os netos porque as tardes eu apanho febras e os netos me ajudam a vender. E prometeram nunca

mais levarem o meu negócio. Quando eles me encontram passam. Mas quando não me encontram, dão corrida nas (Avó, 2023 de julho em roda de conversa).

Após uma escuta atenta e sensível, surge a questão: o que aprendi com as mônadas reveladas nessa roda de conversa? Convido os leitores e as leitoras, a acompanharem esse aprendizado nas páginas a seguir sem perder de vista a metodologia adotada para tal, que nos remete a uma produção de conhecimentos históricos a contrapelo.

4.4 Por uma história a contrapelo: *Olonjongole, Ovoyaki Kuenda Etiulo Lieci Catiana Kuayumue*⁴²

Coincidentemente escrevi este tópico em março, conhecido como o mês das mulheres, o que me levou a refletir sobre o dia 8, dia da mulher, que faz relação direta com a 3ª roda de conversa que inclui a palavra “reivindicações”.

Essa data, conhecida como Dia Internacional da Mulher, originou-se de um evento histórico ocorrido em 1917, na Rússia, conhecido como “Pão e Paz”. Foi nesse local que mulheres se reuniram para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida, além de lutar contra a fome e os impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), formando um movimento que destacou a importância delas na sociedade e marcou o início da luta pelos seus direitos.

Antes disso, outras manifestações também ecoaram nesse sentido, com destaque ao ano 1908, em que houve uma greve das mulheres que trabalhavam na fábrica de confecção de camisas *Triangle Shirtwaist Company*, localizada na altura em Nova York. Apesar do mundo (1996, Apud González, 2010) discordar dos acontecimentos associados ao no ano referido, me atenho ao evento da greve em si, motivado pela carga horária excessiva de trabalho das operárias, que costuravam cerca de 14 horas diárias e recebiam salários muito baixos. Além de reivindicarem melhores condições de trabalho e redução da carga horária, elas buscavam aumento de salários, já que, naquela época, os homens recebiam muito mais do que as mulheres.

Em 1910, na Dinamarca, ocorreu a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em que Clara Zetkin, do Partido Comunista Alemão, propôs a criação de um dia dedicado às mulheres. No dia 25 de março de 1911, um incêndio na fábrica *Triangle Shirtwaist*

⁴² 3ª roda de conversa: os desejos, as lutas e as reivindicações

Company resultou na morte de 146 mulheres, a maioria imigrantes judias e algumas com apenas 14 anos. González (2010), aponta que esse trágico incidente levou à reformulação das leis de segurança contra incêndios e à revisão das leis trabalhistas, conquistando importantes avanços. Assim, o 8 de março tornou-se um símbolo da luta das mulheres por seus direitos e sua celebração oficial remonta ao século XX, quando protestos em todo o mundo passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e igualdade de direitos.

No entanto, por tudo o que já registrei nesta pesquisa e pelo que tenho acompanhado das rodas de conversa, as zungueiras não têm possibilidade de se manifestarem diante de um patrão, pois são patroas de suas próprias atividades. Mesmo assim, elas se manifestam de diversas formas, com exceção das de Luanda, que muitas vezes já saem às ruas reivindicando. É o que nos mostram as mônadas da 3ª roda de conversa.

SÓ MATAMOS O NOSSO DINHEIRO

Seria bom se o governo construísse mais um mercado, próximo da cidade porque o mercado do Mutundo fica à esquerda. Por exemplo, a pessoa só tem 1000 kwanzas. Como fazer? O táxi está 200 kwanzas, ida e volta é 400 kwanzas e prefere não ir mais ao mercado. Também nós poderíamos ir ao Mutundo. Mas lá não tem lugar para nós. Também fomos à praça nova e lá só matamos o nosso pequeno dinheiro, porque não tem rendimento. Tem pouca clientela. Gostaria que o governo nos desse um lugar bom para vender e pagar as propinas dos nossos filhos. Ainda que o governo promova o concurso, ainda que fosse para a faxina, nós não vamos conseguir, porque o governo gosta de escolher entre eles e quando você se espanta, as vagas já estão preenchidas. Reclamamos do governo, promover concursos de limpeza nos hospitais, escolas nas administrações. Como eu já não estudei, só quero que os meus filhos possam estudar, para que amanhã possam me dar de comer. E a polícia deve deixar de comer o negócio das senhoras (Ukuandjetu, 2023 de julho em roda de conversa).

PROVÉRBIO GANGUELA

É preciso ir cedo ao trabalho. Trabalhar sem preguiça, porque a preguiça é o inimigo do sucesso. Se o governo não pensa nada para nós, então nós próprias

precisamos pensar no que é possível fazer (Kuandjetu, 2023 de julho em roda de conversa).

EMPREGO PARA AS ZUNGUEIRAS

Só iria lhe pedir trabalho para as zungueiras, porque se nos darem emprego, também vamos parar de vender na cidade. O governo tem que fazer isso, para que nas cidades não se possa ver população a vender, tem que nos dar emprego. E se nos dar emprego, na cidade não vai estar nenhuma pessoa a zungar. Até eu agradeço muito! Ainda que nós meninas não nos dêem emprego, mas, pelo menos, os rapazes. Fazem mesmo que, o marido está a zungar ali, a mulher está a zungar aqui, não temo como. Mas Deus vai nos ajudar (Candimba, 2023 de julho em roda de conversa).

DA MANEIRA COMO ESTOU COMO VOU DAR 5 MIL KWANZAS

A polícia já te tirou o meu negócio por duas vezes. Fui buscar, o negócio como você está a ver, chego lá, vão me falar que dá 5 mil kwanzas. De que maneira vou dar 5 mil kwanzas? É melhor ficar tudo lá. Eu assim, na minha vez, não falo. Se eu vender lá, 2 mil Kwanzas vou ir caular de novo (Jamba, 2023 de julho em roda de conversa).

SE NÃO ME DER AJUDA CONTÍNUO NA RUA A ZUNGAR

Se o governo olhasse nesse caso, pra mim, se nos desse barracas, estava bom. Mas é um pouquinho complicado, porque eu no momento não tenho dinheiro de 10 mil kwanzas que possa encher a barraca. Se o Governo viesse aqui, vou pedir pelo menos me dar apoio. Primeiro o dinheiro e depois uma banca. Eu já não preciso muita coisa. Pode ser 50 mil kwanzas não faz mal e uma barraca para vender. Se não me der nada com o negocinho pequeno, sempre vou continuar aqui na rua a girar. Pode me dar uma bancada, não tenho coisa para estendê-la (Jamba, julho, 2023 em roda de conversa).

É ONDE ESTAMOS A CUIDAR DOS NOSSOS FILHOS

Não são todos que respeitam nosso negócio. Mas tem pessoas educadas e o respeito é diferente. Mas alguns, falam que sai daqui, tipo estamos a levar o

lixo. Mas aqui mesmo é onde estamos a cuidar dos nossos filhos. Tenho 4 que andam na escola. E está a vir o tempo de pagar as propinas. Aquilo que você ganhou 200, guarda 100 (Jamba, 2023 de julho em roda de conversa).

NÃO ZUNGAR NA CIDADE VAI SER DIFÍCIL

A primeira coisa é nos apoiar com o dinheiro e depois com as bancadas. Se não nos dar apoio, continuaremos nas ruas e não iremos nas bancadas. Também não ficaremos em casa porque temos filhos. Falar mesmo que não zungam mais na cidade, vai ser mesmo difícil. Eu trabalho com 3 mil. E com 3 mil kwanzas, vou caular o que no Mutundo para meter na barraca bem grande? Se eu falar que não vou mais à cidade, se calhar o tal marido é biscateiro, às vezes, não vai conseguir e eu também não vou conseguir. Se eu ficar em casa, vou fazer como? (Jamba, 2023 de julho em roda de conversa).

ANGOLA NÃO É O LUGAR PARA OS QUE RECLAMA

É muito difícil. Talvez vamos só ir ao mato e cultivar. Está muito difícil trabalhar na zunga. E não posso falar mais muita coisa. Angola não é o lugar para os que reclamam, porque se fosse assim, deveriam já ouvir as nossas reclamações (Nguendalelie, 2023 de julho em roda de conversa).

OS FISCAIS NOS BATEM

O que eu não gosto da vida de zungar são as corridas. Os fiscais nos, corridas e nos batem. E também tem Zungueiras que batem nos fiscais. Aquilo é sofrimento; é muita coisa. Você é uma mamãe que está com o bebê nas costas ou no colo, lhe dão corrida, o negócio cai no chão, o fiscal vai tentar bater na mãe. Também com aquela ira, a zungueira se pega com o fiscal e surra (Lundjindi, 2023 de julho em roda de conversa).

APOIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ainda nem sei! Não posso falar se temos ou não apoios, se calhar algumas têm recebido e eu não sei. Eu nunca tive apoio (Lundjindi, 2023 de julho em roda de conversa).

NÃO COMER OS NEGÓCIOS RETIDOS

Eu gostaria que os fiscais deixem de ir atrás das zungueiras, ter mais amor ao próximo. Devem reduzir só nestas coisas! Não sei mais como falar! Devem deixar de reter os negócios, não comer e devolver para as donas. Eles comem os negócios das senhoras. Quando retém um negócio, se for o peixe se repartem (Lundjindi, 2023 de julho).

UMBUNDU

Só temos mesmo que aguentar com os desafios da vida. Nenhuma mulher deve desistir do que quer fazer (Lundjindi, julho, 2023 em roda de conversa).

AO GOVERNO NÃO PEÇO NADA

Ao governo não peço nada! Para mim, o importante é procurar os meus caminhos para vender. Só deixo um conselho para as minhas colegas zungueiras para terem um cuidado com os fiscais (Mbenbua, 2023 de julho em roda de conversa).

NA ADMINISTRAÇÃO DO NAMBAMBI VINHA DE LÁ, UM CASAL

Queria pedir ao governo: uma vez a administração do Nambambi, saía acho um casal, isto é, um homem e uma mulher. Eles vendiam as fichas e nós compramos as fichas a 1200, afinal as fichas eram falsas e comeram o nosso dinheiro. E nós pensávamos que com essas fichas, nós iríamos vender normalmente porque nós pagaríamos. Afinal de contas, não. Nós estaríamos a girar com aquelas fichas e, ao mesmo tempo, nos agarravam. O que queríamos, é o governo, conversar com os fiscais, pelo menos, já que o pátio não é nosso, deveriam nos dar as fichas, para que toda pessoa que gira pela lua, meteria o seu passe, o que significa que paga a taxa. Queremos receber os passes, e pagamos mensalmente, sobretudo nós que já temos bilhetes (Cassinda, 2023 de julho em roda de conversa).

O MUTUNDO DEVIA IR NO KM 16

Mas, se disserem que vão ao Mutundo, nós não iremos, porque já fizeram mal. O Mutundo não deveria sair do Chioco para o Mutundo! No Mutundo só iria o mercado informal de João de Almeida! E o Mutundo, devia ser construído noutra lugar como, por exemplo, na Zona 16. Se fosse no 16 e o mundo não teria o engarrafamento que tem hoje e não estaria muito cheio (Cassinda, 2023 de julho em roda de conversa).

ELAS SÓ ESTÃO LÁ À ESPERA DAS ZAGUEIRAS

Mesmo as pessoas que vendem no Mutundo, sem as zungueiras não vendem. Não vão ter clientes, porque somos nós que vamos comprar o negócio dessas pessoas ou nós vamos buscar o negócio, depois de vender levamos de volta o dinheiro nas donas. Elas só estão lá à espera das zagueiras. É desse dinheiro que essas pessoas que têm barracas no mundo, vão pagar aos fiscais e desse dinheiro que vão tirar o táxi e nós já não conseguimos. Nós somos simplesmente clientes delas (Cassinda, 2023 de julho em roda de conversa).

COM A FARDA E SEM A FARDA

Pediria ao governo, para que as coisas baixassem de preços. Porque nós caulamos muito caro e ao revender, os clientes reclamam que o preço é alto. Também o governo deve nos dar emprego. Algumas pessoas não respeitam o nosso trabalho e a polícia é pior. Quando metem a farda correm atrás da gente e quando tiram a farda, vêm comprar nossos produtos (Sunsu, julho, 2023 de julho em roda de conversa).

ZUNGAR CANSA

Gostaria de pedir ao governo, para me dar uma bancada fixa, para não estar mais a correr. Gostaria que os fiscais deixassem de dar corridas nas Zungueiras, porque não tem como. É ali onde sai a comida das crianças e não, elas vão às hospedarias. No Mutundo não há espaço para todas as zungueiras. Mas quero um espaço para vender. Zungar cansa (Ina kuenda Issia, 2023 de julho em roda de conversa).

ENCORAJAMENTOS

Nós somos mulheres de muita paciência. Temos que ter paciência para conseguirmos o que queremos (Ina kuenda Issia, 2023 de julho em roda de conversa

O GOVERNO CONHECE A NOSSA REALIDADE?

O governo nunca nos deu um apoio. Só sabemos que um dia, passaram aqui e fizeram um registro. O governo conhece a realidade do país. Nesta situação nós não temos aonde ir reclamar e quando reclamar vão dizer assim: a fulana falou, falou e falou. Então esperar é melhor! Nós precisamos simplesmente de um apoio para comer. Ouvimos que o bairro já tem. Talvez vai faltar só a nossa parte de tratarmos os documentos e pedir que coloquem também a luz em nossa casa. Água não temos, mas confiamos nas nossas próprias cacimbas, a única coisa que nós queríamos é apoio de comida, isso nos preocupa. (Ukulu wofeka, 2023 de julho em roda de conversa).

PEDIMOS OS MEDICAMENTOS NOS POSTOS DE SAÚDE

Outra coisa que nós queremos pedir, são os medicamentos no hospital. Por exemplo: eu nesse momento estou doente, algumas vezes ficamos por muito tempo aqui doentes e não vamos ao hospital, porque estão a pedir o dinheiro para análises e nós não temos esse dinheiro e ficamos por muito tempo em casa doente. Te passam a receita e ao passar a receita, você chega em casa, encosta na parede, porque não temos alguma coisa. No passado nós íamos aos hospitais, sempre regressamos em casa com um medicamento. Eu atualmente vou no hospital fazer a consulta para quê se só dão papéis? Você vai lá nos hospitais te dão um monte de papéis de receitas. Como mais fazer? Não temos força, estamos olhando no governo para fazer alguma coisa pra nós. Se no governo ser no hospital do governo tem medicamento, vamos mais aonde? Muitas pessoas morrem, se calhar a doença não era de morrer; mas por conta disso a pessoa morre. Mesmo assim, como você mesmo me encontrou hoje, muita das vezes nas ruas onde passo, alguém te chama avó: "Vaz aonde? Vou no posto. Assim te acompanham até no posto e agradeço por conta disso (Avo, 2023 de julho em roda de conversa).

No diálogo com as mônadas das zungueiras, consigo flagrar o descaso do governo para com as zungueiras, que denunciam a corrupção, a responsabilidade que pesa sobre elas, e as dificuldades que enfrentam no dia a dia, como na mônada:

AS DIFICULDADES DIÁRIAS

[...] seria bom se o governo construísse mais um mercado, próximo da cidade porque o mercado do Mutundo fica à esquerda; O governo tem nos dar emprego e na cidade não estará nenhuma pessoa a zungar. Quando vou à polícia buscar o meu negócio, me pedem 5 mil kwanzas; como vou ao Mutundo se o meu negócio é pequeno? Nem todos respeitam o nosso trabalho; se ficarmos sem vender, como vamos dar de comer aos nossos filhos? É aqui mesmo, onde estamos cuidando dos nossos filhos; Angola não é o lugar de reclamações; os fiscais nos, corridas e nos batem; eu gostaria que os fiscais deixem de ir atrás das zungueiras, ter mais amor ao próximo; ao governo não peço nada! Para mim, o importante é procurar os meus caminhos para vender; peço ao governo, para as coisas baixarem de preços; algumas pessoas não respeitam o nosso trabalho e a polícia é pior. Nós não temos aonde ir reclamar e quando reclamar.
(Cassinda, julho, 2023 em roda de conversa).

Diante disso paira outra questão: Será que a realidade flagrada nas mônadas não está relacionada a problemas sociais com a corrupção? Aqui relembro o fato de que, de 2002 a 2010, Angola ficou desmoralizada por conta da divulgação de seguintes alarmantes. O primeiro que cito é *A regra dos sócios 20% ou 30% ou cabritismo*. Para Silveira (2018), os membros do executivo, central ou local, gestores de empresas públicas condicionam realizar grandes investimentos à sua participação nas empresas interessadas, ou ainda à prestação de serviços por suas próprias empresas nas áreas em que trabalham. Assim o “cabritismo” é uma expressão que provém de um adágio criado por um dos dirigentes do país, segundo o qual “o cabrito come ali onde está amarrado”. Com esse adágio, os agentes públicos, enquanto exercer as suas funções, deveriam gerir a coisa pública de modo a tirar o melhor proveito individual/privado possível para a sua sobrevivência, vivência e enriquecimento, ainda que ilicitamente (Silveira, 2018). Esse comportamento nocivo, é visível nas denúncias das zungueiras.

O segundo que destaco são os *Sinais exteriores de riqueza imediata*. Agentes Públicos tão logo assumem responsabilidade de gestão na Administração Pública, no Executivo

central ou local, logo depois ou num curto espaço de tempo, começam a exhibir carros de luxo e outros bens de elevado valor financeiro, adquirem imóveis (casas) em Angola e no exterior e tornam-se sócios de empresas no país e no estrangeiro. Realizam viagens de lazer no exterior em 1ª classe, hospedam-se em hotéis de luxo, fazem consultas de saúde no exterior em clínicas privadas caras. E começam a ostentar despesas pessoais obviamente incompatíveis com o seu rendimento (Silveira, 2018). Ficamos surpresos, quando publicaram os salários do presidente da República dos seus auxiliares, que não passa de 8 mil reais. Mas, a vida que eles levam, deixam algumas pulgas na ponta da orelha.

O terceiro é o *repetido discurso da falta de verbas para serviços básicos como forma de justificar a não concretização de projetos sociais*. Em cada ano civil, a Assembleia Nacional de Angola aprova o Orçamento Geral do Estado. Normalmente, nesse orçamento são aprovadas verbas para cobrir as despesas de serviços básicos tais como a água potável, saneamento e tratamento do lixo, esgoto sanitário, transporte público, drenagem das águas pluviais, energia, estradas (Silveira, 2018). Até hoje, o Município onde moro tem menos de 200 casas construídas pelo Estado. Parece que só tem cerca de 25 ou 40 casas construídas. Já Lubango não tem muitos problemas com lixo, mas há outros como o transporte público, conforme apontam as zungueiras. Os existentes, não são suficientes e as pessoas são levadas em condições questionáveis. A cidade também enfrenta problemas de abastecimento de água, como já pontuei anteriormente.

Em quarto lugar cito a Realização de concursos públicos simulados para contratação pública em favor de parentes ou de empresas nas quais têm interesse. Não comentarei muito sobre o ponto, porque está ligado ao primeiro (o cabritismo). E cada um procurou ter vários cabritismos e deu no que deu. Talvez ambos não seriam tão problemáticos se o tráfico de influência e a contratação simplificada ou favores dos parentes resolvessem os entraves sociais.

Em quinto resalto a *Gestão do erário entre família, compadres e amigos do Partido*. Os gestores públicos tendem a escolher filhos, familiares, amigos do partido para assumir cargos na política. Em 2014 ou 2015, houve um concurso na área da Educação. E todos que foram admitidos, sabem em quais condições foram admitidos.

Conforme observei no relato das zungueiras, algumas declarações perpassaram a minha vida e perdi um pouco a direção de um pesquisador e me coloquei na condição meramente de ouvinte. Como na mônada a seguir:

O governo gosta de escolher entre eles

Gostaria que o governo nos desse um lugar bom para vender e pagar as propinas dos nossos filhos. Ainda que o governo promova o concurso, ainda que fosse para a faxina, nós não vamos conseguir, porque o governo gosta de escolher entre eles e quando você se espanta, as vagas já estão preenchidas. Reclamamos do governo, promover concursos de limpeza nos hospitais, escolas nas administrações. Como eu já não estudei, só quero que os meus filhos possam estudar, para que amanhã possam me dar de comer. E a polícia deve deixar de comer o negócio das senhoras (Ukuandjetu2023 de julho em roda de conversa).

O sexto dado que destaco é *O cumprimento de ordens superiores*. Muitos gestores públicos, para entrar num esquema de corrupção, tráfico de influência, peculato e enriquecimento ilícito, alegam que cumprem as ordens superiores. A expressão “ordens superiores” ou “do chefe” existe no léxico angolano como uma forma de justificar a ação ilícita, mas ninguém assume tais ordens e seus mandantes nunca são identificados. Apenas cumprem fielmente a ordem, ainda que para prejudicar o Estado e violar as regras da boa gestão ou governança (Silveira, 2018). Angola passou em uma fase, que só poderia enfrentar o poder superior quem tivesse culhões. Antes de eu viajar ao Brasil, ainda ouvi algumas pessoas a utilizarem “ordens superiores”. Quem leu o meu memorial, deu por conta que, quando enviei a carta ao tal superior, não havia nenhuma ordem superior. Apesar de ter havido uma melhoria significativa, alguns ainda persistem em manter essas práticas, e, assim, Angola vive até hoje as consequências. O que uma mulher zungueira faz diante das ordens superiores? Quantas pessoas prejudicaram as outras, usando as ordens superiores?

Por fim, o sétimo e último que apresento é a gasosa. Essa é uma prática que implica uma significativa gratificação (dinheiro, bens, qualquer vantagem patrimonial ou benefício de outra natureza), para que regras estabelecidas sejam quebradas em benefício do corruptor. No caso angolano, o agente ativo da corrupção não é, necessariamente, o cidadão que deseja ver seu assunto resolvido mais rapidamente. O corruptor ativo é o funcionário público que exige uma gratificação pelo serviço que é obrigado, por lei, a prestar ao cidadão (Silveira, 2018).

Esses males todos, e outros não mencionados aqui, postergaram a vida dos angolanos e inibiu por muito tempo que as zungueiras fizessem denúncias ou mesmo registrassem suas histórias.

4.5. O que aprendi com as mônadas

A fase da qualificação, no Mestrado, é um momento importante, pois, o texto deixa de ser um projeto de pesquisa e passa para a dissertação, como pontua Barro (2012). Em função das recomendações da banca de exame de qualificação nessa etapa, preferi trazer para esse momento todo o diálogo que estabeleci com as mônadas, sobretudo na segunda roda de conversa.

No diálogo com as mônadas, vários aprendizados foram absorvidos, pois cada uma me fez rememorar pensamentos e cenários relacionados ao meu passado e à minha realidade hoje, constituindo, assim, a explosão de uma granada, cujos estilhaços se espalham em diversas direções.

Cada palavra dita pelas zungueiras foi, e ainda é, motivo de reflexão. Como uma delas diz: *“Ouvi duas vezes o governo a chamar as zungueiras para uma reunião na Marrivel⁴³. Eu nunca tive tempo de participar na reunião, porque se você faltar na caula, também vai faltar a comida para as crianças”* (Jamba, 2023). Essa fala engatilha-me a refletir sobre a relação que estabeleço com a minha entidade empregadora e a responsabilidade que tenho de não faltar. No trecho, percebo que embora o governo as tenha convocado para uma reunião na Marivel, a necessidade de sustentar família as fez hesitar em comparecer. Assim pergunto: Como uma zungueira não vai a uma reunião convocada pelo governo, optando por zungar para garantir o sustento de seus filhos?

Após uma profunda reflexão, percebi que os representantes do governo que participam desses encontros são remunerados (estão trabalhando) e a zungueira tem medo de perder seu sustento ao comparecer à reunião, pois, deixa de vender na rua para fazer isso. E não é apenas ela que sofre com essa decisão; todos os trabalhadores conhecem a possibilidade de ter seus salários descontados por faltarem ao trabalho por conta de uma reunião. Essa perspectiva da mulher-mãe zungueira nos leva a refletir sobre quantos funcionários públicos podem ter deixado de buscar uma formação acadêmica devido ao temor de perderem seus salários. Quantas pessoas que não temem perder o emprego? Vejo que não é somente a zungueira que teme perder os seus meios de subsistência, nós também tememos.

⁴³ Supermercado que fica em frente a uma marginal.

Essa realidade evidencia a prevalência da lógica capitalista, pois trabalhar, nesse sistema, significa garantir o recebimento do salário, enquanto faltar ao trabalho implica não receber remuneração. Mas para a zungueira faltar é o mesmo que perder seu sustento diário, cuja garantia depende somente dela.

Outro aspecto que as zungueiras destacam é a falta de conhecimento das leis. Nesse caso, percebo que o problema não está na legislação em si, mas no não cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo próprio governo. Quando decidi investigar esse tema, meu objetivo era apresentar propostas para mitigar os desafios enfrentados pelas zungueiras. No entanto, ao analisar o PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional) 2018-2022, ficou claro que o problema não é a falta de políticas públicas, mas a sua efetiva aplicação. Muitas vezes o governo falha em não traduzir a teoria em prática. Falar sem colocar em prática é atrair a sociedade num campo ilusório. Se não for deselegante por minha parte, afirmaria ser tolice ou usar mal a boca. Essa metáfora pode ser uma espada de dois gumes que pode cortar a mim (se o que está escrito escrever for simplesmente uma falácia) e pode cortar o governo se o que ele fala é simplesmente falar e ponto. Claro, não somos ignorantes às dificuldades que o governo passa, porém, vamos trabalhar a favor do povo, ou deixamos de ser.

Como professor, passei oito anos atuando como coordenador de disciplina sem receber remuneração. Conheci muitos diretores de escolas que também não foram pagos pelo serviço prestado. Se meu problema pessoal como educador não foi resolvido, mesmo tendo nomeações, percebo que criar uma legislação apenas para punir as zungueiras seria uma solução ilusória. Como se diz no ditado popular, é “tentar tapar o sol com a peneira”. Não estou sugerindo que o país deva ficar sem leis, mas que elas sejam cumpridas no sentido de resolver os problemas do povo, especialmente das zungueiras.

No relato de Nguendalelie, flagro o desrespeito que elas sofrem a resistência e a luta. De fato, nossas instituições são especialistas em maus tratos (ou foram), e, provavelmente, estou incluso nesse processo (não sei como os meus alunos me encaram, se sou bom servidor público ou se sou mais um com comportamentos deselegantes). Também já afirmei que Angola foi um país regido por uma pergunta: “Você sabe quem sou eu?”. Isso me fez recordar o cenário que ocorreu na Copa Africana de Futebol, realizada em fevereiro de 2024, quando o PCA da Unitel ligou para um dos jogadores, e este perguntou: “Quem te deu meu número?”. Ele não sabia (preservo aqui o anonimato) que o autor da ligação era o responsável pela rede telefônica em Angola, que controla os números telefônicos de todos nós aliados à operadora. O jogador foi criticado por supostamente faltar com respeito ao PCA. Fiquei decepcionado com aqueles que

o criticaram, pois herdamos esse comportamento de nossos políticos. Não quero aqui defender um mau comportamento e incentivar que os jovens o sigam. Mas fico preocupado quando cobram aquilo que não nos deram e nem nos ensinaram.

Por isso quando uma zungueira invoca a questão do respeito por parte do governo, considero isso uma questão fundamental. É uma advertência que vem de uma trabalhadora sobre a qual servidores públicos ou utentes faltam com respeito. Não sei se há em Angola alguém que vai contrariar essa ideia, que não resulta de um simples relato ou ouvir dizer, mas sim de experiências que vivi a vida inteira. Os governantes não respeitam o povo e usam seus poderes absolutos que lhes são legitimados pela suposta “Democracia” para abusar reprimir o seu povo, o mesmo que nos processos eleitorais é carinhosamente tratada de “patrão” para garantir mais um voto para no futuro próximo continuar por mais 5 anos do seu mandato. Em meio às dificuldades, Nguendalilie (2023), deixa uma mensagem de coragem: *"Nós não podemos deixar de vender, pois, no final do dia, somos nós que daremos de comer aos nossos filhos"*. Eles esperam no fim do mês, e nós dependemos da nossa luta".

O governo tenciona retirar as zungueiras de Lubango, por intermédio da Administração Municipal, pois, existem mercados paralelos, onde elas deveriam estar, mas nem todas conseguem, sobretudo aquelas que têm negócios em pequena escala. Além da distância, é importante destacar que esses mercados não são suficientes para abrigar todas as vendedoras. Quem visita o Mutundo consegue notar que as barracas construídas pelo Estado estão sendo “engolidas” e o mercado se expandiu em diversas direções, sem as condições higiênicas adequadas. Se o governo pensou em construir os mercados, por que eles são insuficientes? Onde está o problema? Na estatística? Alguém poderia indicar um mercado paralelo que esteja organizado? Visitei os principais de Luanda e são um verdadeiro desastre, sobretudo na questão da higiene urbana. Também não é minha intenção que as zungueiras permaneçam nas artérias, mas desejo vê-las com uma melhor condição de trabalho e de vida.

Diante disso tudo, as zungueiras reivindicam para si o direito à morar em Lubango de forma digna, por meio do seu protagonismo na produção do espaço social com a zunga. Na relação governo e zungueiras, elas criam um espaço social de interação entre as estratégias e táticas, conforme pontua Costa (2020), sem nunca ter ido, para isso, à escola.

Na mônada de Cassinda, segunda roda de conversa, somos transportados a um cenário temporal, em que os entraves entre a polícia/fiscais e as zungueiras são o ponto central. Tudo parece depender do homem: ele pode tanto salvar quanto promover a barbárie. Quando Benjamin (Apud, Löwy, 2005) compreende que cada geração carrega consigo uma parcela do

poder messiânico e deve esforçar-se para exercê-lo, também percebemos haver sempre homens agindo como malfeitores ou promotores de barbáries.

Flagrei nas mônadas das zungueiras o que Monteiro (2018), afirmava sobre a mudança de cenário quando a vida se tornou difícil. A par dessa situação, o número de zungueiras em Lubango, conforme indiquei ao longo da pesquisa, aumentou com a destruição do Mercado Informal de João de Almeida. Mas, para quem o conheceu, seria preferível termos as zungueiras nas artérias da cidade em vez do mercado paralelo. Era uma autêntica confusão, até mesmo hoje, pois esse tipo de comércio não deixou de ser confuso, evidenciando as deficiências das políticas públicas que afetam até mesmo os mercados construídos pelo próprio Estado.

Nos fragmentos de Candimba, Lundjindji e Mbenbua, percebo as denúncias da corrupção. Flagro imagens que lampejam como:

A polícia gosta mais de quem vende bom negócio”; para salvar, te cobram um dinheiro, que você no teu bolso não tem; esse negócio, às vezes é de 5.000 e vão te pedir a mais 5.000 de multa e algumas vezes, não tem como salvar o negócio e fica mesmo lá e a pessoa fica sem princípio; conheci outras pessoas que perderam o negócio, e até hoje nunca lhes foi restituído; quando você tiver para pagar para salvar o negócio, você paga e vai ver na bacia, está a faltar. O negócio não fica certo (Candimba, 2023 de julho).

Não desejo condenar a polícia, mas todos nós temos responsabilidades para erradicar um dos males da corrupção que Angola enfrenta e que é denunciado pelas zungueiras. Acredito firmemente nisso, uma vez que vivenciei a corrupção entre os anos de 2007-2016. Carrego comigo as memórias de como os professores eram parte desse sistema de corrupção no circuito escolar. Eu, inclusive, presenciei isso também entre os anos de 2012 e 2014. E, em 2014, integrei um grupo de professores que decidiu acabar com essa prática em nossa escola, a qual conseguimos erradicar somente em 2016. É importante considerar que, em 2016, embora não houvesse mais corrupção ativa, enfrentávamos o problema de nepotismo exacerbado. Os alunos não se dedicavam tanto às aulas e aos trabalhos independentes, e alguns não temiam reprovar, pois sabiam que, no final do ano, poderiam contar com a influência de seus pais para passarem de ano. Era caricato perceber que, ao resolver o problema de um aluno cujo pai era influente, não se levava em consideração os menos favorecidos. Quando a direção da escola não atendia às expectativas dos pais influentes, era coagida a convencer os professores a alterarem os dados do filho, e a escola ficava conhecida como “Cadispacho” por causa de “um anão corcunda” (Benjamin, 1989).

No entanto, desde 2016, esse problema foi superado, por isso acredito na possibilidade de erradicar a corrupção em todos os níveis. Conheço várias instituições que conseguiram superar esse mal, mas ainda existem muitas que continuam a prejudicar o país com essa prática, acima de tudo e sobretudo, alguns governos.

Já ouvi muitas vezes na esfera intelectual que a corrupção em Angola é perpetrada tanto pelo corrupto quanto pelo corruptor, mas considero essa ideia um tanto distorcida. Para mim, há muitas pessoas que incentivam outros a se envolverem em atos corruptos e dizia Benjamin (apud Löwy, 2005):

Conhecemos a história de um autômato construído de tal modo que podia responder a cada lance de um jogador de xadrez com um contra lance, que lhe assegurava a vitória. Um fantoche vestido à turca, com um narguilé na boca, sentava-se diante do tabuleiro, colocado numa grande mesa. Um sistema de espelhos criava a ilusão de que a mesa era totalmente visível, em todos os seus pormenores. Na realidade, um anão corcunda se escondia nela, um mestre no xadrez, que dirigia com cordéis a mão do fantoche. Podemos imaginar uma contrapartida filosófica desse mecanismo. O fantoche chamado “materialismo histórico” ganhará sempre. Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia. Hoje, ela é reconhecidamente pequena e feia e não ousa mostrar-se (Löwy, 2005 p.41).

Um exemplo disso são as estradas angolanas, onde frequentemente encontramos policiais de trânsito. Sempre me perguntei se eles sabem ler, dada a frequência com que os motoristas permitem excessos na lotação dos meios de transporte coletivos. Até mesmo nós, professores, somos obrigados a nos submeter a essa realidade. Já perdi viagens porque os motoristas me obrigaram a optar em aceitar viajar naquelas condições ou a ficar no ponto. Em duas ocasiões, acabei ficando. No entanto, os prejuízos foram incalculáveis, pois não pude me deslocar.

Após esses incidentes, isso se tornou uma rotina, mesmo sabendo que a polícia devia fiscalizar. Chama minha atenção também os veículos de transporte público, conhecidos por suas cores azul e branca, terem sido fabricados com cintos de segurança para os passageiros, mas os motoristas terem-nos retirado. A polícia, ciente disso e tendo essa informação registrada nos documentos dos veículos, não pune os motoristas, mas sim os extorque. Esse comportamento coloca e continua a colocar vidas em risco. Pergunto-me como a polícia pretende punir as vendedoras ambulantes (zungueiras) se não consegue nem controlar os motoristas?

Mesmo ao tentar disciplinar as zungueiras na cidade, elas denunciam a corrupção que fiscais e policiais empenham sobre elas. Os policiais, fora de suas fardas, são nossos irmãos, assim dizem elas, pois, são seus clientes. Gostaríamos de pedir a eles que acabassem com essa

corrupção, especialmente porque o Comandante da Polícia de Lubango, até 2023, era uma pessoa de boa reputação, apesar de não ter conseguido eliminar a corrupção nas estradas.

Conforme frisei várias vezes, Angola sofreu (e ainda sofre) muito com a corrupção. Aqueles que denunciaram esses problemas foram submetidos à prisões (o processo 15 mais duas)⁴⁴. Quando o governo de João Lourenço começou a falar sobre o assunto, não ouvimos ninguém pedir desculpas por prender aqueles que denunciaram as irregularidades a partir de 2010. Quem está disposto a ouvir as denúncias das zungueiras?

No fragmento da Ina kuenda Íssia, intitulado “GRITAR”, flagro a fuga à paternidade em Angola, uma realidade complexa e abrangente, que afeta muitas famílias. Ao discutir esse problema, é importante considerar as diversas facetas que o envolvem, desde as questões socioeconômicas até as dinâmicas culturais e relacionais. Durante anos, pude observar em minha comunidade a realização de julgamentos nos tribunais dos *sobas* (autoridade máxima de uma aldeia) sobre a irresponsabilidade dos pais em arcar com as despesas dos filhos. Em muitos casos, tornou-se evidente que algumas pessoas não assumem suas responsabilidades por falta de consciência, dificuldades financeiras ou por questões mais complexas, como a falta do planejamento familiar. Um dos aspectos preocupantes é a falta de compreensão por parte de alguns homens sobre as consequências de suas ações. É essencial que todos entendam que cada encontro íntimo com uma mulher pode resultar em uma gravidez, e que os pais devem estar preparados para assumir essa responsabilidade.

Além disso, é lamentável testemunhar casos em que os pais abandonam seus filhos, deixando-os à própria sorte. Muitas vezes, isso ocorre devido à busca por melhores condições de vida em outras regiões ou países, deixando as mães e as crianças em situações precárias. Nesses casos, as mulheres acabam por desempenhar funções duplas: mãe e pai acumulando as funções que partilhava com o marido.

A história de uma das zungueiras com as quais conversei destaca as dificuldades enfrentadas por muitas mulheres na criação dos filhos, especialmente quando o pai se recusa a assumir suas obrigações financeiras. Muitas mulheres se veem em situações desafiadoras, sem apoio do governo ou do parceiro, colocando em xeque o futuro das crianças envolvidas.

Diante desse cenário, é fundamental promover uma reflexão sobre a importância da responsabilidade paterna e oferecer suporte às famílias que enfrentam essas dificuldades. O

⁴⁴ Os 15+2 são um grupo de ativistas angolanos que foram presos em Luanda, Angola, em 2015, quando discutiam um livro sobre métodos pacíficos de protesto

apoio governamental, programas de educação sexual e planejamento familiar podem contribuir para mitigar os impactos negativos da fuga à paternidade e garantir um futuro mais estável para as crianças angolanas.

Voltando à memória da zungueira *Ina kuenda Íssia*, percebo que ela revela as dificuldades que tem com o marido para fazê-lo assumir as responsabilidades com os filhos: “há 3 anos que o marido não dá alguma coisa”. E a pergunta que não se cala é: como fica o futuro das crianças, cujo pai não assume as responsabilidades? Como uma zungueira lida com essa situação, se o marido não lhe dá apoio e o governo a expulsa da cidade?

No fragmento da avó, percebo que o ministério das zungueiras não é exclusivamente exercido por mulheres com energia pulsante; também encontramos aquelas que, em condições normais, estariam aposentadas. Talvez o problema não seja a idade da aposentadoria, mas sim a falta de reconhecimento do potencial que elas têm e a falta de sucesso em suas atividades. Como mencionado anteriormente, as zungueiras são protagonistas em suas ações. A avó identificou na cidade um local para vender milho-verde com o apoio de seus netos. Apesar da idade avançada, ela não poderia ser uma candidata a receber um vale-alimentação para minimizar suas necessidades? Outras como ela também enfrentam as mesmas dificuldades?

Na mônada Ukulu wofeka (2023), – “Levaram o meu negócio”, ela compartilha os problemas em seu bairro, especialmente a falta de medicamentos no posto de saúde local, ao informar que estava doente, mas não tomava os remédios pois o posto do bairro não ficou aberto na semana anterior.

Considero crucial reconhecer a importância das experiências das zungueiras nas políticas públicas em Angola, sobretudo as de Lubango, pois suas vivências, muitas vezes invisíveis, podem ser fundamentais para uma abordagem mais inclusiva e sensível às suas necessidades específicas.

Enfim, as histórias dessas mulheres merecem ser compreendidas para promover uma representação mais justa em decisões governamentais, se um dia os governos decidirem ouvir o clamor das mesmas. É essencial garantir que suas vozes não sejam silenciadas ou excluídas na formulação de políticas públicas angolanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim chegamos ao fim da dissertação. Mas esse fim é contraditório, após a dissertação em si é simplesmente um problema levantado, cujas respostas não se encerram com esta pesquisa. Dessa feita, as considerações que aqui registro são divididas em três direções: 1) Considerações flagradas mediante as diversas trilhas dos embaixadores da pesquisa; 2) Considerações apreendidas nas narrativas das zungueiras expressas nas mônadas; 3) Considerações pessoais, enquanto pesquisador concomitante filho dessas zungueiras.

Através dos vários caminhos atravessados na realização desta pesquisa, percebi a urgência de políticas públicas que apoiem as zungueiras, em vez de afastá-las das áreas urbanas. Elas desempenham um papel vital em suas comunidades e economias locais. A solução para a questão não está em removê-las das ruas, mas em oferecer-lhes melhores oportunidades de emprego. Esse enfoque não apenas as dignifica, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, é essencial que as políticas públicas sejam formuladas para integrar e valorizar seu trabalho. Isso pode ser feito fornecendo-lhes acesso a recursos, capacitação e melhores condições de trabalho, através de uma abordagem inclusiva e humanitária.

A retirada dessas mulheres de Lubango é uma violência, pois a presença delas nas artérias da cidade é fruto da guerra promovida pelo governo junto a outro partido de um lado, por conta da exiguidade de empregabilidade formal. É por conta disso que um número maior de mulheres adotou a zunga como alternativa principal, para darem respostas às sequelas deixadas pela guerra.

Contudo, como apresentei ao longo da pesquisa, as zungueiras não são apenas trabalhadoras informais, são agentes de resiliência, lutando contra as adversidades. Suas atividades diárias representam uma forma de resistência e busca por autonomia para apoiar a família e um mecanismo de emancipação social e política. É justamente essa economia informal que as amparou, pois assim começaram a tomar as ruas da cidade com seu comércio após o êxodo massivo que começou em 1992, conforme pontua (Santos, 2011), levando-as a negarem o alcunha de “vendedoras ambulantes” e se assumirem como zungueiras.

Observei também que quando olho para legislação angolana, percebo que elas ficaram sem direito à proteção social e representação. A situação delas ficou ainda mais agravada às condições do mercado informal, pois este possui fragilidades, como indicam Ernesto & Capilo (2023): modelos de economia não adaptado à realidade sociocultural dos países; fraca

capacidade de geração de emprego na economia; inexistência do subsídio para desemprego; processo de formação extremamente oneroso; emolumentos de licenciamentos elevados; encargos fiscais altos; regulamento inadequado ou excessivamente exigente; barreiras à entrada de novas micro, pequenas e médias empresas; falta de acesso ou informação deficiente sobre o mercado de trabalho; desconhecimento/falta de divulgação de informação sobre os serviços públicos; administração burocrática e ineficiente; corrupção; êxodo rural que tem como origem: guerra e existência de economias.

Outro dado que contribui para agravar as condições de vida precárias dessas mulheres é o não cumprimento das políticas públicas, como podemos revisitar no tópico “um olhar à economia informal”, sobretudo se considerarmos o PDN 2018-2022. Conforme pontuei várias vezes, o governo falhou com as políticas para com as zungueiras, pois, elas precisam ser sustentáveis, a fim de não adiar e enlutar seu futuro, já que detêm o número maior dos filhos de Angola.

Retomando minhas palavras, é bom frisar que: Deixá-las à deriva, é igual deixar o país à deriva, ou perpetuar a diferença entre pobres e ricos.

Quanto as narrativas zungueiras nas rodas de conversa, percebo que, além dos entraves com autoridades governamentais, elas são ricas em experiências. As suas narrativas partilhadas são um potencial para nós, historiadores, que temos as memórias como meio de produção de conhecimento historiográfico.

Nas mônadas, meus ouvidos captaram que as zungueiras não se beneficiaram de políticas públicas, como era previsto no primeiro eixo do “Desenvolvimento Humano e Bem-estar” do PND. Como podemos observar nos fragmentos:

FALTA DE APOIO POR PARTE DO GOVERNO-políticas públicas não abrangentes;

PEQUENA CORRUPÇÃO-*Vendo latarias e a polícia gosta mais de quem vende bom negócio; para salvar o negócio, te cobram um dinheiro, que no teu bolso não tem; conheci outras pessoas que perderam o negócio. Até hoje nunca lhes foi restituído; os fiscais levaram o meu negócio e foi enviado nas pessoas da terceira idade; quando a pessoa pagar a multa para salvar o negócio no final percebe que na bacia está faltando.*

RESPONSABILIDADES QUE PESAM SOBRE ELAS-*temos a responsabilidade de pagar a propina e fascículos das crianças; se você faltar na caula, vai faltar a comida para as crianças;*

DIFICULDADES-*Tem sido um trabalho difícil no meio da polícia e dos fiscais; Ainda que me desse a barraca, o meu negócio é pequeno, não é possível vender no Mutundo; Como conhecer a lei se não sei ler?*

PEDIDOS E DESEJOS 1-*Seria bom se o governo construísse mais um mercado, próximo da cidade; 2-Lá não tem lugar para nós; 3-Reclamamos do governo para promover concursos de limpeza nos hospitais, escolas nas administrações; 4-Se nos derem emprego, na cidade não vai estar nenhuma pessoa a zungar; 5-Se nos dessem barracas, seria ótimo; 5-se o governo não pensa nada para nós, então nós próprias precisamos pensar no que é possível fazer. 6-Nenhuma mulher deve desistir do que quer fazer; 7-Só deixo um conselho para as minhas colegas zungueiras a terem um cuidado com os fiscais; 8-a primeira coisa é nos apoiar com o dinheiro e depois com as bancadas; 9-pediria ao governo a baixar preços dos produtos; 10-gostaria que os fiscais deixem de ir atrás das zungueiras; 11-peço para que eles deixem de comer o nosso negócio e devolver para as donas;*

Essas falas foram arrancadas do *continuum da história* e formam um mosaico partilhado a partir das experiências cotidianas das zungueiras, as quais refletem o *modus operandi* do sistema capitalista, no qual a urbanidade não inclui os “não urbanos”. Nesse contexto, as cidades angolanas servem como palco de luta, de um lado os que perseguem a urbanidade e de outro, as zungueiras que querem encontrar uma oportunidade de sobrevivência em Lubango, onde protagonizam conforme indica Certeau (2008), suas ações e (re)criam os espaços cotidianos de várias maneiras.

Nesse processo de protagonizarem as ações, Costa (2020), esclarece que “elas rodam a cidade inteira; andam de uma ponta à outra, pelos próprios pés; misturam o espaço privado e o público, e às vezes, os tornam indistinguíveis porque andam com os bebês ao colo ou às costas, deitam na calçada para tirar um descanso quando estão cansadas”, assim fazem da rua a sua sala de almoço e das esquinas, o esconderijo, quando são interpeladas pela polícia ou pelos fiscais.

Da nossa parte, “emergir nessas essas narrações significa um ato de resistência ao apagamento das zungueiras e das suas atividades, a diluição das singularidades e perda das referências de suas práticas socioculturais” (Souza 2023).

Durante muito tempo, a história excluiu (e continua excluindo) parcelas sociais. Houve tempo em que apenas os heróis e as figuras de Estado eram seres históricos dignos de percepção pelos intelectuais da construção da história oficial. A memória construída por esses estados e

governos, permeados por ideologias políticas, religiosas e morais, elegeu pontos do passado por iluminar e outros tantos para deixar nas sombras, como alerta Meneses (2013). Aos que defendem que é preciso visibilizar outras histórias e sob a luz da proposta metodológica de Thompson (1981) e Benjamin (1985), fazermos a História fora dos muros acadêmicos é um dos desideratos da História Pública sob uma perspectiva dialógica e horizontal.

*Os que passam por nós, trazem um
pouquinho de conhecimentos e levam de
nós um pouco de conhecimentos
Albino Cawosso (2017)*

Esta pesquisa apresenta reflexões para dois grupos específicos: aos políticos e aos acadêmicos.

Para os primeiros, sugiro que levem em consideração o futuro das zungueiras, nele está uma de minhas maiores inquietações, pois como diz o ditado Umbundu: *Essanda walinga kepia, kimbo liukulandula* (Se fizer um trabalho mal feito na lavra, as consequências te seguirão até em casa).

E aos segundos, apesar de elas não terem recursos financeiros ou negócios de destaque, as memórias delas são abundantes e têm muito a nos contar, sobretudo do ponto de vista do conhecimento histórico. O que falta é alguém para ouvi-las e permitir que suas histórias fluam em muitos espaços públicos a fim de reconstruirmos nossas impressões mais remotas sobre o vivido, como sugere Benjamin (1985).

*Memórias escondidas, uma fortuna,
Narrativas tecidas, de vidas em prumo.
Não é o ouro ou o nome que as faz grandiosas,
Mas histórias contidas em palavras preciosas.*

*Faltam ouvidos, mãos que acolhem o passado,
Alguém que permita o fluir do lembrado.
Ao rememorar, trazemos à tona,
Impressões antigas que o tempo coroa.*

*Revivemos os ecos de um tempo vivido,
Fragments de vidas que estavam perdidos.
Conforme Benjamin nos ensina a sentir,
A memória é um ato de se redescobrir e resistir*

Matias Eduardo Chimbalandongo 2024
Em Colinas Verdes-Campo Mourão

REFERÊNCIAS

- ADICHIE Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo — SP. ISBN 978-85-5451-476-1. **Schwarcz S.A**- 2009- Adaptação da primeira palestra, uma adaptação da primeira palestra proferida por Chimamanda Ngozi Adichie no TED Talk, disponível em http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br
- ANDRADE Juliana Alves de e PERREIRA Nilton Muller (Org.) Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 1ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2021 v. 1 p. 28-43
- ANDRÉ, Aurea Bianca Vasconcelos; LUZ, Vera Santana. Comércio informal, identidade e direito: o caso das zungueiras de Luanda. **Labor & Eng.**, Campinas, SP, v.16, 1-18, e022007, 2022.
- ARENDT, Hannah, 1906-1975 A condição humana / Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. - 12. ed. rev. - **Rio de Janeiro: Forense Universitária**, 2016
- BEAUD Stéphane; WEBER Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2330>. Acesso em: 12.4.2022
- BAHU, Hélder. A Noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola. **Revista internacional em Língua Portuguesa**, III Série Nº24 2011.
- BALA, A. L. M. **Patrimônio Natural da Tundavala (Angola)**: contributo para a sua utilização geográfica. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra: 81 p. 2021. (não publicado)
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7. ed. V. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas).
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.197-221. (Obras Escolhidas).
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: 3. ed. V. 1., São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.197-221. (Obras Escolhidas).
- BENJAMIN, Walter. Rua De Mão Única. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. 3.ed. v. 2. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp.197-221. (Obras Escolhidas II)
- BITTENCOURT, Marcelo. As eleições angolanas de 1992. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.2, p. 170-192, jul. /dez. 2016.

BORTOLO, Drieli Fassioli. Rompendo as amarras, quebrando silenciamentos: narrativas de estudantes sobre violência de gênero. 201f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023. Disponível em: <https://ppghp.unespar.edu.br/editais/trabalhos-de-conclusao/dissertacoes/turma-2021-2023/dissertacao-ppghp-drieli-bortolo.pdf>. Acesso em: 20.12.2023

BRECHT, Bertolt. Turandot ou o Congresso das Lavadeiras. In: BRECHT, Bertold. **Teatro completo**. V. 9, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. pp. 107-190.

CAMBANDA, Francisco Domingos. **A Questão Étnica como Fator de Estabilidade do Processo Político e do Desenvolvimento Socioeconômico em Angola**. Tese de Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações. Universidade de Lisboa. Novembro de 2015.

CAMPOS, Laiza Suelen Barroso. **Benedita e Manoel**: memórias do fenômeno migratório (Nordeste e Sul). 139f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). In: **Café História–história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>. Publicado em: 6 nov. 2017. Acesso: 28 mar. 2024

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho. History Workshop: a história próxima das massas (Artigo). In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/history-workshop/>. Publicado em: 31 dez. 2018. Acesso em 19/5/2024.

CENSO. Resultados Definitivos Recenseamento Geral Da População E Habitação – 2014

CHIZANE, Paulina. Discurso do recebimento do prêmio “responsabilidade social” pela Forbes Lusófona em Angola-Luanda 12 de abril de 2024 https://youtu.be/q1cafvcG8yo?si=Hgyrk82Y_al_Zqu 17 de Abril de 2024

COSTA, Felizardo Tchiengo Bartolomeu. Dinâmicas Psicossociais do Trabalho das Zungueiras Angolanas. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 03, 19, 2020.

COELHO Virgílio. A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.^a parte): Mulemba 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/473>. Acesso em: 12 de janeiro de 2024

COUCELO, Josefina Maria Costa Parreira Cruz. **Caracterização de Hábitos Alimentares na Província da Huíla, Angola**: Contribuição para a Elaboração de Um Guia Alimentar. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Econômico no Instituto Universitário de Lisboa (2010). Disponível <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2609/1/TESE.pdf> acessado. Acesso em: 15.10.2023

CUNHA, Vasco Soares de Oliveira. **Bertolt Brecht (1898–1956) – Vida e Obra**. (junho/dezembro). 2023 Pp. 169-179.

CAUVIN, Tomas. Campo Nuevo, prácticas viejas: promesas y desafíos en la Historia Pública, **Hispania Nova**, n. 1 Extraordinario, 2020, pp. 7 a 51.

ERNESTO, Alexandre; CAPILO, Gorete. **A Economia Informal em Angola**: Caracterização do Trabalhador Informal. 2018. Disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/ernesto_a._capilo_g._2016_economia_informal_em_angola_-_osisa.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2022

FÉLIX, Indira Lazarine Catoto Monteiro. **Os significados da Zunga na voz das mulheres em Luanda**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. II Simpósio Internacional sobre Estados, Sociedade e Políticas Públicas. (20, 21 e 22 de junho de 2018)

FRANCO, Bárbara Lopes; OLIVEIRA, Josiane. As Práticas de Constituição dos Espaços Organizacionais e dos Espaços das Cidades: Contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** – Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016. Disponível em <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/24/16>. Acesso em: 23 de setembro de 2023

FERRAZ, Esperança Madalena Luieca; LEANDRO, Gracieth de Sousa Mateus. As zungueiras-pequenas empreendedoras: uma estratégia de empoderamento das mulheres nas zonas suburbanas e urbanas. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 12968–12978, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/58698>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O Canto da Odisseia e as narrativas docentes**: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico-educacional. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 2015.

FRANÇA, Cyntia Simioni. Memória como meio de produção de conhecimentos históricos. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n.23, jul./dez. 2020.

FRANÇA, Cyntia Simini. Narrativa e Mônada Benjaminiana: potencialidades para produção de conhecimentos históricos e educacionais. In: PAIM, A. A. *et al.* **Conhecimentos Histórico-Educacionais**: Diálogos com Walter Benjamin. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, pp.207-237.

FRANÇA, C. S. Contribuições de Edward Palmer Thompson para a Construção de Conhecimento histórico. **Saeculum**, [S. l.], v. 28, n. 49, p. 77–92, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/66362>. Acesso em: 29 fev. 2024.

FRISCH, M. A História pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SHOPES, linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUD, Ana Maria; RABÊLO, Juniele de Almeida; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**

GRAÇA, Rodrigo Ordine; COUTINHO, Alexandre Montauray Baptista. **Entre as memórias, a memória do desconforto**. Rio de Janeiro, 2011, 92p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34462/34462_3.PDF. Acesso em: 5 de Março de 2024

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A Produção de Saberes Históricos Escolares: O Lugar das Memórias. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; KOYAMA, Adriana Carvalho; GALZERANI, José Claudio; PRADO, Guilherme do Val Toledo (Orgs.). **Imagens que lampejam: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades.** .; Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2021. pp.66-81.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História E Tempo: Perspectivas Teórico-Metodológicas Para Pesquisa Em Ensino De História. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; KOYAMA, Adriana Carvalho; GALZERANI, José Claudio; PRADO, Guilherme do Val Toledo (Orgs.). **Imagens que lampejam: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades.** Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2021. pp.88-98.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Expressão Popular SOF – Sempreviva Organização Feminista São Paulo – 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014. In: HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola,, 1994. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4771761>. Acesso em: 12 de jan. 2024

HENRIQUES, M. H.; TAVARES; BALA, Patrimônio Geológico da Tundavala (Huila, Angola) – uma avaliação qualitativa integrada. In: **Para Aprender com a Terra: Memórias e Notícias de Geociências no Espaço Lusófono**. [S.l.]: imprensa da Universidade de Coimbra, 2012., p. 276-283). Investigador do Instituto Superior de Educação da Huila

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnesia. In HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro/RJ: Aeroplano, 2000. pp. 9-40

JAQUETE, Inácio Márcio de Jesus Fernando. **Partilha de Memórias e Narrativas dos mestres(as) moçambicanos(as) na interface com as Pinturas Rupestres de Chinhampere**. 2023. 193f. Dissertação (Mestrado em História Pública) - Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual de Paraná, campus Campo Mourão, Campo Mourão, 2023. Disponível em: <https://ppghp.unespar.edu.br/editais/trabalhos-de-conclusao/dissertacoes/turma-2020-2022/dissertacao-ppghp-inacio-jaquete.pdf>. Acesso em:

KEHL, M. R. Walter Benjamin e as cidades. **Revista Cult**, 15jul. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/walter-benjamin-e-as-cidades/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública. In: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Marta G. de O. **Introdução à História Pública**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2011. p.31-53

Lei n.º 1/07 de 14 de maio. Ministério do Comércio de Angola

LIMA, Edilaneide Justiniano de. **Um estudo sobre possíveis contribuições na economia e na renda familiar**. 79 p. Monografia (Bacharel em Administração de Empresas). João Pessoa/PB – Campus I da UFPB, 2017

LOPES, C. M. Cadongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros uma digressão pela economia informal de Luanda. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 2004

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, p. 20-28, Sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio**, uma leitura das teses "sobre o Conceito da História". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Brasil/ Bomtempo, 2005.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Inocência**, uma leitura das teses "sobre o Conceito da História". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Brasil: Bomtempo, 2005.

MAIUNGA, Helder Rodrigues. **Proposta para implementação de uma educação intercultural em Angola: Desafios e possibilidades à inclusão da tribo Khoisan no sistema educativo**. Universidade Beira Interior. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Educação (3º ciclo de estudos) – Covilhã Portugal, dezembro de 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/12062>. Acesso em: 28 de maio de 2024

MEDEIROS, Ana Paula. **A produção social do espaço urbano de Mark Gottdiener**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010. Julho-Dezembro 2013.

MENESES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MELLO, Ricardo Marques de. Variedades de escrita da história no Brasil contemporâneo: uma proposta formal de triagem preliminar. In: BORGES, R. (org.). **Teoria da história e história da historiografia: novas abordagens**. Jundiaí: Paco, 2023. p. 51-70

MIGUEL, Oliveira Adão. Memórias dos grupos étnicos minoritários no sul de Angola: a dimensão da vulnerabilidade socioeconômica dos San. **Cadernos de África Contemporânea** V.04| N, 08| 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/user/setLocale/pt_BR?source=%2Findex.php%2Fcac%2Farticle%2Fview%2F16332. Acesso em: 28 de maio de 2024

MIRANDA, Rita Alves. Estudos sobre Bertolt Brecht. Existência e Arte. **Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estética da Universidade Federal de São João Del-Rei**, a. VII, n. VI, Jan.-Dez. 2011.

MONTEIRO, Indira Lazarine Catoto. **Modos de vida e de trabalho das mulheres zungueiras em Luanda. Dissertação**. Programa de Pós-Graduação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2012).

NELSON, Aida Neusa Gomes. **Os Mercados Informais e a Rendibilidade das Famílias: Um estudo de caso do mercado João de Almeida na Província da Huíla, Município do Lubango**. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia (3º ciclo de estudos). UNIVERSIDADE

DA BEIRA INTERIOR Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Sociologia. Covilhã, dezembro de 2021.

NORA, P. Entre História e memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, vol. 10, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 2 abr. 2024.

OLIVEIRA, Carolina. **Das alegorias aos mosaicos: experiências vividas pelas professoras na pandemia do covid-19**. 147f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022. Disponível em: <https://ppghp.unespar.edu.br/editais/trabalhos-de-conclusao/dissertacoes/turma-2021-2023/dissertacao-ppghp-carolina-oliva-rodrigues.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2024

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. O trabalho digno e a economia informal resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, 2002. OIT: Lisboa, 2005.

PAIM, Elison Antonio. Histórias da Educação Brasileira: uma busca (necessária) pelas memórias e experiências outras. In: PAIM, Antônio; FERRONATO, Cristiano; SNATOS, Ane Luise Mecnas (Orgs.). **Práticas educativas na tessitura do tempo**. Aracaju/SE: EDUNIT, 2019.

PAIM Elison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Diálogos possíveis entre produzir, ensinar e aprender Histórias decoloniais In: PAIM Elison Antônio; ARAÚJO, Helena Maria Marques; ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Muller (Orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. v. 1 São Leopoldo: Oikos, 2021 pp. 28-43.

PAIM, Elison Antonio; LUIS, Solange. Tempos, espaços e memórias de guerra: diálogos com professores na província da Huíla em Angola. **Cadernos CIMEAC- UFTM** | Uberaba /MG . v.11. p.112-138, 2021.

PAIM Elison Antonio; FRANÇA, Cyntia Simioni. Lugares de viver, ensinar, aprender e fazer história pública: Entre o colonial que deshumaniza e o decolonial prenhe de possibilidades. In: PAIM Elison Antonio; FRANÇA, Cyntia Simioni ; PERREIRA, Márcio José. História Pública: entre conceitos, lugares e experiências. –Maringá/PR: Edições Diálogos; Rio de Janeiro/RJ: ProfHistória, 2023, pp.98-125. Disponível em https://www.academia.edu/109623917/Historia_Publica_entre_conceitos_lugares_e_experiencias ISBN 978 65 00 86846 3. Acesso em: 24 de março de 2024

PAIM, Elison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. O pensamento decolonial no horizonte de combate à violência epistemológica e/ou o epistemicídio no ensino de História. **Intellēctus**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 16–33- 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/60983>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PEARCE, Justin. Lisboa/Portugal: Tinta da China Edições, 2017.

PEREIRA, Aline. Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho, **11ª Assembleia-Geral do CODESRIA**, Maputo, 2005. (comunicação)

PATISA, Gociante. **Poemas-Africa Mãe zungueira**. Campina Grande/PB, a. 5, n.º15, Maio/Jun./Jul 2013.

QUEIROZ, Lais Helena Custodio Rodrigues de. **Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda**. Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (2016). Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23052/1/2016_La%C3%ADsHelenaCust%C3%B3dioRodriguesdeQueiroz.pdf. Acesso em 16 out. 2023.

REDINHA José. Os Povos de Angola e as suas culturas. In: **Coleção etnográfica**. Luanda, Museu de Angola: Publicações do Museu de Angola, 1955 pp. 1-66.

REDINHA José. **Etnias e culturas de Angola. Luanda**: Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola, 1975.

ROVAI, Marta Gouveia. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ROVAI, Marta Gouveia. de O; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

RICOUER, P. **A Memória, a História, o esquecimento**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007.

ROUSSOU, Henry. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. [A história aplicada ou os historiadores taumaturgos] **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n.1, p.105-122, janvier 1984.

SANTANA, Giovanna. Notas sobre a rememoração nos escritos sobre infância Berlinense: 1900 in In. PAIM, A. A. *et al.* **Concheamentos Histórico-Educacionais: Diálogos com Walter Benjamin**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, pp.-186-204.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras e muitos significados. In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 57-70.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia** [Online], 8 | 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/pdf/510>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVEIRA, Maria Lúcia. A Topografia da Corrupção e da Falta de Transparência em Angola Relatório. Luanda, maio de 2018. Disponível em: <https://transparenciapublica.ao/wp-content/uploads/2022/11/AJPD-A-Topografia-da-Corrupcao-em-Angola-12-1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOUZA, Gabriel Henrique de. **Cultivando experiências rurais: semeando com o público e colhendo novos espaços de memórias em Araruna-PR**. 2023. 202f. Dissertação. Mestrado em

História Pública – Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, campus Campo Mourão, Campo Mourão, 2023

TELO, Florita Cuhanga António. Mulheres e o comércio (informal) em Luanda: um olhar para além da crise pandêmica de Covid19. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21 (edição especial), pp. 13-24, 2021.

THEODORIDIS, Nicolas. História Pública no Brasil e no Mundo. **ANPUH-Brasil-32º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro/RJ, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro RJ: Zahar, 1981

THOMPSON, Edward Palmer. Fora da baleia. In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2021, pp. 301-348.

THOMPSON, Paulo. **História Oral: A voz do passado**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VEDOVATO, Fabio. (Com.). **Partilhando memórias de experiências de professores na interface com os Patrimônios Culturais**. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, ano 2021. Disponível em: <https://ppghp.unespar.edu.br/editais/trabalhos-de-conclusao/dissertacoes/dissertacao-ppghp-fabio-vedovato.pdf>. Acesso em: 12 de dez.2023

VENÂNCIO António. Já estava a surgir no país, com algum destaque, um período de alguma excelência em que os discursos políticos (e até debates). Facebook, 08.02.2024. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/1EJ2rgd7uBVMYtFiWNkdMkiBSt4nGjRAp/edit?usp=docslist_api&filetype=msword. Acesso em: 8 de jan.2024

VENÂNCIO António. GOZatv com Tiago Costa, apresenta António Venâncio. 21 de novembro de 2021, minutos 42;44. Disponível em: <https://youtu.be/RubRyghMMD4?si=2lB0vqn8ApJNqnGK>. Acesso em: 24 mar. 2024

ZAHAVI Gerald. Ensino de História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Marta G. de O. **Introdução à História Pública**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2011. p.31-53.

ANEXOS

Anexo 1 - Posts do Dr. António Venâncio na sua página do Facebook

